

III CONFERÊNCIAS
& DEBATES
INTERDISCIPLINARES

TERRITÓRIOS DE CUIDADO

PROTAGONISMO
E PLURALIDADE
NA VELHICE

MARCIA REGINA MEDEIROS VEIGA
COORDENAÇÃO

IMPrensa DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

Marcia Regina Medeiros Veiga é Doutora em Estudos Contemporâneos pela Universidade de Coimbra – UC –, mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil – UFSM – e licenciada em Ciências Sociais pela UFSM e em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição (atual Universidade Franciscana – UFN), a brasileira Marcia Regina Medeiros Veiga é investigadora colaboradora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20, do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra. Interessada nas questões socioculturais relativas ao envelhecimento humano, tem-se dedicado às influências que os territórios podem exercer sobre a qualidade de vida das pessoas idosas.

III CONFERÊNCIAS
& DEBATES
INTERDISCIPLINARES

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

INFOGRAFIA

Margarida Albino

INFOGRAFIA DA CAPA

Mickael Silva

PRINT BY

KDP

ISSN

2183-1610

ISBN

978-989-26-1797-8

ISBN DIGITAL

978-989-26-1798-5

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1798-5>

III CONFERÊNCIAS
& DEBATES
INTERDISCIPLINARES

TERRITÓRIOS DE CUIDADO

PROTAGONISMO
E PLURALIDADE
NA VELHICE

MARCIA REGINA MEDEIROS VEIGA
COORDENAÇÃO

IMPrensa DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE

Breves Notas Iniciais.....	7
1. Categorias e Eixos: Cruzamentos Interdisciplinares	9
1.1. Interdisciplinaridade	10
1.2. Categorias e Eixos.....	12
1.2.1. A Velhice como Categoria.....	14
1.3. Acessibilidades, Mobilidades e Sociabilidades: Olhares sobre os Territórios.....	20
1.4. Metodologia: a pesquisa como um Processo.....	25
1.5. Os Sujeitos da Pesquisa	28
1.6. A Sistematização e a Análise dos Dados e Informações.	29
2. Territórios: Teoria e Contextualização	31
2.1. O(s) Território(s) como Categoria e Sujeito	32
2.1.1. Espaço, Lugar, Paisagem: Território – uma Abordagem Concetual	33
2.2. O Concelho de Coimbra.....	38
2.2.1. Coimbra: Geografia e Paisagem.....	38
2.3. As Questões da Demografia no Contexto da Geografia Humana.....	49
2.4. Para um Esboço da História de Coimbra	54
2.5. O Urbano	56
2.5.1. A “Alta”	56
2.5.2. A Solum	80

2.6. O Rural	94
2.6.1. O “Botão”	95
2.6.2. O “Casal do Lobo”	112
3. Territorialidades, Vidas Quotidianas.....	127
3.1. Gentes.....	127
3.2. Encontros.....	132
3.3. Vozes.....	136
4. Projeções.....	193
4.1. Territórios de Cuidado	200
5. Notas Finais.....	217
Referências.....	225
Bibliográficas	225
Sites	231

BREVES NOTAS INICIAIS

O trabalho aqui compreendido decorreu de uma investigação realizada em Coimbra, entre os anos de 2013 e de 2017, que procurou analisar as relações estabelecidas entre pessoas idosas e territórios de proximidade. A investigação resultou numa dissertação de doutoramento em Estudos Contemporâneos, intitulada *Velhices e territórios: um estudo interdisciplinar no concelho de Coimbra, Portugal*, defendida em fevereiro de 2018, na Universidade de Coimbra. Este livro, adaptando o texto da tese nas suas linhas gerais, constitui-se, pois, como o corolário de toda uma trajetória de investigação. Com efeito, quer a partir dos objetivos iniciais, assim como dos desafios que se levantaram e das estratégias encetadas no sentido de os ultrapassar, sem esquecer as parcerias firmadas, foi possível concatenar as questões entretanto surgidas e ponderar as reflexões acerca da temática, com o intuito de divisar eventuais respostas.

O envelhecimento da população de Portugal (e de Coimbra) pode(m) surpreender o/a recém-chegado/a, sobretudo o/a investigador/a que, naturalmente, procurará aferir em consultas às bases estatísticas a veracidade desta impressão inicial. Também a geografia de Coimbra, para o/a visitante, pode parecer hostil aos peões, especialmente às pessoas com mobilidade reduzida, como é o caso de alguns/as idosos/as, tanto mais que a cidade foi reconhecida pela União Europeia (UE) como a única urbe portuguesa de referência para o envelhecimento ativo e saudável. Cumpre, porém, esclarecer que esta distinção foi atribuída em face da constituição de um con-

sórcio de instituições e pessoas organizado para esse fim¹. Deste modo, estas primeiras visões conduziram a uma hipótese de trabalho que propunha o cruzamento de dois sujeitos sociais de grande relevância na contemporaneidade e à escala global: as pessoas idosas e os territórios.

A principal questão que se colocou foi: em que medida os territórios influenciam (ou não) a(s) gestão(ões) das velhices? Ou: pode-se dizer que as diferentes maneiras de envelhecer são, de certa forma, fruto das vivências das pessoas idosas nos/com os territórios?

Compreendendo a(s) velhice(s) e as pessoas idosas, assim como os territórios, como sujeitos multifacetados, complexos e pluridimensionais, foi do nosso interesse desenvolver uma investigação interdisciplinar, buscando construir um diálogo fértil entre as várias disciplinas das ciências sociais e humanas, na tentativa de desvendar as lógicas e os mecanismos desenvolvidos nas relações estabelecidas entre as pessoas idosas e os territórios.

A necessidade de direcionar o olhar investigativo conduziu aos três eixos centrais que nortearam toda a pesquisa: as *mobilidades* e as *acessibilidades* dos territórios escolhidos para o estudo e as *sociabilidades* desenvolvidas pelos sujeitos idosos com/nesses territórios.

Consciente das diversidades existentes num mesmo território, optou-se pelo aumento na gradação da escala de observação, escolhendo-se, dentro de um mesmo concelho, quatro territórios (dois urbanos e dois rurais), com características próprias, por vezes semelhantes, mas por vezes diversas entre si, o que possibilitou análises pormenorizadas em cada território e múltiplas comparações.

¹ Esse consórcio é chamado de Ageing@Coimbra. Para mais informações, consultar: www.ageingcoimbra.pt.

1. CATEGORIAS E EIXOS: CRUZAMENTOS INTERDISCIPLINARES

Este estudo foi gerado a partir de pluralidades: de atores, de interpretações, de categorias, de disciplinas, de conceitos e de procedimentos metodológicos. Essas pluralidades possibilitaram diversos cruzamentos entre si, nomeadamente através das suas interrelações, por vezes próximas e complementares, por vezes convergentes, divergentes e até contraditórias.

Os caminhos percorridos foram sempre indicativos da direção a tomar. Em primeiro lugar, a interdisciplinaridade, que, necessariamente, requer um esforço acrescido, pois pressupõe o confronto constante, através do debate, da busca por consensos e dissensos entre as disciplinas convocadas na compreensão de determinado fenómeno ou situação. Em segundo, os conceitos e as conceções, por vezes também interdisciplinares, mas de igual modo geradoras de cada uma das disciplinas. Por outro lado, as categorias aqui estudadas, por excelência intra e interrelacionais, entre si e com outras categorias. Por último, cabe referir os procedimentos metodológicos escolhidos para procurar resolver as questões levantadas durante o percurso da investigação.

Postas estas considerações, neste capítulo, propõe-se uma visão seccionada dos elementos que compuseram o estudo, a fim de, posteriormente, se estabelecerem as “colagens” e cruzamentos necessários ao diálogo sugerido.

1.1. INTERDISCIPLINARIDADE

Procurando responder ao apelo interdisciplinar, promovido pelas próprias características multidimensionais e relacionais das categorias tomadas como sujeitos da investigação – “velhices” e “territórios” –, privilegiou-se a perspectiva das diferentes disciplinas das ciências sociais e humanas.

Em primeiro lugar, pela compreensão de “velhices” e “territórios” como categorias construídas social e culturalmente, que, embora alicerçadas também sobre bases naturais, tanto num caso, como no outro, não prescindem das representações, imaginários e significados contextualizados no tempo e no espaço, próprios das dimensões sociais e culturais.

Em segundo, por se entender a necessidade, a relevância e a urgência, reforçadas pelo contexto sociocultural contemporâneo, de se estudar as velhices, os territórios e as suas relações sob a ótica das ciências sociais e humanas, tantas vezes relegadas a um plano de subalternidade em face das ciências naturais e exatas e às inovações tecnológicas.

A interdisciplinaridade é aqui compreendida a partir da convergência, complementaridade e cruzamento entre as disciplinas. O prefixo “inter” anuncia uma compreensão para além da pluralidade disciplinar, significando, também, uma intersecção entre os diferentes saberes. Assim, buscando responder a um problema complexo ou atender às multidimensionalidades de um determinado sujeito de pesquisa, apelam-se a várias disciplinas que – cada uma a partir dos seus próprios fundamentos conceituais, epistemológicos e metodológicos – podem, através de um movimento de abertura a cada uma delas, dar o seu contributo, unindo conhecimentos, linguagens e estratégias, e possibilitando, também, novos níveis de compreensão das realidades investigadas (Pombo, 2013: 38).

Se a especialização científica trouxe inegáveis benefícios, relacionados, sobretudo, com os grandes avanços da ciência – com o aprofundamento de cada disciplina à sua própria especialidade e com o desenvolvimento de epistemologias, metodologias, conceitos e estratégias próprias –, concitou, entretanto, elevados custos: aumenta progressivamente o conhecimento acerca de cada objeto de estudo, sem conseguir, em todo o caso, estabelecer conexões com os demais; levantam-se dificuldades de comunicação entre as chamadas ciências da natureza e as ciências do espírito; estabelece-se uma danosa hierarquização entre as disciplinas, que acabam por competir, de forma cada vez mais desigual, por financiamentos e, conseqüentemente, por visibilidade e poder (Pombo, 2013).

A especialização disciplinar engendra, assim, um paradoxo: “[...] os desenvolvimentos disciplinares das ciências não só trouxeram as vantagens da divisão do trabalho, mas também os inconvenientes da superespecialização, do confinamento e do despedaçamento do saber. Não só produziram o conhecimento e a elucidação, mas também a ignorância e a cegueira” (Morin, 2003: 15).

Por outro lado, a necessidade de constituição de uma identidade própria a partir da demarcação de fronteiras institucionais e departamentais, assim como a permanente luta por recursos e reconhecimento, podem ser vistas como responsáveis por conduzir o mundo acadêmico a “uma tendência à especialização e à diferenciação que não pode *apenas* ser explicada pela crescente complexificação do conhecimento” (Velho, 1980: 15 – sublinhado do autor).

A complexidade das sociedades e dos fenômenos contemporâneos, todavia, também pode ser compreendida como propulsora de uma aproximação entre as disciplinas, já que a especialização não consegue responder às questões e equacionar os problemas que tais fenômenos suscitam, acabando por complexificá-los cada vez mais.

Deste modo, o esforço interdisciplinar, a partir da integração entre os vários saberes disciplinares, deve possibilitar uma compreensão recíproca a respeito do fenómeno que se pretende estudar, exprimindo, assim, através de uma linguagem única e consensual, os “conceitos, as preocupações e os contributos de um número maior ou menor de disciplinas que, de outro modo, permaneceriam fechadas em suas linguagens especializadas” (Delattre, 2006: 280).

De facto, o empreendimento interdisciplinar constitui-se como uma tarefa pautada pelo esforço. A unidisciplinaridade, na qual a maioria dos/as investigadores/as, cientistas e profissionais, de um modo geral, foram formados, dificulta a apropriação concetual, epistemológica e metodológica de uma(s) outra(s) disciplina(s).

A escolha, na realização deste estudo, de determinadas disciplinas das ciências sociais e humanas, deve-se ao entendimento das contribuições que cada uma e todas, na sua complementaridade e integração, pode(m) carrear para a compreensão das relações entre velhices e territórios, a partir dos eixos das mobilidades, acessibilidades e sociabilidades.

Com efeito, a interdisciplinaridade não pode constituir uma mera soma de disciplinas, uma vez que “o todo é mais que a soma das partes, isto é, no nível do todo organizado há emergências e qualidades que não existem no nível das partes quando são isoladas” (Morin, 1999: 28). Assim, o trabalho interdisciplinar ultrapassa a dimensão disciplinar, através da elaboração de uma leitura distinta e complexificada, consubstanciada a partir do contributo de olhares diversos, porém interdependentes.

1.2. CATEGORIAS E EIXOS

Conforme se entende, importa fazer, antes de qualquer outro considerando, a distinção entre dois tipos de categorias: *categorias*

sociais e categorias de análise – além das *categorias analítico-interpretativas* (empregues como facilitadoras nas análises das entrevistas) e dos *eixos* que nortearam o trabalho.

Neste sentido, designamos como *velhices* a categoria social da investigação. As reflexões dialógicas entre as disciplinas das ciências sociais e humanas aqui propostas têm, como categoria de análise, os *territórios* e, como eixos, as *acessibilidades*, as *mobilidades* e as *sociabilidades*. As categorias analítico-interpretativas definidas para o estudo enquadram-se, basicamente, nos eixos norteadores, sendo as seguintes: *relações familiares*; *relações vicinais* (ambas ligadas ao eixo das *sociabilidades* e subdivididas nas subcategorias *conflitos*, *solidariedades* e *afetos*); *saúde/doença* (subdividida nas subcategorias *idas aos serviços de saúde/internamentos hospitalares* e *toma de medicamentos*); *mobilidade* (subdividida nas subcategorias *recursos a bengala/muletas/andarilho/cadeira de rodas*; *uso de transportes*; e *quedas*); *autonomia*; e *independência/dependência*.

Entende-se por *categoria social* uma classificação de indivíduos, fenómenos, processos, instituições ou objetos, em torno de uma ou mais características comuns (idade, sexo, etnia, no caso de indivíduos; ou sindicatos, escolas, instituições religiosas, quando se refere a instituições, por exemplo), unificando-os mediante regras e critérios específicos. De resto, trata-se de uma construção abstrata, muitas vezes forjada com base em referenciais estranhos a quem é classificado/a, e que nem sempre se identifica com tal categorização.

Naturalmente, essas categorias surgem a partir da necessidade de organização social, geralmente para fins do estabelecimento de normativas e regras comportamentais; para o ordenamento jurídico-legal e político da sociedade, com o estabelecimento de direitos e deveres a uma determinada categoria, por exemplo; e para fins estatísticos de diagnóstico e controlo político, económico e social.

Nos estudos académicos e científicos, as categorias sociais são utilizadas como parâmetros, isto é, os sujeitos das pesquisas são,

usualmente, identificados como pertencentes a uma ou mais categorias. Por sua vez, estas são construídas com base num conjunto de pressupostos, a partir de determinado ponto de vista sobre a realidade, destinando-se a responder à(s) questão(ões) levantada(s) pelo/a investigador/a. Em última análise, essa categorização acaba por representar uma base importante para o trabalho científico.

Ao classificarem-se (a própria academia, os órgãos políticos, os *media* ou a sociedade em geral) indivíduos numa mesma categoria, pode presumir-se, e algumas vezes de modo velado, que esses mesmos indivíduos tenham comportamentos e opiniões semelhantes. No entanto, essa hipótese é, muitas vezes, refutada, pois as complexidades individuais e coletivas, as possibilidades relacionais e contextuais, assim como as multiplicidades identitárias, impedem, na vida real e quotidiana, essa suposta padronização.

Por sua vez, importa sublinhar que os tipos de categorias que são construídos em determinados contextos sociais e para determinados fins refletem as representações que a sociedade pode ter de si própria num dado momento.

Assim, o/a investigador/a deve estar ciente da sua responsabilidade, no decorrer da pesquisa, quando categoriza sujeitos (Veiga *et al.*, 2014), apesar de o processo de categorização ser muitas vezes necessário à concretização do seu trabalho.

1.2.1. A velhice como categoria

O caso da categoria social *velhice*, aqui utilizada como um atributo de caracterização dos sujeitos que participaram da pesquisa, é especialmente emblemático e problemático.

Assumida recentemente como categoria social, já que, até ao início do século XX, os sujeitos idosos tendiam a ser enquadrados no espectro da mendicidade, da deficiência e da marginalidade, a

velhice ascendeu de uma condição de invisibilidade a uma identificação social (Ariès, 1978; Fernandes, 1997).

Segundo vários autores (Fernandes, 1997; Debert, 1997; 2004; Paúl, 2005), essa visibilidade conquistada deveu-se, basicamente, a três fatores que vão além do mero fenômeno do aumento da expectativa de vida em grande parte do mundo: o início e progressivo alargamento da aposentação enquanto direito universal de trabalhadores/as após determinado tempo de exercício profissional e/ou contribuição financeira à respetiva instituição de segurança social, a partir de uma idade previamente determinada; a organização – por homens, principalmente – de movimentos políticos e sindicatos de aposentados; e, por último, a organização – neste particular marcada pelo movimento das mulheres – de associações artísticas, culturais e recreativas, ou seja, no que se convencionou designar por “terceira idade”².

Neste sentido, Siqueira (2014) atribui o surgimento e a legitimação da categoria *idoso*³ à criação e consolidação de políticas públicas para este segmento populacional nos diversos países – nomeadamente nos Estados do Ocidente –, a partir de acordos internacionais. A mesma autora sustenta que as políticas e os acordos se desenvolveram e firmaram em resposta às demandas e à pressão da(s)

² A expressão “terceira idade” foi criada como uma forma de designar os/as aposentados/as mais jovens, ainda em condição ativa mesmo após a reforma (Peixoto, 2007). Assim, essa expressão não se refere a uma idade cronológica específica e precisa, mas vem sendo utilizada, com frequência, como uma forma de tratamento não depreciativa às pessoas mais velhas (Debert, 1997). Correa (2009: 94) distingue a velhice da terceira idade a partir do critério *tempo*. A velhice seria, assim, uma forma estratégica de “quebra da ampulheta do tempo” contemporâneo, marcado pela velocidade e aceleração. Já a terceira idade incorporaria o ritmo contemporâneo ao seu quotidiano, através da prioridade do preenchimento do tempo com atividades e exercícios. Neste sentido, a terminologia “terceira idade” imbuí-se de ambiguidade, uma vez que pode representar, por um lado, um modo mais autónomo e livre de se viver, de se expressar e de se representar a velhice, mas, por outro, de acentuar as desigualdades nessa fase da existência.

³ No singular e no masculino, tal como tem figurado na legislação e nas recomendações em vários países.

própria(s) população(ões), mas também a partir de uma preocupação global quanto aos direitos fundamentais e, especialmente, perante a questão do envelhecimento mundial. Todas estas premissas, de certo modo, conduziram ao princípio “sujeitos e modos de envelhecer” (Siqueira, 2014: 49), que têm como parâmetro o envelhecimento ativo e saudável.

Outros elementos importantes a esta argumentação residem nas transformações ocorridas nas estruturas familiares (Ariès, 1978) – com as mulheres a assumirem, ao lado dos homens, o mundo laboral não-doméstico, fenómeno desencadeado a partir da Revolução Industrial e acentuado com as duas Grandes Guerras –, tendo como consequência as mudanças em torno das esferas públicas e privadas: a nuclearização das famílias, o aumento da idade do casamento e do nascimento do/a primeiro filho/a e a redução do número de filhos/as (Fernandes, 1997: 21). De igual modo, não deve ser escamoteado o fenómeno de “desfamiliarização das relações familiares” (Lenoir, 1985, citado por Fernandes, 1997: 21), com a crescente institucionalização da infância e da velhice, com a criação, difusão e universalização de instituições destinadas ao cuidado, à socialização e à educação infantil (Ariès, 1978), e, de modo similar, ao cuidado e ao apoio às tarefas básicas e quotidianas dos/as idosos/as.

Assim, a entrada das mulheres no mercado de trabalho modificou as relações maternas/filiais – embora não se deva esquecer que o alargamento do espaço das mulheres do doméstico para o público não tenha motivado “a revisão das funções do cuidado familiar no que diz respeito à divisão das tarefas domésticas” (Azeredo, 2010: 582). Ou seja, tanto na esfera privada, quanto na esfera profissional pública, o trabalho doméstico, de uma forma geral, ainda é considerado uma atribuição maioritariamente feminina, representando um acréscimo significativo – mas nem sempre contabilizado financeiramente – na jornada laboral de um número muito representativo de mulheres.

Ainda assim, com as mulheres a dividirem-se entre as atividades domésticas e as públicas, foram inevitáveis algumas importantes transformações no contexto familiar: os sujeitos idosos, que eram normalmente amparados no trabalho quotidiano, no seio das próprias famílias, mais extensas e multigeracionais – fundamentalmente pelas mulheres, mas com apoio e manutenção financeiros geralmente masculinos –, passaram a ser responsabilidade de outros grupos e instituições sociais e do próprio Estado.

Evidentemente que o envelhecimento demográfico e o aumento da expectativa de vida, na grande maioria dos países, também contribuíram para que a velhice se tornasse visível. É, pois, possível observar um envelhecimento urbano acelerado, principalmente em países considerados desenvolvidos, como os da Europa, com uma concentração de idosos/as em zonas mais centrais das cidades – acentuadamente nos centros históricos –, contrastando com a periferia, de populações mais jovens. Outrossim, verifica-se o aumento do envelhecimento rural, iniciado na década de 1960 e acentuado pelos movimentos migratórios da população jovem e ativa em direção aos espaços urbanos, e pela queda generalizada nos índices de natalidade, que atingiu, também, a população rural (Jouen, 2001).

Embora a assunção da velhice, enquanto categoria social, se possa traduzir numa série de benefícios para uma população outrora sem quaisquer direitos cívicos, cabe destacar um certo cristalizar, por parte do mundo académico, em torno de representações estigmatizantes e polarizadas sobre a velhice. Esta visão da problemática, em última análise, acaba por não levar em linha de conta a pluralidade e a diversidade das experiências de velhice, além de prejudicar os próprios sujeitos, que se sentem obrigados a se adequar a um padrão predeterminado.

Por outro lado, as categorizações acabam por mascarar a multiplicidade e a complexidade das identidades (Paúl, 2005). Esta constatação é bastante perceptível se pensarmos na velhice, por exem-

plo, enquanto categoria social. A “máscara da velhice” (Featherstone; Hepworth, 1990) é capaz de esconder, para os outros e para si mesmo, os “arquipélagos de subjetividades” (Santos, 1999: 107) com que os sujeitos constroem e reconstroem as suas identidades a partir de relações e circunstâncias pessoais e coletivas.

A segregação social, a estigmatização, a despersonalização e a exclusão, a que muitas pessoas idosas estão sujeitas, devem-se, em grande medida, aos limites impostos por esse tipo de categorização (Fernandes, 1997).

Um dos resultados da homogeneização dos sujeitos na categoria velhice assenta nas próprias respostas sociais e políticas públicas, comumente direcionadas a um determinado padrão, a um tipo específico de velhice. No entanto, a pluralidade de trajetórias, de experiências de vida, de expectativas, de contextos vividos e de identidades traz a terreiro a impossibilidade de uma padronização dos sujeitos que se inserem (ou são involuntariamente inseridos) nessa categoria.

Na tentativa de evitar a cristalização e a legitimação científicas da velhice enquanto categoria social homogênea, escamoteando, portanto, subjetividades e identidades, são de ponderar algumas precauções metodológicas-linguísticas.

Em primeiro lugar, porque tais questões são inerentes às ciências sociais e humanas. O/a investigador/a deve expor as suas preocupações e dúvidas, assumindo-se, não como um/a portador/a da verdade, mas como alguém que articula e que busca, olhando e escutando, com uma sensibilidade atenta a novos olhares e novas vozes, sistematizar as análises, propostas e conhecimentos que foram construídos coletiva e processualmente.

Em segundo, pelo emprego deliberado do plural, quando da referência à categoria social dos sujeitos desta pesquisa – *velhices* e *territórios* –, e do indicativo de sexo, na tentativa de incluir as mulheres em contextos linguísticos ainda dominados pelos

homens. Embora pareça óbvia a diversidade de velhices e as diferenças existentes entre os dois sexos (naturais ou construídas), inclusive nas vivências de velhice – trata-se de uma categoria lida pela sociedade em geral e pelos poderes públicos, muito especialmente, quase sempre no singular. De resto, essa leitura é também usualmente feita no masculino, ainda que a realidade demonstre, através da demografia de grande parte dos territórios, em escala local e mesmo mundial, e por vários estudos (Fernandes, 1997; Neri, 2001), que são as mulheres a chegarem com mais frequência a essa etapa da vida e a vivenciá-la por mais tempo. Ora, tal não obsta a que, muitas vezes, sejam as responsáveis (e socialmente responsabilizadas) pela sua gestão – quer da própria velhice, quer da velhice dos seus pares, não obstante as transformações verificadas no mundo do trabalho e no interior das famílias, conforme acima mencionado.

Em terceiro lugar, um projeto metodológico adequado, flexível e aberto a novos rumos e decisões também deve garantir o respeito pelas multiplicidades, singularidades e diferenças que, de uma forma ou de outra, emergem no decorrer da investigação.

Neste sentido, com base na problemática e nos objetivos da pesquisa, a categoria de análise serão os *territórios*, ao passo que os eixos norteadores serão as *acessibilidades*, as *mobilidades* e as *sociabilidades*.

Deste modo, tendo como principal objetivo a identificação das interdependências das relações entre velhices e territórios, há que localizar pontos referenciais de análise. Sem dúvida que estes últimos ajudam na condução da pesquisa, apesar de outras categorias de análise terem necessariamente surgido no decurso da investigação.

1.3. ACESSIBILIDADES, MOBILIDADES E SOCIABILIDADES: OLHARES SOBRE OS TERRITÓRIOS

No que respeita, especificamente, aos três eixos condutores da pesquisa, estes têm vindo a balizar as agendas e discussões políticas no âmbito da inclusão e das políticas das cidades, mau grado muitas dessas discussões estarem mais centradas na competitividade económica dos territórios, do que nas expectativas e melhoria da qualidade de vida das pessoas que deles participam.

Desta forma, acessibilidades, mobilidades e sociabilidades constituem-se como uma tríade interrelacional, onde cada elemento colabora para a existência e o bom funcionamento dos demais, compensando, de certa maneira, as limitações de uns e de outros, principalmente no que concerne às sociabilidades, enquanto redes de solidariedades e ajudas mútuas tecidas nos campos sociais do parentesco, da amizade, dos grupos de trabalho e lazer e da vizinhança (Dias, 2005).

Abordando, agora, a categoria de análise – *territórios* –, importa explicitar que estes são aqui entendidos a partir de uma leitura crítica, política e transformadora, que compreende a temática territorial como central para a construção de uma sociedade mais justa, um lugar de convivência e liberdade baseado em princípios ecológicos, identitários e solidários (Saquet, 2013: 176). Nesta abordagem, os territórios são histórica e socialmente construídos. Tal construção “envolve necessariamente o poder, as contradições, as desigualdades, as redes de circulação e comunicação (transescalaridade), as demarcações, as identidades, as apropriações e dominações” (Saquet, 2014: 177-178).

Segundo este enfoque, os territórios são vistos, ao mesmo tempo, como cenários e atores, produzindo e sendo, eles próprios, produtos dos movimentos que ali se estabelecem: de ideias, de mercados, de

capitais, de pessoas (Saquet, 2011) e, ainda, de símbolos, imagens e representações.

O mesmo se processa em relação aos eixos escolhidos como orientadores do estudo. Ao optar pelas relações velhices-territórios como sujeitos desta pesquisa, uma pergunta se impõe: que aspetos privilegiar nessas relações? De facto, as dificuldades que Coimbra estabelece à deslocação em alguns territórios, assim como a importância que esses três eixos têm para as vivências da velhice, implicaram que se privilegiassem os eixos de acessibilidades, mobilidades e sociabilidades.

Em boa verdade, *acessibilidade* e *mobilidade* são conceitos bastante recentes, construídos a partir das transformações sociais que vêm ocorrendo na contemporaneidade.

Para Bauman (2005: 20), a mobilidade e a aceleração das mudanças, principalmente no cenário urbano, são características da modernidade líquida, sendo que a facilidade de movimento é “o fator primordial de estratificação na atual hierarquia de dominação” (Bauman, 2010: 85).

Assim, nos contextos urbanos, e integrando a própria urbanização, a mobilidade – de pessoas, de bens, de produtos, de mensagens e de ideias – surge como condicionante da participação nos territórios (Rémy; Voyé, 1994: 11; 74). Tal é especialmente perceptível em cidades onde há a tendência a uma *especialização espacial* (Silvano, 2007) ou, para ser menos radical, em cidades onde há uma dispersão dos serviços, obrigando as pessoas a deslocações frequentes.

A mobilidade – traduzida, na era contemporânea, por *hipermobilidade* – também pode ser compreendida como um “fenômeno fundante da trama socioespacial das aglomerações urbanas contemporâneas, revelando dinâmicas globais, regionais e locais num mesmo plano” (Marandola Jr., 2011: 98), sendo, ao mesmo tempo, causa e consequência das formas espalhadas e dispersas que caracte-

rizam as metrópoles e influenciam a reprodução social do cotidiano e dos estilos de vida.

A mobilidade, na contemporaneidade, também é assumida como uma dimensão individual e subjetiva, associada à autonomia e ao domínio espaço-temporal. Vista sob esse ângulo, a mobilidade acaba por se repercutir nos diversos sistemas: sociais, culturais e psicológicos, implicando até mesmo a construção da personalidade e da identidade dos indivíduos (Silvano, 2007).

Sendo a autonomia e a independência princípios supervalorizados nas sociedades urbanas contemporâneas, cria-se um paradoxo a respeito da mobilidade, uma vez que, enquanto uma capacidade, nem todas as pessoas a possuem de forma igual (Rémy; Voyé, 1994).

É importante referir que as experiências de mobilidade de cada faixa etária se diferenciam em “necessidades, padrões e significados para crianças, jovens, adultos e idosos” (Marandola Jr., 2011: 109), distinguindo-se, também, em virtude das diferenças de gênero e da composição do agregado familiar.

O conceito de acessibilidade surge, então, como uma maneira de minimizar os problemas relacionados com a mobilidade, a partir da compreensão de que a falta de acessibilidade resulta de incapacidades e constrangimentos do próprio meio, não dos indivíduos que dele fazem parte e/ou que se relacionam com ele (Simões *et al.*, 2010). Estes problemas despontam como novos desafios sociais, trazidos à superfície com as transformações das sociedades contemporâneas.

São exemplos dessas transformações: a expansão urbana; a incessante verticalização das habitações; o aumento considerável do número de automóveis a circular nas médias e grandes cidades; o desenvolvimento das redes e tecnologias de transporte e de comunicação; além, é claro, dos movimentos em prol da inclusão social, que abarcam, de forma muito relevante, as transformações dos paradigmas temporais e espaciais, com a intensa compressão espaço-tempo (Lopes, 2002: 73), onde o espaço se flexibiliza, ao

mesmo tempo que se expande e se retrai, e onde a velocidade, a aceleração nos ritmos e nos tempos, parecem fundamentar os movimentos humanos.

A maior visibilidade dos sujeitos idosos e das pessoas com deficiência, em resultado do aumento da longevidade e das transformações das relações público/privado, também pode ser vista como propiciadora de reflexões e de estudos, que culminaram no desenvolvimento do conceito de acessibilidade.

Porém, a compreensão da diversidade como “o conjunto das diferenças e peculiaridades individuais” (Fernandes, 2002: 54) e como condição própria dos seres humanos, a partir do reconhecimento político das diferenças, retira dos sujeitos a responsabilidade pelos défices em termos de mobilidade que, na realidade, têm origem nas próprias organizações das instâncias públicas e sociais, nas suas instituições e nos seus métodos (Fernandes, 2002; Fernandes; Lippo, 2013). Neste contexto, a acessibilidade é entendida como um direito humano universal.

O princípio da acessibilidade universal requer que os territórios sejam pensados e planificados a partir de um *design* universal, isto é, a partir de um desenho que conceba “espaços e produtos que possam ser usados por todas as pessoas, na maior abrangência possível, sem a necessidade de adaptações específicas no projeto” (Alvarez; Camisão, 2007: 2).

Assim, se a mobilidade pode ser entendida como a capacidade de movimento dos sujeitos pelos territórios, tornando-se agentes desses e nesses territórios, então a acessibilidade pode ser definida como os meios para facilitar e possibilitar este movimento, através da capacitação dos territórios para a oferta de segurança e autonomia a quem deles fizer uso (Araújo, 2002). A acessibilidade – ou a sua falta –, então, pode condicionar a mobilidade.

Os *meios* e a *capacitação* para tornar os territórios mais acessíveis compreendem desde a proximidade aos locais para onde se

deseja, ou se necessita, deslocar (neste caso, a oferta de produtos e serviços próximos das zonas residenciais), até à eliminação de barreiras naturais e/ou arquitetónicas, passando pelo acesso, frequência e área de cobertura dos transportes urbanos, nomeadamente os de uso coletivo, e as possibilidades de contactos e participação social de todos os sujeitos.

Quanto ao último eixo, entende-se por *sociabilidade* as interações sociais desenvolvidas pelos/entre os indivíduos nos vários contextos das suas vidas.

Chame-se à colação o conceito de sociabilidade de Simmel (2006: 168), para quem a sociabilidade seria “uma forma autônoma ou lúdica de sociação”, esta última devendo ser compreendida como uma interação social entre os indivíduos, motivada por recompensas, benefícios ou trocas materiais.

Neste sentido, a sociabilidade extrapola a sociação, sendo motivada por interesses mais subjetivos, existindo “por si mesma e pelo fascínio que difunde pela própria liberação destes laços” (Simmel, 2006: 168). Isto significa que, ainda que a sociabilidade também pressuponha trocas, estas estabelecem-se, geralmente, mais a nível subjetivo e afetivo e de forma mais espontânea.

Na contemporaneidade, no entanto, é possível observar que as formas de sociabilidade “informadas pela lealdade e a autenticidade” se constituem apenas como uma parte das relações sociais, concorrendo com novas formas de interação mediadas pelo distanciamento tempo-espaço (Giddens, 1991: 108). É o caso das redes de comunicação e informação, que permitem a criação de relações virtuais que se processam de forma rápida e simultânea em qualquer parte do Globo, transgredindo tempo e espaço. Todavia, essas novas formas de interação possuem laços frágeis, alerta-nos Bauman (2009: 56), para quem as mediações entre o tempo e o espaço possuem escalas distintas no interior de uma hierarquia de poder.

A existência de novas formas de interação social, constituídas sob a flexibilidade contemporânea do binómio tempo-espço, é inegável. Ainda que estabelecidas a partir de laços frágeis, essas novas sociabilidades podem representar um ganho, desde que não substituam relações mais substanciais, baseadas em responsabilidades e compromissos mútuos, e cujos laços sejam mais fortes e duradouros.

As novas sociabilidades, construídas a partir de redes de informação e comunicação, requerem, ao mesmo tempo, o acesso das pessoas aos instrumentos – aos computadores, à *internet* e às redes sociais – e consequente aprendizagem.

Embora o acesso à tecnologia se tenha vindo a tornar cada vez mais popular e democrático, sabe-se que ainda há muitas pessoas que podem ser consideradas *analfabetas digitais*, por não possuírem, ainda, nem o acesso aos meios, nem as competências necessárias para o estabelecimento das interações sociais mencionadas. Neste caso, a falta de acesso – ou de predisposição para as necessárias adaptações ao uso de novas tecnologias – pode, uma vez mais, configurar exclusão e restrição de autonomia.

Em suma, conhecer os territórios, as suas redes de acesso, os seus serviços, as suas estruturas e os seus movimentos, a partir de padrões de acessibilidade atuais, são procedimentos necessários. Mais importante, no entanto, é conhecer as dinâmicas estabelecidas nessas relações a partir das percepções que os próprios sujeitos têm das mesmas relações. Assim, os eixos escolhidos também serviram como elementos motivadores para suscitar as impressões dos sujeitos no decorrer do trabalho de campo que culminou nas entrevistas conduzidas.

1.4. METODOLOGIA: A PESQUISA COMO UM PROCESSO

A interdisciplinaridade proposta nesta investigação foi sempre indicativa de que o processo se desenvolvesse a partir de um plano

metodológico híbrido, sem que houvesse a preocupação com uma “invasão metodológica”, num procedimento próprio desta ou daquela disciplina.

Assim, optou-se por um planeamento metodológico de matriz não-positivista, que tivesse a etnografia como proposta metodológica e epistemológica, dentro de um paradigma interpretativo/compreensivo. Neste contexto metodológico, a dimensão social é fundamental, correspondendo à perceção das relações entre os sujeitos e os contextos ecológicos em que as interações acontecem.

O processo metodológico etnográfico, por sua vez, diz respeito a uma postura antropológica subordinada “à preocupação de compreender o outro, através da reflexividade do/[a] investigador/[a] para racionalizar a posição social de cientista e para relativizar as suas origens culturais de cidadão/[ã]” (Caria, 2005: 14), e à escolha de procedimentos e saberes operatórios pluritécnicos e epistemologicamente híbridos e ecléticos.

A metodologia escolhida apontou para alguns procedimentos importantes: observação e reconhecimento do terreno; recolha de dados estatísticos, assim como consulta das normativas/orientações legais/institucionais e políticas europeias e portuguesas referentes à velhice e ao envelhecimento e à acessibilidade; observação participante; entrevistas semiestruturadas; e entrevistas não-estruturadas.

De igual modo, fez-se uso de uma estratégia metodológica de sistematização, diagnóstico, visualização, comparação e apresentação das realidades observadas. No que concerne aos enquadramentos, às paisagens, aos serviços, às acessibilidades e à demografia, empregou-se a cartografia na construção de mapas dos territórios em questão.

Como recurso metodológico secundário de recolha de dados *in loco*, foram utilizados os dados estatísticos existentes nas bases estatísticas oficiais portuguesas, no intuito de apreender as realidades estudadas dentro de um contexto mais genérico e amplo.

A fim de ultimar o estudo, recolheram-se dados na Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI), referente aos censos 2011 (último censo geral realizado em Portugal), do Instituto Nacional de Estatística (INE).

A BGRI é uma base de acesso restrito que dispõe, além de dados mais abrangentes, referentes ao país, às regiões, aos distritos, aos concelhos e às freguesias, dados estatísticos mais específicos, recolhidos por subsecções correspondentes aos quarteirões de cada território.

Além destes dados, foi imperioso consultar a legislação, as normativas/orientações e as políticas existentes nos âmbitos europeu e português⁴ sobre velhice/envelhecimento e acessibilidade. A consulta dos documentos legais, acordos, propostas e estratégias que incidem sobre ambas as temáticas (ou a constatação da inexistência de tal documentação) conferiram sustentação a este trabalho, principalmente na elaboração das sugestões e das propostas que se encontram no final.

Como recurso fundamental da recolha de dados, indique-se a realização de entrevistas com as pessoas idosas que participaram neste estudo.

Embora as entrevistas levadas a cabo tenham tido um cunho semiestruturado, com base num roteiro prévio de questões, o que se processou, na prática, foram relatos que, ainda que suscitados

⁴ Relativamente ao contexto europeu, consultou-se a Base EUR-Lex, uma base de dados de acesso livre que permite o acesso ao *Jornal Oficial da União Europeia* (disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>), usando os seguintes descritores: “envelhecimento”, “velhice”, “velhos”, “idosos”, “idades” e “gerações”. Também foi consultada a Constituição da República Portuguesa, de 1976, que dedica o artigo 72.º à terceira idade; além da legislação da Assembleia da República, do Conselho de Ministros, do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e do Ministério da Saúde, que, de uma forma ou de outra, tivessem as pessoas idosas como sujeitos de direito. Em relação à acessibilidade, passou-se em revista somente a legislação portuguesa, detendo-nos no Decreto-Lei Nº 163/2006 e no Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA) – criado através da Resolução do Conselho de Ministros Nº 9/2007.

pelas questões, se apresentaram assaz espontâneos, resultando em narrativas biográficas bastante ricas.

Para facilitar o tratamento das informações, os temas foram separados em categorias e subcategorias denominados de *categorias analítico-interpretativas*: (i) Relações Familiares; (ii) Relações Vicinais; (iii) Saúde/Doença; (iv) Mobilidade; (v) Autonomia; e (vi) Independência/Dependência.

O conteúdo das entrevistas foi, de certa forma, “enquadrado” a partir das categorias escolhidas. Em todo o caso, obedecendo a um referencial metodológico/epistemológico etnográfico, buscou-se preservar a riqueza narrativa e performativa das entrevistas, não se permitindo que o enquadramento acabasse por aprisionar esta riqueza, limitando-a ao conteúdo expresso na conversação.

A categorização das informações, realizada a partir dos próprios objetivos do estudo e dos conteúdos das entrevistas, possibilitou uma visão geral de cada um dos territórios e, posteriormente, dos quatro territórios no seu conjunto, a partir de semelhanças e recorrências, por um lado, e diferenças, por outro.

1.5. OS SUJEITOS DA PESQUISA

As pessoas que participaram no estudo foram selecionadas de acordo com critérios de idade (65 anos ou mais) e local de residência (um dos quatro territórios analisados), dentro de uma amostragem não probabilística e intencional, sem a pretensão ou preocupação de se atingir qualquer limiar de representatividade.

O acesso aos sujeitos que participaram do estudo fez-se a partir da colaboração de pessoas e instituições chave nos territórios em questão. Desta forma, recorreu-se, por exemplo, à mediação de Centros de Dia (CD), Centros Paroquiais e Centros Sociais sediados nos territórios e, algumas vezes, ao auxílio de indivíduos que

possuíam alguma relação com algum provável sujeito que pudesse participar no estudo. Essa mediação foi decisiva para a efetivação do trabalho.

Outro ponto, cuja menção se faz necessária, diz respeito à representatividade por sexo. Foi mais fácil estabelecer contacto com participantes mulheres. Assim, das 42 pessoas que participaram do estudo, apenas doze eram homens. Esse desequilíbrio fez-se notar na grande maioria dos territórios estudados, à exceção do Casal do Lobo, onde o número de participantes de ambos os sexos se equiparou. Sobre essa diferença numérica, é possível fazer algumas inferências: o número de mulheres idosas nos territórios estudados é realmente superior ao número de homens nesse mesmo estágio do curso de vida, ainda que essa superioridade nem sempre seja muito significativa, como mostram os dados estatísticos. Decerto que o facto de a investigadora ser uma mulher na meia-idade também pode ter constrangido alguns homens a participarem no estudo. Além disso, os CD, onde grande parte das entrevistas foi realizada, são mais comumente frequentados por mulheres, havendo, por um lado, uma certa resistência masculina em frequentar esse tipo de instituição, e, por outro, uma maior rede de cuidados em torno dos homens idosos, uma vez que, em alguns casos, as próprias mulheres idosas acabam por se tornar cuidadoras dos seus companheiros.

1.6. A SISTEMATIZAÇÃO E A ANÁLISE DOS DADOS E INFORMAÇÕES

Para uma melhor sistematização e compreensão de cada um dos territórios da pesquisa, com vista a uma posterior análise e interpretação dos dados, fez-se uso da cartografia. Os cartogramas foram

construídos com base nas informações estatísticas e nas observações realizadas, com a utilização do programa ArcGIS⁵.

Para a análise das entrevistas, foram elaboradas categorias analítico-interpretativas, não obstante a opção pela realização de um estudo etnográfico.

Deste modo, as categorias analítico-interpretativas surgidas são amplas, quer permitindo um trânsito mais ou menos livre dos conteúdos extraídos das entrevistas, quer viabilizando, também, que outros elementos percebidos durante as observações e a realização das entrevistas também viessem à tona, participando, assim, no processo analítico proposto.

Importa, mais do que meramente classificar o conteúdo manifestado e registado nas entrevistas através de categorias, perceber a lógica, o sentido e a relevância dessas manifestações em relação ao observado.

O processo, incluindo as condições e as negociações entre investigadores/as e investigados/as, é decisivo nas pesquisas qualitativas em ciências sociais e humanas, especialmente naquelas que encaram a etnografia enquanto uma metodologia eminentemente relacional.

⁵ O ArcGIS é um *software* obtido mediante licença. É um Sistema de Informação Geográfica (GIS) utilizado para criação e utilização de cartogramas, compilação de dados geográficos, análise de informações cartografadas e gestão de informações geográficas em bancos de dados

2. TERRITÓRIOS: TEORIA E CONTEXTUALIZAÇÃO

Este capítulo assenta em dois propósitos distintos, porém, relacionados entre si.

O primeiro, em ordem sequencial, é o enquadramento teórico da categoria *territórios* a partir da sua multidimensionalidade e tendo em consideração os objetivos e as características do estudo.

O segundo, numa vertente mais pragmática, pretende apresentar e contextualizar os territórios de estudo, partindo do concelho de Coimbra (contexto maior) para, de seguida, apresentar cada um dos quatro territórios na sua multiplicidade dimensional. Com vista a esse segundo propósito, recorreu-se a mapas e imagens que visam apresentar os territórios de forma ilustrativa e elucidativa.

O objetivo, aqui, centra-se na tentativa de uma articulação entre o escopo teórico e as realidades territoriais observadas, não no sentido de tentar encaixar a realidade à teoria, mas no intuito de apreender, de forma mais analítica, o universo do estudo.

Uma reflexão teórica acerca da categoria *territórios*, buscando clarificar e justificar a sua presença neste trabalho, iniciará, então, esta secção.

2.1. O(S) TERRITÓRIO(S) COMO CATEGORIA E SUJEITO

A escolha da nomenclatura *territórios* para definir, ao mesmo tempo, um dos sujeitos e a categoria de análise do estudo, não brotou do acaso. Antes pelo contrário. Denominar de *territórios* os espaços e lugares onde as pessoas idosas vivem e elaboram as suas referências identitárias, a partir de relações e vivências quotidianas, foi intencional, uma vez que território, espaço, lugar e paisagem são conceitos centrais à geografia, constituindo-se como sujeitos dos estudos geográficos, algumas vezes encarados como sinónimos, noutras, como conceitos complementares. Todos são, em última análise, conceitos relacionais, multidimensionais, pluri e interdisciplinares, que extrapolam os domínios da geografia, aproximando-se da fronteira de outras disciplinas, como a antropologia, a sociologia, a psicologia, a filosofia e a economia.

Uma vez que as definições concetuais são indicativas das conceções, das linhas, dos referenciais, assim como das próprias disciplinas que orientam as reflexões tecidas num trabalho de investigação, importa levar em linha de conta as orientações da geografia crítica e da geografia humana, para as quais o encontro e a intersecção disciplinar são necessários às reflexões epistemológicas, metodológicas e concetuais levantadas no seio da disciplina geográfica, sendo também necessários à construção de novas estratégias, de novas epistemologias, de novos paradigmas e de novas propostas para a compreensão, a elaboração e reelaboração críticas e a transformação das realidades.

Atinente a essa conceção da geografia, espaço, lugar e paisagem são elementos constituintes do território, inclusive, política e simbolicamente, sendo, todos eles, processos indissociáveis das vidas quotidianas (Saquet, 2005), construídas a partir de dinâmicas e dialéticas que envolvem as dimensões naturais, económicas, políticas, sociais, culturais, religiosas, simbólicas, afetivas.

2.1.1. Espaço, lugar, paisagem: Território – uma abordagem concetual

Começa-se, então, na senda de uma concetualização de espaço a partir das suas variadas – algumas vezes complementares – conceções e abordagens.

O espaço, principal objeto da geografia, constitui-se como um espaço social – além de meramente geográfico –, constantemente transformado a partir de processos históricos, envolvendo, ao mesmo tempo, natureza e sociedade, ambas mediadas pelo trabalho, pela tecnologia e pelo conhecimento (Saquet, 2009).

Enquanto categoria permanente, o espaço comporta-se como “uma categoria universal preenchida por relações permanentes entre elementos lógicos encontrados através da pesquisa do que é imanente, isto é, do que atravessa o tempo e não daquilo que pertence a um tempo dado e a um dado lugar” (Santos, 2004: 151).

Por outro lado, enquanto categoria histórica, o espaço é modificado a partir das transformações dos significados dos seus objetos, dos seus conteúdos e das suas relações, transformações essas promovidas pelo próprio movimento histórico (Santos, 2004: 152).

Ambas as conceções de espaço são complementares, cruzando-se a partir da concetualização de espaço como um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2002: 63).

De um ponto de vista filosófico e epistemológico, o conceito de espaço antecede o conceito de lugar (Santos, 2004: 153). Todavia, quando medido a partir de um ponto de vista psicológico (subjetivo), o conceito de lugar surge como anterior ao conceito de espaço, pois enquanto “porção discreta de espaço total” (Santos 2004: 152), o lugar indica um espaço identificado, com um nome, uma referência, isto é, liga-se “à noção de localização e individualidade das parcelas

do espaço” (Costa; Rocha, 2010: 51), a partir de demarcações físicas e simbólicas (Leite, 2009: 198). Essa determinação do espaço num lugar específico qualifica-o enquanto uma materialização humana, construída como uma localização própria e específica a partir do estabelecimento de distâncias em relação a outros referenciais e outros lugares (Carlos, 2007: 12) – distâncias essas, muitas vezes relativas e carregadas de subjetividades –, dos seus usos e da atribuição de sentimentos de pertença (Leite, 2009: 198).

Assim, as “relações do cidadão, do homem comum, se realizam, concretamente no lugar, no plano da vida cotidiana” (Carlos, 2007: 14), ou seja, os seres humanos não habitam um espaço indefinido, mas sim um lugar, cuja produção e reprodução continuadas têm a “realização da vida como condição e produto do estabelecimento de relações reais indispensáveis a ela[s]” (Carlos, 2007: 41).

O lugar pode ser analisado, então, como pertença e ponto de partida para a inserção e compreensão do mundo, construído subjetivamente, alicerçado numa dimensão afetiva. A essa dimensão afetiva, a afeição a um lugar específico, Tuan chama de *topofilia*, “o elo afetivo entre o lugar ou ambiente físico” (Tuan, 1980: 5).

O lugar também pode ser definido como “um centro de ação e intenção, [...] um foco onde nós experimentamos os eventos significativos de nossa existência” (Relph, 1976: 42). A partir dessa noção, surge o conceito de “lugaridades”, ou elementos que imprimem ao lugar autenticidade, sentido, espírito, raiz/enraizamento e interioridade (Relph, 1976).

Desta forma, os “não lugares” correspondem ao oposto dos lugares na sua construção afetiva e identitária, pois “um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar” (Augé, 2010: 73).

A paisagem, por sua vez, como outro elemento constituinte dos territórios e também como um sujeito geográfico, remete para os sentidos e as percepções humanas que ultrapassam a mera observa-

ção do olhar (Saquet, 2011: 51). Sentir a paisagem implica escutá-la, cheirá-la, tocá-la, acompanhar os seus ritmos e movimentos (Fortuna, 2007; 2009). Assim, a paisagem pode ser vista como uma tradução do território material pela representação, ou seja, como a intersecção entre a observação e um território material, ou, ainda, como “o nível visível e percebido do processo de produção do território” (Saquet, 2009: 81).

A compreensão de que cada “grupo vê a paisagem através da lógica de uma cultura que lhe é própria” (Claval, 2003: 10), de modo subjetivo, a partir das reações que uma determinada paisagem provoca, despertou a abordagem cultural na geografia.

Desta maneira, a paisagem pode ser analisada como uma “materialização das condições sociais” (Costa; Rocha, 2010: 49), onde elementos naturais e artificiais (a natureza transformada pela ação humana) convivem num mesmo espaço, justapondo-se ou sobrepondo-se. Assim, cada paisagem resulta de uma combinação dinâmica de elementos que refletem escolhas, necessidades e possibilidades próprias, criadas a partir do confronto entre forças transformadoras e forças de resistência, que produzem: ora paisagens completamente novas, ora a conservação de antigas paisagens, ora as suas transformações ou adaptações, ora, ainda, a degradação de paisagens (Santos, 2008: 28; 30).

As abordagens da geografia contemporânea enfatizam os aspetos subjetivos das relações das pessoas com os ambientes, quer através das sensações, quer pelo modo como os percebem e os vivenciam, ou seja, a paisagem encontra-se na “interface dos ambientes operacional, perceptual e comportamental” (Salgueiro, 2001: 49).

A categoria *território*, por sua vez, tem protagonizado diversos debates nas ciências humanas e sociais, existindo controvérsias acerca da sua definição.

“Etimologicamente a palavra território, ‘territorium’ em latim, é derivada do vocábulo terra e é compreendido como o pedaço

de terra apropriado dentro dos limites de uma jurisdição político-administrativa” (Costa; Rocha, 2010: 46).

Haesbaert (2004b) também analisa a etimologia da palavra território, acrescentando à sua origem ligada à terra (*territorium*) os termos latinos *terreo-territor*, significando terror, aterrorizar, “ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no ‘territorium’ ficam impedidos de entrar” (Haesbaert, 2004b: 01 – itálico do autor).

Assim sendo, os territórios podem ser compreendidos como processos coletivos, multiescalares e históricos de agentes concretos, que os interpretam e os reinterpretam de múltiplas maneiras, a partir de “articulações sociais, conflitos, cooperações, concorrências e coesões” (Saquet, 2009: 88).

Deste modo, “[os] homens [seres humanos] têm centralidade na formação de cada território: cristalizando relações de influência, afetivas, simbólicas, conflitos, identidades, etc.” (Saquet, 2009: 85), num processo que se revela uma síntese da mediação entre natureza e sociedade.

Essas relações e articulações sociais, vividas quotidianamente, são as *territorialidades*, processos que correspondem ao poder exercido a partir das relações sociais quotidianas, que extrapolam as relações políticas e envolvem relações económicas, culturais e afetivas desenvolvidas em redes, entre indivíduos, entre indivíduos e grupos, e entre grupos, de múltiplas e híbridas maneiras (Saquet, 2009: 90). Ou seja, a partir de relações endógenas – entre agentes conetados por laços de proximidade espacial – e exógenas, constituindo a participação territorial um processo multiescalar (Dias, 2005: 20-21).

Um dos elementos que estão na base das relações de poder existentes nos territórios – tanto no seu exercício, quanto na sua ausência, quer ainda por ignorância ou omissão, quer finalmente por repressão – é a cidadania, ou seja, a “vida ativa no território,

onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança, a solidariedade, as relações de poder” (Koga, 2003: 33).

Haesbaert (2004: 40) aponta três dimensões essenciais para a compreensão e definição do território: (i) política, “onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado”; (ii) cultural, “em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”; e (iii) económica, que vê o território “como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como fruto da divisão ‘territorial’ do trabalho, por exemplo”.

Estas dimensões não são, necessariamente, conflituosas entre si, nem se anulam mutuamente. Pelo contrário, relacionam-se e complementam-se, envolvendo, de uma forma ou de outra, relações de poder.

A multidimensionalidade do território, bem como sua pluralidade constitutiva, torna essa nomenclatura como a mais adequada a este trabalho. Certamente, os demais elementos que compõem o território também figuram aqui: o espaço, com a sua conotação geográfica e social mais abrangente; o lugar, como um elemento identitário e subjetivo; a paisagem, percebida e sentida pelos sujeitos da investigação; e o próprio território, como campo de poder (aos mais variados níveis), de disputas, de acordos, de perdas, de ganhos e de contradições.

A seguir, apresentam-se os territórios de estudo, começando pelo território maior, o concelho de Coimbra, passando depois para os demais territórios, tentando trazer novamente à tona os elementos trabalhados até então, identificando-os com a realidade apresentada.

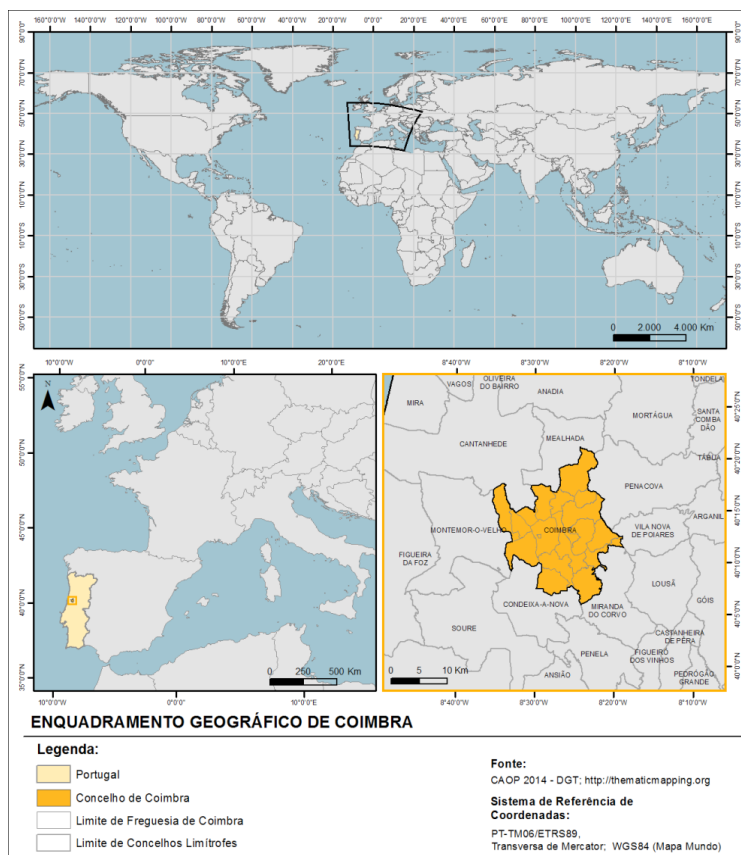
2.2. O CONCELHO DE COIMBRA

2.2.1. Coimbra: geografia e paisagem

Coimbra, sede de distrito, é, de igual modo, o maior concelho do designado policentrismo da Região Centro de Portugal, apresentando-se como uma cidade de dimensões médias. A posição geográfica de Coimbra, a cerca de 190 km de distância de Lisboa e a cerca de 110 km da cidade do Porto, define-a, na sua estrutura urbana básica, como uma “metrópole interior” (Villça, 2001), isto é, uma metrópole que dispõe de uma área de expansão de 360°. Desde os alvares da sua expansão urbana, principalmente a partir da ocupação muçulmana, que teve início no século VIII, Coimbra deparou-se com um obstáculo natural que divide o espaço – o Rio Mondego –, funcionando este “como uma barreira que define – tendo como referência o centro da cidade – o ‘lado de lá’ (oposto ao centro) e o ‘lado de cá’ (o lado onde está o centro)” (Villça, 2001: 114). No início da mencionada expansão, essa barreira, tendeu a acolher a maior parcela do crescimento urbano e a maior concentração de renda no lado da cidade onde se encontra o centro, ainda que o centro também abrigue camadas de renda baixa. Ao longo da expansão, nomeadamente a partir do final do século XIX, surgiram, no lado oposto ao centro, subcentros de comércio (Villça, 2001).

Confrontando os seus limites com os municípios de Cantanhede, Mealhada, Penacova, Vila Nova de Poiares, Miranda do Corvo, Condeixa-a-Nova e Montemor-o-Velho, o concelho de Coimbra ocupa, de entre os municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM/RC), uma posição de destaque: a sua

população corresponde a quase 40% de todos os habitantes dessa Comunidade⁶.



Cartograma 1: Enquadramento Geográfico de Coimbra – Mundo, Europa, País e Região.

Num espaço geográfico que estabelece uma transição entre a planície aluvial e o Maciço Antigo, onde o vale se fecha num sistema de encostas com bastante declive, o concelho de Coimbra é atravessado pelo Rio Mondego, (Rebello, 2012). Essa característica

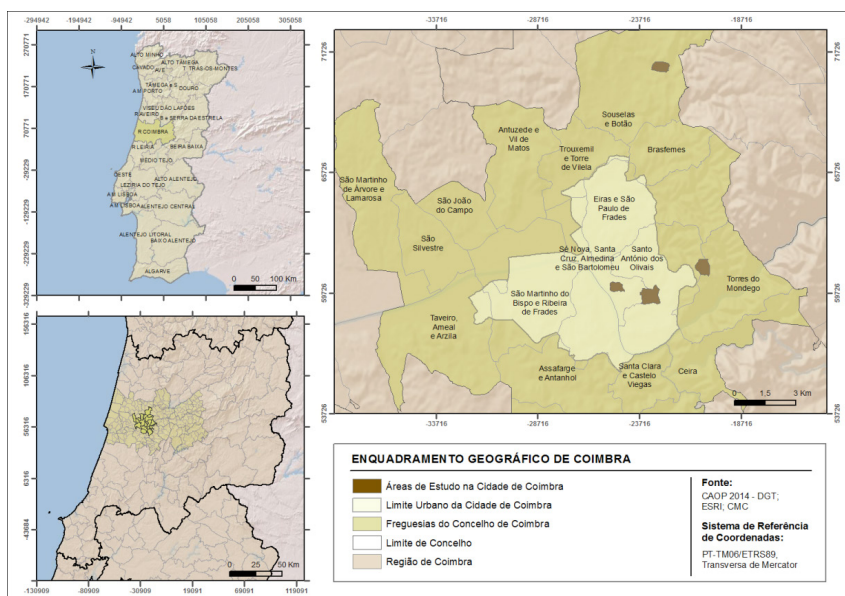
⁶ De acordo com os Censos 2011, do INE, Coimbra possui uma população residente de 143.396 habitantes. A população residente total da CIBM é de 362.409 habitantes.

geográfica permitiu a Coimbra uma localização privilegiada: de um lado, a proteção estratégica da encosta; do outro, o sistema estruturante, produtivo e dinâmico do rio.

Embora 31% dos terrenos do município sejam planos, correspondendo, fundamentalmente, à planície aluvial do Mondego e dos seus afluentes, as áreas de declive superior a 25% também fazem parte da paisagem de Coimbra, ocupando 26% do seu território e compreendem, basicamente, a região das vertentes do Maciço Marginal (Câmara Municipal de Coimbra, 2013: 15).

Em termos climáticos, o concelho de Coimbra, como o restante país, é marcado pela influência mediterrânica (Rebelo, 2003), o que lhe garante verões quentes e secos, e invernos frios e chuvosos, alternados por primaveras e outonos de temperaturas amenas e clima temperado agradável (Rebelo, 2012).

No que diz respeito à sua divisão político-administrativa, atualmente – a partir da Lei nº 11-A, de 28 de janeiro de 2013 – Coimbra possui 18 freguesias, das quais apenas seis são consideradas eminentemente urbanas: Ceira, União das Freguesias de Coimbra, União das Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades, União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas, Santo António dos Olivais e União das Freguesias de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades.



Cartograma 2: Enquadramento Geográfico de Coimbra – País e Região.

Estas particularidades fazem de Coimbra um município que reúne paisagens bastante distintas, envolvendo o urbano e o rural, a planície aluvial e as colinas de calcários margosos (Rebelo; Cunha; Cordeiro, 1986).

Assim, Coimbra integra uma zona central histórica, que se divide na “Alta”, a qual ocupa o cimo da colina, e na “Baixa”, a qual se localiza na parte central mais plana, junto à margem direita do Rio Mondego. Por outro lado, compreende, de igual modo, as centralidades mais modernas, assim como os bairros residenciais mais periféricos, que incluem os bairros de habitações sociais, sem esquecer, ainda, as áreas verdes na zona urbana (a Mata do Choupal e o Parque Verde do Mondego, por exemplo). Por último, cumprem assinalar as zonas periféricas com paisagens mais rurais.

Esta tipologia da cidade, embora possa ser limitativa, resulta importante, uma vez que, a partir deste mosaico territorial, se entrevê a diversidade e a riqueza detidas por Coimbra, cujo pulsar urbano

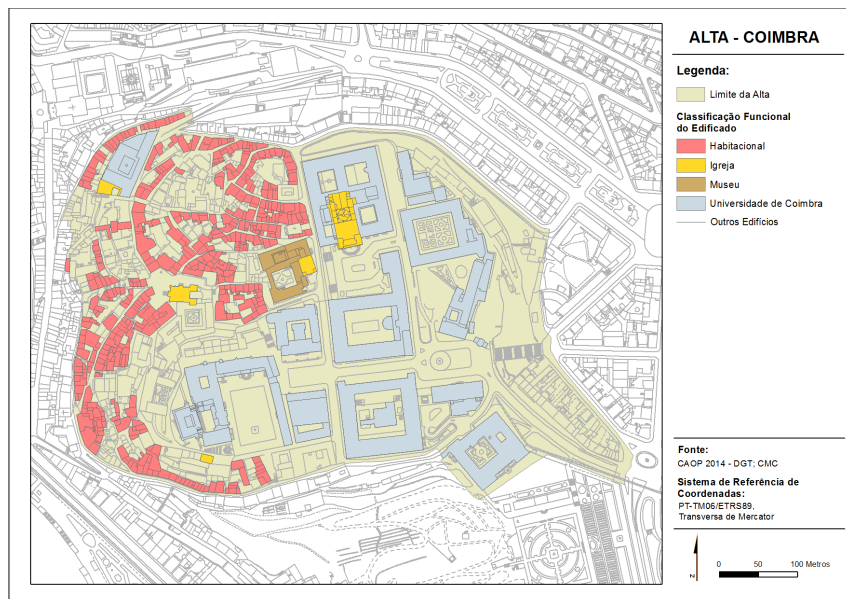
não se resume às imagens que foram sendo criadas para si ao longo dos tempos, muito associadas às suas áreas históricas e à Universidade.

Os territórios urbanos históricos caracterizam-se pelas edificações antigas (a maior parte das quais se encontra longe de responder aos padrões de acessibilidade e habitabilidade atuais, outras em estado de abandono e degradação), ruas, becos e travessas estreitas – cobertas, no caso específico da Alta, por pedras em desnível (grande parte retirada do leito do Rio Mondego), escadas (algumas, como a Escada do Quebra-Costas, por exemplo, com um número significativo de degraus) a cortar caminhos ao longo dos trajetos, carecendo, devido às características do terreno e da sua ocupação, de espaços destinados tanto aos peões quanto aos automóveis. É na Alta que se encontram as duas catedrais católicas da cidade – a Sé Velha e a Sé Nova –, o Museu Nacional Machado de Castro e bares, restaurantes, cafés, lojas, *hostels*, esses últimos espaços recentemente restaurados e utilizados para novas funções, nomeadamente, para dar resposta à procura turística. A imagem que segue é ilustrativa do território da Alta.



Imagem 1: Zona Histórica: Alta de Coimbra.

No território da Alta, que corresponde parcialmente ao espaço outrora ocupado pelo castelo, além de algumas habitações, encontra-se uma parte significativa dos principais edifícios da Universidade – em termos de hierarquia administrativa. No cartograma seguinte é possível, de uma forma panorâmica, visualizar a funcionalidade atual dos edifícios da Alta.



Cartograma 3: Funções do Conjunto da Alta.

Na Baixa, além dos serviços destinados aos/às turistas, como cafés, bares e comércio de *souvenirs*, encontra-se uma parte expressiva do velho comércio local – principalmente lojas de confeções. Esse tipo de comércio ressentiu-se com a expansão comercial a nível global, representado por grandes cadeias de lojas e *franchisings* espalhados pelos *shoppings centers* e mesmo em ruas de centros urbanos. Com efeito, estas cadeias e *franchisings* encontram-se, de certa forma, desterritorializados, uma vez que se apresentam padronizados, inclusive esteticamente, em grande parte das médias

e grandes cidades. Por se tratar de uma zona de terrenos planos e, na sua maioria, de percursos exclusivamente pedonais, a mobilidade na Baixa é mais facilitada do que na Alta, possibilitando os passeios a pé. A topografia da Baixa é uma evidente prova da adaptação portuguesa aos terrenos de aluvião exteriores à zona muralhada, iniciada, em Coimbra, na Idade Média, quando a colina foi, progressivamente, perdendo sua função defensiva (Rosmaninho, 2006). Parte significativa dos edifícios da Baixa é representativa do período pombalino. É possível encontrar no território da Baixa templos religiosos que remontam à reconquista cristã, ainda que a Sé Velha, situada na Alta, também remonte a esse período. Por sua vez, a Igreja de Santa Cruz, localizada na atual Praça 8 de Maio, cuja construção se iniciou em 1131, é outro expoente histórico da cidade. A imagem a seguir ilustra, de uma forma geral, este território.

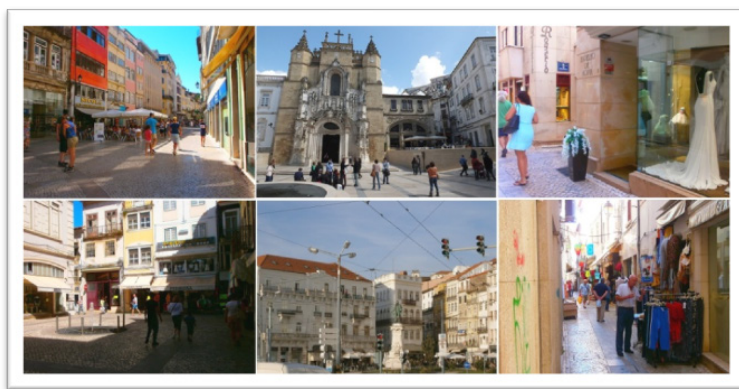


Imagem 2: Zona Histórica: Baixa de Coimbra.

As novas centralidades podem ser definidas como territorialidades construídas a partir da deslocação da centralidade no espaço da cidade, em função de novas formas de uso e de consumo do espaço. “As transformações no espaço geram novas centralidades que redefinem o fluxo e a divisão espacial do trabalho, isto porque

os momentos de produção geram centralidades diferenciadas em função do comércio, dos serviços e do lazer” (Carlos, 2007: 66).

Estas novas centralidades, desenvolvidas em áreas diferenciadas do centro tradicional, apresentam, comumente, um número crescente de prédios altos, serviços bancários, lojas, restaurantes e cafés, geralmente reunidos em pequenos centros comerciais ou mesmo em grandes *shoppings centers*⁷. Além do próprio território da Solum, um dos dois territórios urbanos deste estudo, que mais adiante será caracterizado, cabe exemplificar a zona de Celas e o Vale das Flores como novas centralidades do município de Coimbra.

Nesses três territórios é possível observar um forte crescimento urbano a partir do estabelecimento de centros de comércio e de serviços.



Imagem 3: Novas centralidades: Solum, Celas e Vale das Flores.

Os bairros residenciais, alguns caracterizados como bairros sociais, ou, por outras palavras, construídos – nem sempre de uma forma planeada, surgindo, muitas vezes, por iniciativas particulares,

⁷ Coimbra possui dois grandes *shoppings centers*: o Fórum, localizado na margem esquerda do rio, em Santa Clara (União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas), e o Alma (anteriormente denominado Dolce Vita), localizado na Solum, junto ao Estádio Municipal.

individuais e/ou coletivas, mas, noutras, como as aqui ilustradas, por iniciativas de organizações populares, e mesmo públicas estatais – para responder à procura de camadas menos favorecidas e médias da população, geralmente localizam-se em zonas mais periféricas em relação aos centros espaciais da cidade, caracterizando-se por comportarem moradias simples, geralmente unifamiliares, ou, ainda, prédios plurifamiliares construídos com padrões arquitetónicos mais simples e materiais mais acessíveis, com custos mais baixos, se comparados aos grandes empreendimentos imobiliários destinados às classes mais abastadas. Para exemplificar esta tipologia territorial, foram escolhidos os bairros da Fonte do Castanheiro, do Loreto (onde se localiza a urbanização de mesmo nome), e do Alto de Santa Clara, todos construídos por iniciativa pública para receber as famílias desalojadas da Alta de Coimbra, quando da instalação dos prédios da Universidade naquele território, entre as décadas de 1940 e 1950, bem como famílias de outras localidades da cidade que viviam em condições de vulnerabilidade.



Imagem 4: Bairros residenciais sociais: Fonte do Castanheiro, Loreto e Alto de Santa Clara.

As áreas verdes da zona urbana são espaços destinados ao convívio, ao lazer e às atividades físicas e culturais ao ar livre.

Em Coimbra, como espaços verdes urbanos, destacam-se o Parque Verde do Mondego, que ocupa as duas margens do rio; o Parque da Cidade (Manuel Braga), já na margem direita do rio, dando continuidade ao Parque Verde; e, na outra margem, também em continuidade ao Parque Verde, a Praça da Canção, um espaço onde são realizadas apresentações artísticas e culturais. Coimbra conta, ainda, com a Mata do Choupal; o Jardim Botânico, próximo da Universidade; e o Jardim da Sereia (Parque de Santa Cruz), localizado ao fundo da Praça da República, ocupando um vasto espaço que vai até à Rua Pedro Monteiro, rua onde está localizada a Biblioteca Pública Municipal. Esses espaços fazem parte do quotidiano da cidade. Sendo públicos e abertos, são espaços significativamente frequentados por pessoas dos diversos estratos económico-sociais. Estes também são espaços de referência cultural, pois grande parte serve de palco a atividades artísticas e culturais da cidade, como, por exemplo, a Feira Cultural de Coimbra, que engloba apresentações artísticas, exposições, comercialização de livros e de artesanato local, e que é realizada anualmente no Parque da Cidade, ou, ainda, a festa da Queima das Fitas, cujos espetáculos musicais têm como palco a Praça da Canção.



Imagem 5: Áreas urbanas verdes: Parque Verde do Mondego, Parque da Cidade, Mata Nacional do Choupal, Jardim Botânico, Jardim da Sereia e Praça da Canção.

Por fim, as zonas periféricas rurais – e/ou periurbanas, ou, ainda, periferias rurais-urbanas: “áreas que se acham urbanizadas e nos limites do espaço urbano contínuo [e/ou] áreas onde a urbanização ainda é incipiente, coexistindo com áreas de agricultura, ora intensiva, ora extensiva, ou então marcada por uma forte esterilização” (Corrêa, 1986: 70). A fim de exemplificar esta tipologia territorial, cumpre assinalar, além dos territórios do Botão e do Casal do Lobo – dois territórios com características rurais presentes neste estudo –, o território de São Paulo de Frades. Nestes territórios, grande parte das habitações são unifamiliares. Embora a proximidade da área urbana e a facilidade no trânsito periferia-centro-periferia, promovida por certa frequência dos transportes públicos que servem essas localidades, e que têm, na maioria das vezes, as estradas principais alcatroadas, propiciem o trabalho e o estudo fora desses territórios, é comum a presença, junto às residências, de áreas de cultivo para produção familiar e/ou médias e grandes plantações. Também é frequente a centralidade em torno de uma igreja e do cemitério da comunidade.



Imagem 6: Zonas periféricas rurais: Botão, Casal do Lobo e São Paulo de Frades.

Os exemplos ilustrativos das diferentes tipologias territoriais de Coimbra, embora constituam uma apresentação sumária e generalista,

têm por objetivo provocar a reflexão sobre as possíveis limitações de imaginários e representações que se tem de uma cidade diante de sua diversidade real, viva, quotidiana e rica. Coimbra, como território envolto em contrariedades, simultaneidades e complementaridades, é, ao mesmo tempo, “Alta”, Universidade, espaços verdes, e zona envolvente urbana e rural.

2.3. AS QUESTÕES DA DEMOGRAFIA NO CONTEXTO DA GEOGRAFIA HUMANA

De acordo com os últimos censos da população, realizados em 2011, Coimbra possui 143.396 habitantes. A densidade populacional de Coimbra – 449 habitantes/km² – é quatro vezes superior à do país (114,5 habitantes/km²), subindo, na freguesia da Sé Nova⁸, no centro da cidade, para 4.217,5 habitantes/km². Curiosamente, a freguesia com menor densidade populacional é a freguesia do Botão (atualmente unida à freguesia de Souselas), com 92 habitantes/km², embora a freguesia com menor população seja Arzila, com 655 habitantes.

Relativamente ao recenseamento geral anterior, de 2001, a população residente sofreu um decréscimo de 3,4% (menos 5.047 pessoas), sendo que as freguesias da Sé Nova, Almedina, São Bartolomeu e Santa Cruz (atualmente União das Freguesias de Coimbra, da qual a Alta faz parte), correspondentes à zona mais antiga da cidade, e a freguesia de Santo António dos Olivais (a maior do concelho e que inclui a zona da Solum e parte do Casal do Lobo), foram as que mais perderam população (4.147 pessoas, no total, representando 82% do decréscimo do concelho). Por seu lado, a freguesia da Almedina, cor-

⁸ Pela nova configuração territorial e administrativa, as freguesias da Sé Nova, Santa Cruz, São Bartolomeu e Almedina passaram a integrar a União de Freguesias de Coimbra.

respondendo ao núcleo central da Alta, teve uma perda populacional significativa: 40,6% de sua população. O decréscimo populacional do município é atribuído, principalmente, ao saldo migratório que, em Coimbra, no ano de 2011, foi de menos 2.071 pessoas, correspondendo a 41% do total do decréscimo no concelho.

Em relação à pirâmide etária, ponto importante para este estudo, Coimbra tem vindo a acompanhar as tendências nacional, europeia e mesmo mundial, com um aumento significativo da população idosa (65 ou mais anos) – representando 20,1% da população total do município – e uma diminuição da população jovem (de 0 a 14 anos) – representando, em 2011, 12,4% do total. Essas tendências refletem-se no Índice de Envelhecimento (IE)⁹, que, em 2011, era de 161,4 (em 2001, esse índice era 119,5), maior que o índice nacional, que em 2001 era de 102,2 e, em 2011, de 127,8.

Analisando os dados dos censos de 2011, referentes às freguesias do concelho, é possível perceber que as freguesias mais envelhecidas, isto é, com maior IE, são justamente as freguesias que comportam o território mais antigo da cidade: a Alta, ou seja, Almedina, com um IE de 348,2, São Bartolomeu, com um IE de 511,1, e Sé Nova, com um IE calculado em 263. As freguesias do Botão e de Santo António dos Olivais, onde se localizam os demais territórios do estudo, têm, respetivamente, os seguintes IE: 166,5 e 175,9.

Além do perceptível envelhecimento populacional, os dados mais significativos apontam para, tanto no contexto nacional, quanto no contexto concelhio, um número de pessoas com idades bastante avançadas, ou seja, o envelhecimento nacional ocorre, nomeadamente, no topo – e não apenas na base desse escalão etário –, sendo possível a constatação de um número elevado de pessoas

⁹ Relação entre população idosa e população jovem, este Índice é calculado pelo número de pessoas com 65 ou mais anos para cada 100 pessoas com idades compreendidas entre 0 e 14 anos. Um valor superior a 100 indica que o número de idosos/as supera o número de jovens.

muito idosas. Este facto, muito provavelmente, representa uma maior vulnerabilidade, apontando para a necessidade da implantação de políticas e ações específicas, diferenciadas e imediatas, contemplando todas as subdivisões do escalão etário dessa população. Assim, subdividindo-se o escalão etário dos 65 ou mais anos, é possível verificar com mais clareza essa realidade: pessoas com 75 ou mais anos são a maioria, dentro desse escalão etário, em todas as localidades, tanto a nível nacional, quanto municipal, sendo essa maioria bastante significativa também nos territórios do estudo, conforme ilustra o quadro seguinte:

UNIDADE TERRITORIAL	65-69 ANOS (n°)	70-74 ANOS (n°)	75 E MAIS ANOS (n°)
PORTUGAL	551.701	496.438	961.925
COIMBRA	7.847	7.067	13.872
Almedina	66	67	156
Botão	103	89	146
S. António dos Olivais	2.149	1.846	3.905
São Bartolomeu	44	38	148
Sé Nova	389	337	873

As células em destaque correspondem às freguesias onde se localiza a Alta. Fonte: Censos 2011. INE/PT.

Quadro 1: População idosa (65+) por subescalão etário e unidade territorial (n°). Censos 2011.

Relativamente ao sexo da população do concelho de Coimbra, os números indicam uma maioria de mulheres em quase todos os escalões etários (apenas no escalão dos 0 aos 14 anos, tanto em Portugal, quanto em Coimbra, a maioria é de homens). Esta também é uma tendência nacional e mesmo mundial: as mulheres são numericamente superiores, ainda que sejam raros os contextos de igualdade com os homens.

UNIDADE TERRIT.	HOMENS			MULHERES			TOTAL	
	0-14	15-64	65+	0-14	15-64	65+	H	M
PORTUGAL	803.999	3.400.277	842.324	768.330	3.579.508	1.167.740	5.046.600	5.515.578
COIMBRA	9.020	46.215	11.706	8.817	50.558	17.080	66.941	76.455

Fonte: Censos 2011. INE/PT.

Quadro 2: População de Portugal e Coimbra por sexo e escalão etário (n°).

Os dados relativos à escolaridade da população revelam que, em 2011, 34,3% da população com 15 anos ou mais, residente em Coimbra, possuía o ensino superior completo (18,1% em Portugal). Ainda nesta faixa etária, 4,2% (6% em Portugal) não detinha qualquer nível de escolaridade e 23,4% (30% em Portugal) pautava somente pela conclusão do 1º ciclo do ensino básico.

UNIDADE TERRITORIAL	SEM ESCOLAR.	ENSINO BÁSICO			SECUND.	PÓS SEC.	SUPE-RIOR
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo			
PORTUGAL	6,0	30,0	9,5	15,6	19,7	1,1	18,1
COIMBRA	4,2	23,4	6,3	13,1	17,8	0,9	34,3

Fonte: Censos 2011. INE/PT.

Quadro 3: Proporção do nível de escolaridade da população residente com idade igual ou superior aos 15 anos em Portugal e Coimbra (%).

Quando se aplica a variável sexo, afere-se um facto curioso na diferenciação da educação formal entre homens e mulheres, tanto em Portugal, quanto em Coimbra, na população residente com 15 ou mais anos de idade: há mais mulheres sem qualquer escolaridade e, no entanto, há mais mulheres a concluir o ensino superior.

UNIDADE TERRITORIAL	SEM ESCOLAR.		ENSINO BÁSICO						SECUND.		PÓS SEC.		SUPE-RIOR	
			1º		2º		3º							
SEXO	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
PORTUGAL	2,0	4,0	13,7	16,3	5,2	4,3	8,4	7,2	9,7	9,9	0,6	0,5	7,7	10,5
COIMBRA	1,1	3,2	9,8	13,6	3,5	2,8	7,3	5,8	9,2	8,6	0,4	0,4	14,8	19,4

Legenda: H=Homens; M=Mulheres. Fonte: Censos 2011. INE/PT.

Quadro 4: Proporção do nível de escolaridade da população residente com 15 ou mais anos, em Portugal e Coimbra, por sexo (%).

Finalmente, ao cindir esse grande intervalo etário em dois escalões, separando as pessoas que, estatisticamente, são consideradas

como se encontrando em idade ativa (dos 15 aos 64 anos, conforme classificação do INE) das pessoas consideradas idosas (com 65 ou mais anos), é possível perceber que as pessoas do primeiro escalão detêm uma maior escolaridade, ou seja, entre as pessoas em idade ativa. Tal facto entronca uma série de fatores, entre os quais avulta a democratização do ensino¹⁰ e a maior acessibilidade ao sistema de ensino formal. Além disso, as transformações ocorridas no modo de produção, que tiveram grandes reflexos no mundo do trabalho em geral, assim como nos comportamentos e no consumo cultural, acabaram por transformar as exigências sociais e o próprio mercado de trabalho. Por outras palavras, o ingresso e a permanência no mundo do trabalho em muito dependem, nos dias de hoje, do nível de escolaridade dos/as trabalhadores/as.

IDADES		15-64 ANOS							65 OU MAIS ANOS						
		Ens. Básico							Ens. Básico						
NÍVEL		S/Esc.	1º	2º	3º	Sec.	P/Sec.	Sup.	S/Esc.	1º	2º	3º	Sec.	P/Sec.	Sup.
UN. TERRIT.	POR-TUGAL	1,4	16,4	8,6	14,3	18,4	1,4	17,0	4,6	13,6	0,8	1,3	0,8	0	1,1
	COIM-BRA	0,9	11,0	5,3	11,2	16,6	0,8	31,2	3,4	12,4	1,0	1,9	1,2	0	3,0

Fonte: Censos 2011. INE/PT.

Quadro 5¹¹: Proporção dos níveis de escolaridade da população com 15 ou mais anos por unidade territorial e escalão etário (%).

¹⁰ É importante referir o enorme empenho dos governos portugueses pós-Abril de 1974 – e mesmo em iniciativas políticas e legislativas anteriores, que em razão de métodos descontextualizados e inadequados não tiveram o resultado esperado, em termos de qualidade, como o Decreto-Lei n.º 38.968, de 27 de outubro de 1952, por exemplo – em reduzir o analfabetismo no país (Alcoforado; Ferreira, 2013). Para se ter uma ideia, em 1970, a taxa de analfabetismo em Portugal era de 25,74%; em 1981, 18,59%; em 1991, 11,01%; e em 2001, 9,03%. Em 2011, esta taxa era bastante inferior: 3,34%. Fonte: INE/PT.

¹¹ As percentagens resultam do quociente entre o total de cada nível de ensino e seu respectivo escalão etário e o total de pessoas com 15 anos ou mais por localidade: 8.989.849 de pessoas em Portugal e 125.559 pessoas em Coimbra.

Em todo o caso, os dados aqui revistos acabam por estar imbuídos de limitações. Estas devem-se à generalização que os dados estatísticos recolhidos em contextos alargados, em situações de formalidade e impessoalidade, com questões fechadas e, normalmente, em intervalos decenais, como é o caso dos Censos Gerais, estão sujeitos. A apresentação e a interpretação – esta última, normalmente, recorrendo a inferências – de dados quantitativos podem, muitas vezes, ser consideradas “frias”, destituídas de vida, de “carne e osso”, e mesmo distanciadas de um cenário mais palpável. Ora, no capítulo terceiro, estes dados encontram-se “recheados”, pormenorizados e aprofundados, a partir das perceções e impressões das pessoas que participaram da pesquisa.

2.4. PARA UM ESBOÇO DA HISTÓRIA DE COIMBRA

Constitui um lugar-comum afirmar que a geografia, a paisagem natural de uma cidade e a própria evolução populacional possuem uma relação direta com a sua história, nos seus diversos períodos, interferindo nos seus processos de formação. Decerto que Coimbra não constitui exceção, uma vez que, tanto o rio, quanto a colina, favoreceram sua ocupação ainda em tempos muito remotos.

Coimbra nasceu no topo de uma colina, podendo, assim, identificar-se com o conceito de “cidades de colina”, expressão “de aceção luso-brasileira associada à tradição urbanística de se escolherem sítios elevados para a fundação das urbes” (Lobo; Simões Júnior, 2012: 17).

Até ao século V, Coimbra, então chamada *Aeminium*, viveu, como de resto toda a Península Ibérica, sob o domínio romano. A cidade foi arrasada, no século IV, pelas invasões bárbaras, sendo tomada, no século VI, pelos suevos e pelos visigodos, que a transformaram em sede do Bispado Visigótico (Alarcão, 2008; Lobo; Simões Júnior

2012). No século VIII, Coimbra tornou-se domínio muçulmano – sendo, então, chamada de *Qulumbriya* – até ao século seguinte, quando, em 878, os cristãos a reconquistaram pela primeira vez. Essa reconquista durou até 987, quando foi desencadeada nova invasão muçulmana (Alarcão, 2008). Essa ocupação trouxe um grande desenvolvimento económico e político à cidade. Finalmente, em 1064, a cidade foi retomada, em definitivo, pelos cristãos, liderados por Fernando Magno, rei de Leão.

Após a reconquista definitiva, Coimbra tornou-se sede de um condado, cujo governo foi confiado, durante quase três décadas, a D. Sesnando, um moçárabe. A partir desta época, a cidade conheceu um período de grande prosperidade, tanto mais que, no século XII, D. Afonso Henriques a elevou a capital do novo reino. A corte e o clero fixaram-se no topo da Alta, sob a proteção das muralhas que circundavam o castelo.

A instalação definitiva, em Coimbra (esteve sediada em Lisboa), da primeira universidade portuguesa (única no país até 1911, se excluirmos a de Évora, que funcionou entre 1559 e 1759)¹², trouxe à cidade muitas transformações, tanto na paisagem física, quanto na paisagem humana, que se refletiram, de uma forma ou de outra, no seu processo de construção identitária.

Durante a vigência do regime autoritário do Estado Novo (1933-1974), Coimbra inspirou a elaboração de três planos de reestruturação do território: o Plano De Gröer, nos anos 40; o Plano Regulador, nos anos 50; e o Plano Costa Lobo, nos anos 70. Apesar de demonstrarem interesse na transformação das cidades – nomeadamente das três grandes cidades portuguesas à época (Lisboa, Porto e Coimbra) –, seguindo uma tendência europeia de planificação urbana, os projetos

¹² A Universidade de Coimbra sofreu sucessivas transferências entre Lisboa e Coimbra, até fixar-se definitivamente nesta última, em 1537. Os dois períodos anteriores de permanência da Universidade na cidade de Coimbra foram de 1308 a 1338, e de 1354 a 1377 (Rosmaninho, 2006).

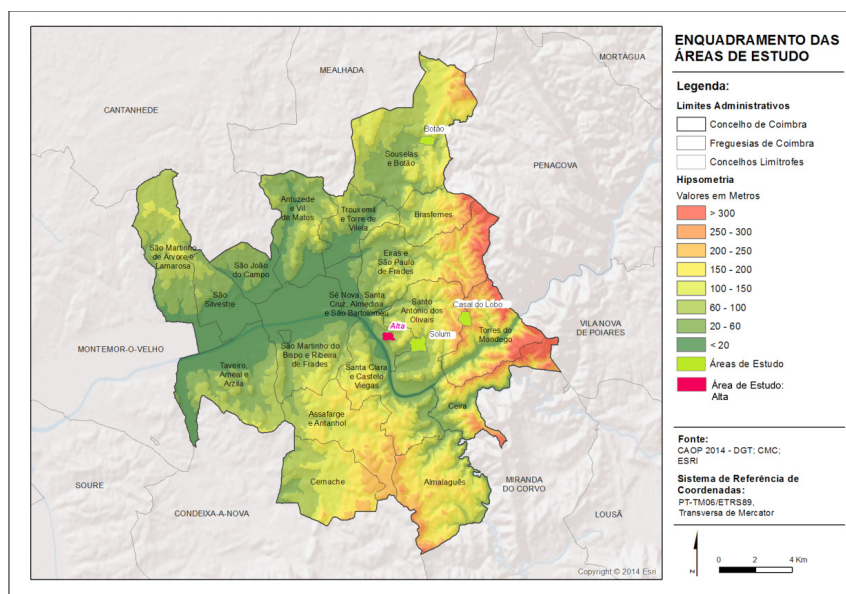
do Estado Novo revelaram uma orientação elitista e antidemocrática, tendo-se a organização espacial tornado refém do controlo estatal.

Numa primeira análise, o processo evolutivo de Coimbra parece explicar, pelo menos em parte, a “vocação” da cidade para o turismo e para o património, a partir de um discurso histórico de “auto-convencimento e auto-celebração” (Fortuna, 2006: 02). Mas, como quer que seja, em última análise, estas breves referências de cunho histórico demonstram que as vivências e relações quotidianas dos territórios também se encontram impregnadas de imaginários, representações e significados construídos a partir de contextos impregnados do tempo passado, mas, muitas vezes, ainda muito presentes nessas vivências e relações.

2.5. O URBANO

2.5.1. A “Alta”

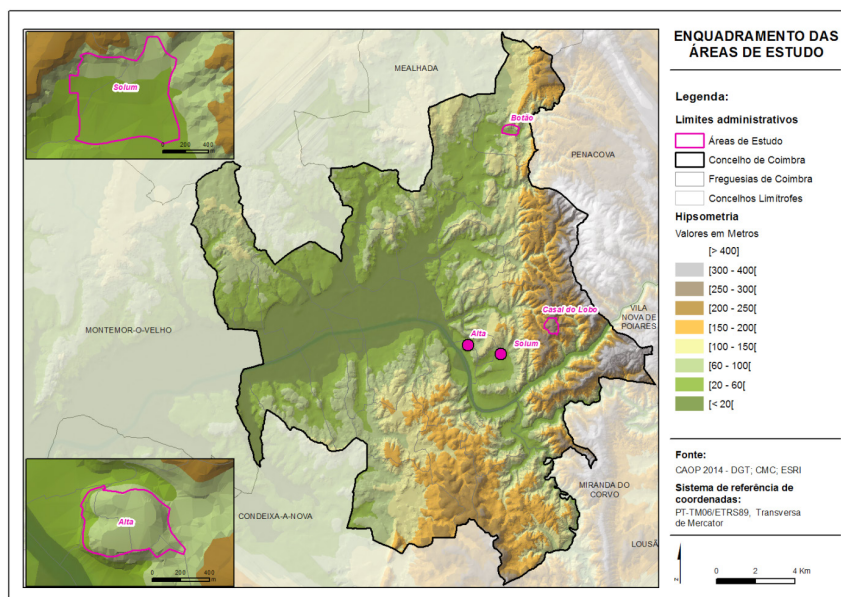
Nesta subsecção apresentam-se os dois territórios urbanos do estudo, a partir dos seus contextos geográfico, histórico e arquitetónico. Neste particular, há que distinguir os dois territórios urbanos (a Alta e a Solum) dos outros dois territórios rurais (o Botão e o Casal do Lobo). De facto, a Alta, cuja história se confunde com a própria história da cidade, é o território mais antigo da cidade de Coimbra, o seu ponto originário.



Cartograma 4: Enquadramento da Área de Estudo: Alta.

A Alta de Coimbra, com as suas ruelas e becos íngremes, as suas escadarias, os Largos da Sé Velha e da Sé Nova e o seu *ex-libris*, a Universidade de Coimbra, constitui-se como um verdadeiro cartão de visita da cidade. O cartograma seguinte ilustra a delimitação desta área de estudo, abrangendo exatamente o núcleo central deste território – ocupado, em grande parte – pelos prédios da Universidade, bem como o espaço circundante, predominantemente residencial e turístico.

sentando grandes elevações e desníveis no terreno – e da “Solum”, com uma altitude inferior a vinte metros, garantindo terrenos mais planos e pouco elevados e, desta forma, facilitando as deslocações pelo território, nomeadamente as pedonais.



Cartograma 6: Hipsometria das Áreas de Estudo.

Ao longo da sua história, a Alta vivenciou grandes transformações territoriais que culminaram na sua atual estrutura. Hoje, a Alta de Coimbra é um território cuja diferenciação espacial é marcada pelos usos e funções (académicas, residenciais e turísticas) dos seus edifícios, funções essas que algumas vezes se sobrepõem e que evidenciam, também, de uma forma segregadora e hierárquica, as categorias sociais dos seus ocupantes¹³. Os principais prédios da

¹³ De acordo com dados da BGRI/INE/2011, a Alta possui cerca de 594 edifícios, dos quais a maior parte (94,1%) se destina exclusivamente à habitação. (ver Cartograma 3).

Universidade – construídos e/ou restaurados e reestruturados para novas funções, a partir da Reforma Pombalina, e, mais recentemente, durante o Estado Novo, que desapropriou (e destruiu) uma parte significativa do espaço residencial e de serviços desse território – ocupam o núcleo central da Alta.

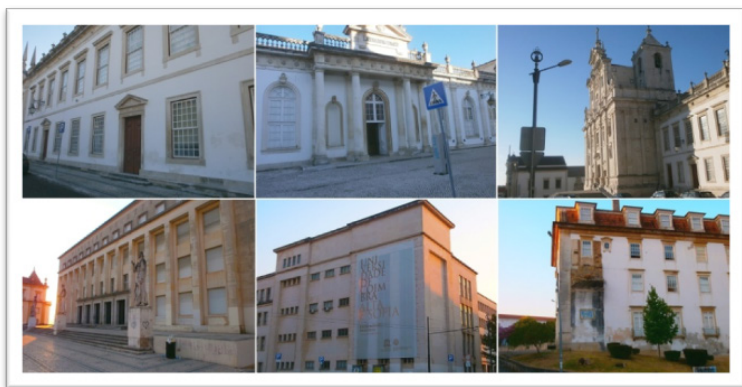


Imagem 7: Edifícios da Universidade de Coimbra, na Alta.

A área residencial, ocupando as ruas que circundam a Universidade, é composta por antigas residências, grande parte (aproximadamente 45%, segundo dados da BGRI/INE 2011) construída antes de 1919 (algumas com datas anteriores ao período pombalino), o que se traduz num conjunto deveras envelhecido. Grande parte destes edifícios não possui os padrões de habitabilidade e acessibilidade mínimos, sofrendo com o peso do tempo e do próprio património, não obstante algumas reabilitações prediais muito pontuais – e, muitas vezes, superficiais, somente com a revitalização das fachadas. As casas da Alta, em geral, têm mais de três andares, sendo pluri-familiares (normalmente arrendadas)¹⁴, sendo ocupadas por várias

¹⁴ Segundo dados do INE/2011, de um total de 1064 alojamentos, 255 (quase 24%) são ocupados por arrendatários, contra 102 (cerca de 9,6%) ocupados pelos próprios proprietários. O preço das rendas das habitações é, em geral, muito baixo, remontando a contratos bastante antigos e acompanhando a própria precariedade

famílias, incluindo famílias compostas exclusivamente por pessoas idosas, o que garante um maior aproveitamento e rendimento para os senhorios. Percorridas por escadas internas – algumas destas casas, com a intenção de acompanhar a inclinação do terreno, possuem andares abaixo do nível da rua, ocupando, também, o subsolo –, revelam-se pouco acessíveis aos seus moradores, principalmente os que possuem dificuldades de locomoção.

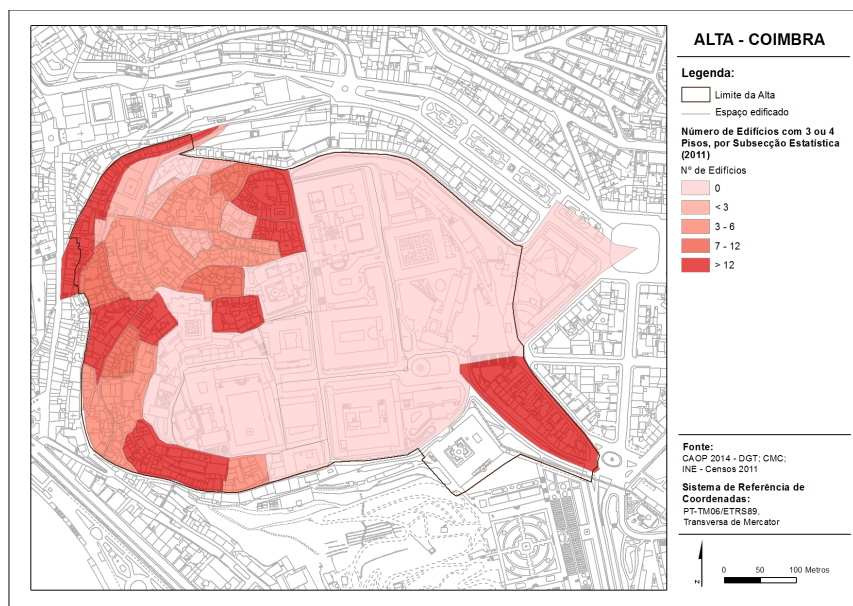


Imagem 8: Edifícios Residenciais da Alta.

Acerca da estrutura dos prédios da Alta, é possível perceber, no cartograma seguinte, que grande parte dos edifícios possui um maior número de pisos, concentrando-se justamente nas áreas residenciais deste território. Alguns atingem os quatro pisos. Este é um dado importante, pois a maioria esmagadora dos edifícios residenciais da Alta, habitada por uma população já idosa, tem como acesso escadas, escasseando as medidas de acessibilidade. Tais contingências obrigam os seus moradores a desenvolverem as mais diversas estratégias para a gestão das atividades quotidianas, o que

dos prédios, através de um círculo vicioso, onde a baixa qualidade dos edifícios define o reduzido valor da renda e, ao mesmo tempo, este último impede a melhoria na qualidade das habitações.

significa, muitas vezes, a limitação da autonomia, mas implicando, também, a restrição de mobilidade e, conseqüentemente, a redução da sociabilização. Situação diferente ocorre no território específico da Universidade. Mesmo os edifícios com maior número de pisos, como é o caso do edifício da Faculdade de Letras (FLUC), que, no total, possui sete pisos (quatro acima do nível da Rua Larga; três abaixo), não apresentam grandes problemas de acessibilidade, possuindo ascensores e/ou rampas de acesso que facilitam a mobilidade de quem os frequenta.



Cartograma 7: Concentração territorial dos edifícios com 3 ou mais pisos.

Sendo assaz explorado pelo setor de turismo, o território da Alta comporta uma série de bares, restaurantes, cafés, *hostels*, albergues de luxo e lojas de *souvenirs*, produtos típicos e artesanais, ou seja, equipamentos, serviços e produtos que têm como público-alvo os turistas nacionais e estrangeiros que visitam diariamente a cidade, alimentando a economia local e evidenciando uma realidade cada vez

mais comum nos centros históricos: a reapropriação e a transformação dos espaços pelo setor turístico. Em franca expansão, mesmo em tempos de crise, este setor cria uma notável diferenciação/segregação espacial que, no limite, acaba por expulsar os antigos moradores, quer não se adaptando às novas estruturas espaciais, quer fazendo desaparecer os espaços tradicionais de comércio e respectivas sociabilidades, quer por impossibilidade de se manterem em territórios que cedem cada vez mais à especulação e à exploração imobiliária, inflacionando os valores dos imóveis – um processo conhecido por *gentrificação*¹⁵.



Imagem 7: Turismo recente na Alta.

A instalação definitiva do Polo 1 da Universidade esvaziou o território da Alta dos serviços e comércios locais destinados à população que outrora ali vivia. Esta foi deslocada para a Baixa ou para novas centralidades da cidade, deixando carentes dessas ofertas a população que ali reside na atualidade. Esta lógica de fomento da expansão urbana para outros locais antes desabitados e/ou pouco

¹⁵ Fenómeno fundamentalmente urbano que “consiste numa série de melhorias físicas ou materiais e mudanças imateriais – económicas, sociais e culturais – que ocorrem em alguns centros urbanos antigos, os quais experimentam uma apreciável elevação de seu *status*” (Bataller, 2012: 10 – sublinhado do autor).

valorizados, iniciada ainda no Estado Novo, engendrou novas concentrações urbanas e novas categorias sociais – nomeadamente uma classe média e uma elite distintas entre si, mas cada vez mais distanciadas da população empobrecida e com pouca ou nenhuma possibilidade de mobilidade social, remanescente nos centros históricos e tradicionais (em Coimbra, a Alta e a Baixa) – a partir de diferenciações espaciais bem delimitadas.

Um dos pontos, aliás, dignos de menção, uma vez contemplada a Alta, assenta na ênfase excessiva do turismo, em detrimento da qualidade de vida das pessoas que ali residem, transformando-a quase num espaço cenográfico degradado, onde, num passado não muito remoto, havia vida e movimento. Ao ser classificada e identificada como um centro histórico, a Alta (juntamente com a Baixa) acabou, pouco a pouco, por herdar uma série de problemas, típicos desse tipo de território: envelhecimento (populacional e territorial), degradação, potencial abandono dos seus edifícios e das áreas públicas, dificuldades de acesso e mobilidade (inadequação aos novos padrões de acessibilidade), falta de serviços e de infraestruturas adequados, principalmente à população residente e risco iminente de gentrificação. Assim, as perdas que os centros históricos, de uma maneira geral, vêm enfrentando, dizem respeito não só a uma subalternização pelas novas centralidades, mas, também, “enquanto referência cultural e histórica da dignidade e da identidade urbanas” (Fortuna, 2006: 2).

Transitando entre as funções residenciais, turísticas e académicas, é na Alta que se concentra o maior número de “repúblicas estudantis” da cidade. As “repúblicas estudantis” são alojamentos comunitários, com estatuto próprio – ou regras de convívio estabelecidas entre os seus moradores –, partilhados por estudantes durante o seu período de permanência na Universidade. Em Coimbra, as “repúblicas” são consideradas património, tendo a sua origem remota nos inícios do século XIV, quando o rei D. Dinis destinou, aos estudantes universitários,

rios, algumas casas na zona da Almedina, fomentando o protecionismo real no que toca ao alojamento, alimentação e bem-estar geral dos estudantes, política essa renovada, em meados do século XVI, pelo rei D. João III, que mandou providenciar mais moradias comunitárias universitárias (Silva; Madeira, 2009). Em geral, as “repúblicas” têm nomes jocosos e, além de espaços residenciais, constituem-se como espaços turísticos (visitados), culturais e de manifestações políticas, não apenas no âmbito estudantil. Estas “repúblicas” – 28, ao todo, metade das quais localizadas na Alta de Coimbra (Silva; Madeira, 2009) – são filiadas na Associação Académica de Coimbra (AAC), entidade estudantil ligada à Universidade. A própria Universidade também gere um sistema de alojamento estudantil, as chamadas “Residências Universitárias” (RU). As RU são disponibilizadas pelos Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra (SASUC) através de edital próprio, com candidaturas abertas a estudantes com matrícula na UC ou em mobilidade. Há, ainda, outro tipo de alojamento universitário, esse organizado e gerido por particulares, com quartos ou apartamentos destinados exclusivamente ao arrendamento pela população estudantil.



Imagem 10: Repúblicas estudantis da Alta.

No território da Alta de Coimbra, a herança moçárabe perceciona-se nas ruas: travessas e becos bastante estreitos, muitos dos quais

com grandes declives, além de couraças, largos e escadas que, em épocas anteriores, tinham como objetivo facilitar o percurso, mas, na atualidade, com a população cada vez mais envelhecida e com revestimentos também envelhecidos e desgastados, necessitando de reparos, acabam por se transformar num grande obstáculo à mobilidade. Especificamente na Alta, encontram-se escadarias com degraus de diferentes alturas – de 20 a 30 cm, o que contraria as normas legislativas atuais¹⁶ –, desgastadas e escorregadias, sem corrimão (ou com corrimão necessitando de manutenção), sem patamar para descanso (ou alguns apresentando-se degradados, devido às pedras soltas, à vegetação entre as pedras e à sujidade acumulada), com um número excessivo de degraus ou muito íngremes e altas, representando riscos potenciais, tanto na subida – com prejuízo para as articulações e o sistema cardiovascular –, quanto na descida – com a possibilidade iminente de quedas e contusões.



Imagem 8: Escadarias.

¹⁶ Ver Decreto-Lei N° 163/2006, de 08 de agosto, Anexo 1, Capítulo 1, Secção 1.3, item 1.3.1, subitem 1.

Em relação às pedras que revestem as ruas da Alta, pode-se dizer, em linhas gerais, que há três tipos distintos de revestimento: seixo rolado “assente à sorte”, ou seja, sem um padrão de colocação; calçada portuguesa; e paralelepípedos. Cerca de 98% das ruas da Alta são revestidas em seixo rolado, conforme estimativa do Gabinete para o Centro Histórico. Sendo uma pedra originalmente recolhida no próprio Rio Mondego, a calçada apresenta-se desigual, com desníveis perigosos para as caminhadas. Além disso, a pedra é roliça e escorregadia, principalmente em dias de chuva, podendo, também, ferir os pés se estes estiverem calçados com sapatos de solas mais baixas e finas (o uso de saltos altos representa um desafio). A vegetação (relva, musgo) acumula-se facilmente entre os seixos, tornando o piso ainda mais escorregadio e perigoso. Em muitos locais, encontram-se seixos soltos e fissuras. A calçada portuguesa, que reveste parte da Alta, embora possa ser considerada preferível ao seixo rolado, e possua um valor patrimonial inegável, sendo um dos símbolos identitários do país, também apresenta uma série de problemas à mobilidade: é escorregadia, devido à sua lisura, ficando ainda mais lisa com o desgaste do tempo. Em épocas de chuva, além de ficar ainda mais escorregadia, potencia a acumulação de água nos seus pontos mais desgastados e côncavos, sendo quase impossível evitar as poças, às vezes de grandes dimensões e profundidade. Por fim, as ruas revestidas com paralelepípedo apresentam-se como mais acessíveis, pois trata-se de uma pedra regular, assentada de forma ordenada, além de ter grande durabilidade, não necessitando de reparações constantes, como as outras duas. Na Alta, porém, esse tipo de piso restringe-se à zona universitária. Na imagem seguinte é possível uma breve comparação entre os três tipos de revestimento.



Imagem 9: Tipos de calçada na Alta.

Tal como as escadarias, as ruas com declive da Alta também representam um desafio e um potencial risco aos seus transeuntes, principalmente às pessoas idosas ou pessoas com mobilidade reduzida e/ou condicionada¹⁷. Na verdade, subir escadas com estas características torna-se um desafio aos sistemas cardiovascular e respiratório. Descer, por sua vez, sobrecarrega as articulações e pode propiciar a queda. Ruas com grandes declives e com calçadas precárias, escorregadias e em desnível são a principal motivação das queixas dos idosos que vivem e circulam por este território.

¹⁷ Ver Decreto-Lei N° 163/2006 Anexo 1, Capítulo 4, Secção 4.7, item 4.7.5.



Imagem 10: Ruas com acentuado declive.

Outro grande problema, referente ao tópico mobilidade na Alta, diz respeito à não existência de calçadas ou espaços dedicados exclusivamente aos peões, na grande maioria das ruas deste território. Decerto que, sendo muito antiga a ocupação da Alta, a preocupação com putativos conflitos entre peões e automóveis resultavam inexistentes. Além disso, a esperança média de vida tem, de forma global, aumentado visivelmente, com os espaços públicos a serem ocupados por pessoas cada vez mais idosas e, ainda, por pessoas com variadas condições de mobilidade, exigindo, pois, padrões de acessibilidade mais inclusivos e que englobem todas as possibilidades de mobilidade. Em tempos de predominância dos automóveis nas médias e grandes cidades, tal preocupação torna-se ainda mais pertinente, por se encontrar presente no quotidiano de muitas pessoas que transitam a pé pela cidade. De igual modo se acentua nos centros históricos que, em geral, não são planeados – tão-pouco adaptados – para um convívio harmónico e equilibrado entre duas forças muito desiguais.

Outrossim, avulta a falta de estacionamento e de garagens, além da carência de regras adequadas ao uso de viaturas, tanto particulares, quanto de utilidade pública, e/ou de uso coletivo, com o acesso bastante dificultado aos bombeiros em emergência, às ambulâncias e mesmo aos serviços de táxi. Estas dificuldades acentuam-se com o facto de os automóveis – inclusive públicos e de carga – ocuparem espaços que deveriam ser destinados aos peões, obrigando as pessoas a andarem no meio da rua ou a se esgueirarem, de forma bastante arriscada, entre os carros e os edifícios. Se a deslocação pedonal não é tarefa fácil para quem transita pela Alta, o uso de cadeiras de rodas e/ou de carrinhos de bebés é praticamente – se não de todo – impossível, tanto pela largura das ruas (bastante estreitas), quanto pelo declive e pelo revestimento irregular.

Seja como for, mesmo se tais contingências fossem solucionadas, permaneceria, ainda, o problema da divisão do espaço com os automóveis. Ademais, não existe sinalização indicando a velocidade adequada ao trânsito automóvel e, uma vez que as ruas são muito íngremes, é comum que os condutores enfrentem as fortes inclinações do terreno impondo uma forte aceleração. Numa palavra, que o carro adquira força e velocidade inadequadas ao convívio com os peões.



Imagem 11: Ausência de calçadas e estacionamentos.

Os problemas do trânsito da Alta dificultam, também, a coleta diária de lixo, embora esse serviço seja feito por um caminhão de pequenas dimensões, mais apropriado às suas estreitas ruas. A acumulação de lixo, aliás, é outra das principais reclamações da população que aí vive. O lixo, a sujeira, a falta de manutenção adequada dos arruamentos e dos prédios, a humidade (aumentada pela pouca incidência de luz solar, principalmente nos dias de inverno), favorecem os maus odores e a proliferação de animais nocivos à saúde, como ratos, baratas e moscas.



Imagem 12: Sujidade e má conservação.

Ainda assim, percebe-se algum esforço da administração municipal em tornar os arruamentos da Alta em espaços um pouco mais acessíveis, o que se traduz em algumas adaptações do terreno, como a construção de rampas, a aplicação de passadeiras de conforto nas vias e a instalação de corrimãos nas escadarias ou mesmo em vias com um declive mais acentuado, tendo estes últimos sido instalados nas paredes dos edifícios.

De resto, as calçadas têm vindo a ser construídas num material mais seguro e menos escorregadio, geralmente o granito, quase não interferindo na arquitetura histórica do património e na estratégia de absorção e escoamento das águas pluviais. Algumas dessas pas-

sadeiras, entretanto, apresentam sinais de degradação, necessitando de manutenção, o mesmo acontecendo com alguns corrimãos, cujo desgaste pode representar um risco ainda maior para os transeuntes. Em todo o caso, resulta imperioso que essas ações se estendam às demais ruas da Alta, principalmente as que possuem calçadas em seixo rolado e escadarias, tanto no caso das passadeiras de conforto, quanto no dos corrimãos.

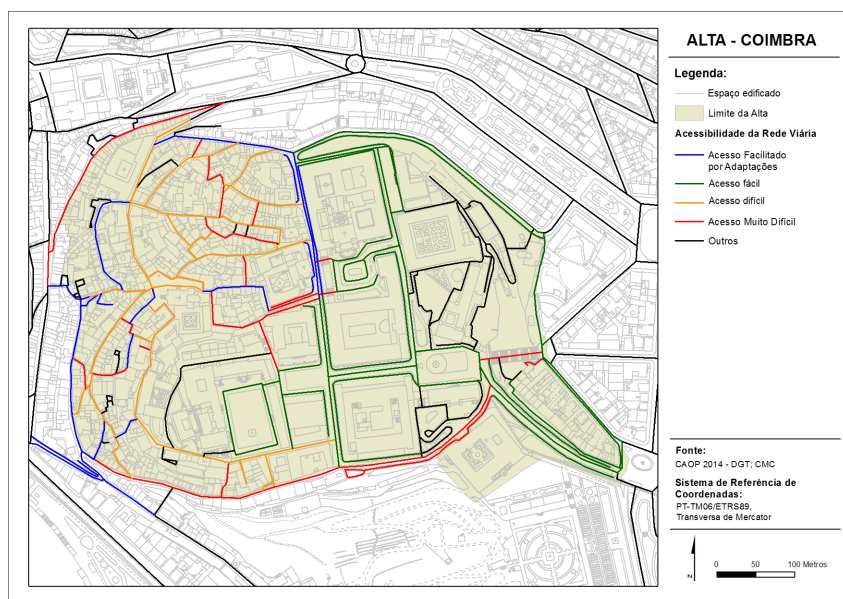
É necessário destacar, no território da Alta, a existência de uma rua, ainda fora dos domínios da Universidade, cujo acesso é facilitado pelo alcatroamento da via. Ademais, a presença de passeios em ambos os lados, uma passadeira e, ainda, a existência de um piso tátil, facilitam o acesso ao Elevador do Mercado, principalmente a pessoas com alguma deficiência ou limitação visual. O Elevador do Mercado é um meio de transporte de tipo funicular, que possibilita deslocações rápidas entre os níveis da Baixa e da Alta, a partir da Rua Padre António Vieira. Esta última, embora apresente um declive moderado, pode ser considerada a rua mais acessível do território da Alta – excetua-se o território específico da Universidade –, sendo uma importante via de acesso entre a “Baixa” e a “Alta”, tanto para peões, quanto para automóveis.



Imagem 13: Acessibilidades na Alta.

Ao ensaiar-se traçar uma tipologia de acessibilidade das ruas da Alta, é possível identificar quatro tipos básicos: *acesso fácil*, *acesso difícil*, *acesso muito difícil* e *acesso facilitado por adaptações*.

As ruas tipificadas como de *acesso fácil* correspondem às que possuem serviços de transporte público, pouco ou nenhum declive, piso mais nivelado e passeios para peões. Como ruas de *acesso difícil*, indicam-se as ruas, becos e travessas centrais da Alta, o seu “miolo”, por assim dizer. São ruas, na sua maioria, estreitas, sem passadeiras, e com passeios em seixo rolado, muitas vezes em mau estado, com falhas e desníveis perigosos. A dificuldade é acrescida quando as ruas são muito inclinadas, dificultando o trânsito ascendente e descendente. Nas ruas de *acesso muito difícil*, às situações anteriormente referidas, associam-se as que, por serem muito estreitas ou possuírem escadarias, ou por não comportarem o trânsito de automóveis (muito menos de transportes coletivos), não apresentam a possibilidade do uso de cadeiras de rodas. Em alguns casos, mesmo muito estreitas, algumas das ruas servem de trânsito a automóveis, o que, para os peões, pode representar um risco acrescido, já que não possuem passeios. Já as ruas com *acesso facilitado por adaptações* são aquelas que se tornaram mais acessíveis graças a adaptações, como a aplicação de passeios e corrimãos. São também as ruas cujo acesso aos transportes públicos se revela mais facilitado.



Cartograma 8: Tipologia de Acessibilidades das Ruas da Alta.

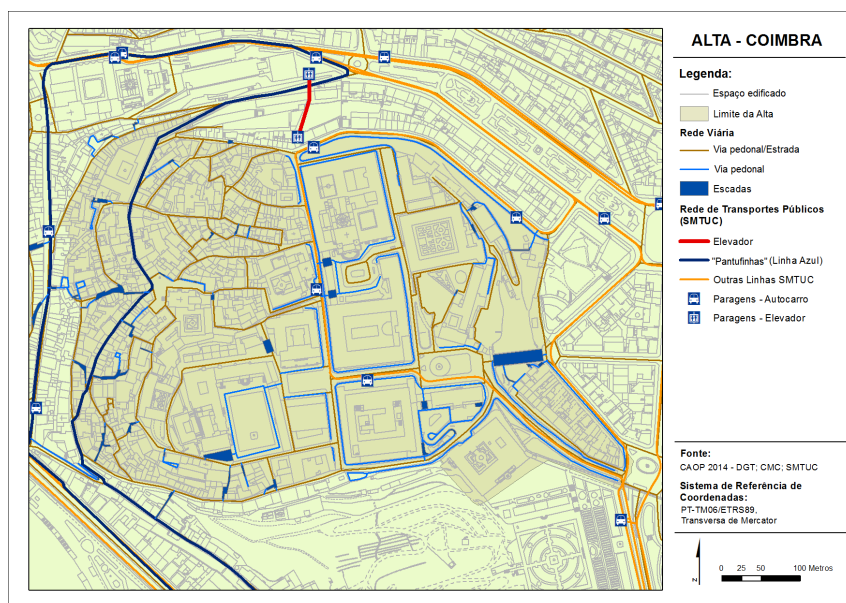
No que se refere aos sistemas de mobilidade externa a este território (deslocações de ida e vinda), é importante destacar a existência de dois meios de transporte muito utilizados pelos seus moradores, principalmente os mais idosos: a “Linha Azul” e o já mencionado Elevador do Mercado, ambos assegurados pelos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra – SMTUC. A “Linha Azul” é constituída por miniautocarros elétricos – os “Pantufinhas”, como são popular e carinhosamente chamados –, que realizam trajetos diários partindo do Largo da Portagem, à beira do rio, com paragem final no Largo da Sé Velha. Embora não escamoteie o turismo – sendo, aliás, apresentado como uma linha de transportes urbanos voltada para o Centro Histórico –, o “Pantufinhas” acaba por transportar, prioritariamente, as pessoas que vivem na Alta, já que essas, mediante registo prévio, têm descontos na aquisição de passes para a sua utilização. O Elevador

do Mercado, por sua vez, é um meio de transporte alternativo, do tipo funicular, cujo ponto inicial fica junto ao Mercado Público, na zona baixa (Rua Nicolau Rui Fernandes), nas proximidades do centro e da Câmara Municipal de Coimbra, terminando na Rua Padre António Vieira, já na Alta, próximo da Sé Nova. Este meio de transporte conta, ainda, com uma paragem intermédia na Rua Martins de Carvalho, rua que dá acesso à Rua do Colégio Novo, onde se localiza a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e que vai desembocar no Largo da Sé Velha. Tal como acontece em relação ao “Pantufinhas”, os moradores da Alta têm descontos na sua utilização.



Imagem 14: Mobilidades da Alta.

Embora esses dois meios de transporte alternativos facilitem, inegavelmente, os acessos e as deslocações pelo território, ainda assim são limitados, uma vez que não abrangem todas as ruas da Alta, descurando, aliás, ruas com acessos bastante difíceis e com grande concentração de moradores, muitos dos quais idosos. Além desses dois meios de transporte públicos, a SMTUC disponibiliza três linhas de autocarros que fazem o percurso entre a Alta e a Baixa.



Cartograma 9: Acessibilidades e Mobilidades da Alta.

A mobilidade interna deste território, principalmente pelas pessoas idosas, faz-se, maioritariamente a pé. É justamente nesse sentido que o referido território se apresenta bastante deficitário, pois, conforme já foi mencionado, escasseiam as medidas de acessibilidade, limitando, de forma bastante real, as possibilidades de mobilidade e, por consequência, de interação social das pessoas – nomeadamente das pessoas idosas, mas também das demais que possuem mobilidade condicionada e/ou reduzida – que nele residem e/ou que por ele necessitam ou pretendem transitar.

A população residente da Alta é composta, atualmente, por basicamente dois grupos distintos: os idosos – quase 32% dos habitantes¹⁸ – e os estudantes. Estes últimos, na sua maioria, residem durante

¹⁸ Fonte: BGRI/INE/2011.

a sua vida académica nas já mencionadas “repúblicas” ou em residências arrendadas, facto que os caracteriza como uma população flutuante, tanto mais que, oriundos das mais diversos pontos do país, da Europa e do mundo, acabam por regressar aos seus territórios de origem ou, até em algumas ocasiões, mudar de território, uma vez concluída a sua vida académica. O Quadro 6 apresenta a distribuição da população da Alta por escalão etário. É importante levar em linha de conta que, apesar de a população dos 15 aos 64 anos (população ativa) representar quase 60% da população da Alta, trata-se de um intervalo etário muito vasto. Além disso, a população jovem deste território, como já referido, é uma população muito volátil, em constante mobilidade para outros territórios:

IDADES	0-14 ANOS	15-64 ANOS	65 + ANOS	TOTAL
NÚMEROS	71	497	266	834
PERCENTUAIS	8,5%	59,6%	31,9%	100%

Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 6: População da Alta por escalão etário.

As diferenças entre ambas as populações não se resumem, nesse território específico, às diferenças etárias. Uma das diferenças mais marcantes diz respeito ao tempo de residência no território: a população idosa da Alta mora aí há muitos anos (as pessoas que participaram nesta pesquisa habitam esse território, em média, há mais de 40 anos). Por outro lado, a vizinhança jovem é, significativamente, uma população volátil, o que dificulta o fortalecimento de laços sociais entre os dois grupos, embora haja algum convívio – que inclui conflitos e colaborações – entre ambos.

Outro elemento suscetível de análise prende-se com os níveis de escolaridade. Enquanto a maioria dos jovens estudantes possui, pelo menos, o ensino secundário, encontrando-se a frequentar uma licenciatura – quando não um mestrado ou um doutoramento –, o nível de escolaridade dos idosos da Alta é bem mais restrito: 19,2% não completaram qualquer ciclo de estudos; 55,6% possuem apenas o 1º ciclo do Ensino Básico; apenas 1,9% possuem o ensino secundário; e 4,9% possuem o nível superior. O quadro seguinte indica o nível de escolaridade da população da Alta com a percentagem obtida pelo total da população deste território.

ESCALÃO ETÁRIO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE							
	NENHUM	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUND.	P/SEC	SUP.	TOTAL
0-14	48 (5,8%)	15 (1,8%)	7 (0,8%)	1 (0,1%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	71 (8,5%)
15-64	20 (2,4%)	52 (6,2%)	64 (7,7%)	110 (13,2%)	102 (12,2%)	11 (1,3%)	138 (16,6%)	497 (59,6%)
65 OU +	51 (6,1%)	148 (17,8%)	22 (2,7%)	27 (3,2%)	5 (0,6%)	0 (0%)	13 (1,5%)	266 (31,9%)
TOTAL	119 (14,3%)	215 (25,8%)	93 (11,2%)	138 (16,5%)	107 (12,8%)	11 (1,3%)	151 (18,1%)	834 (100%)

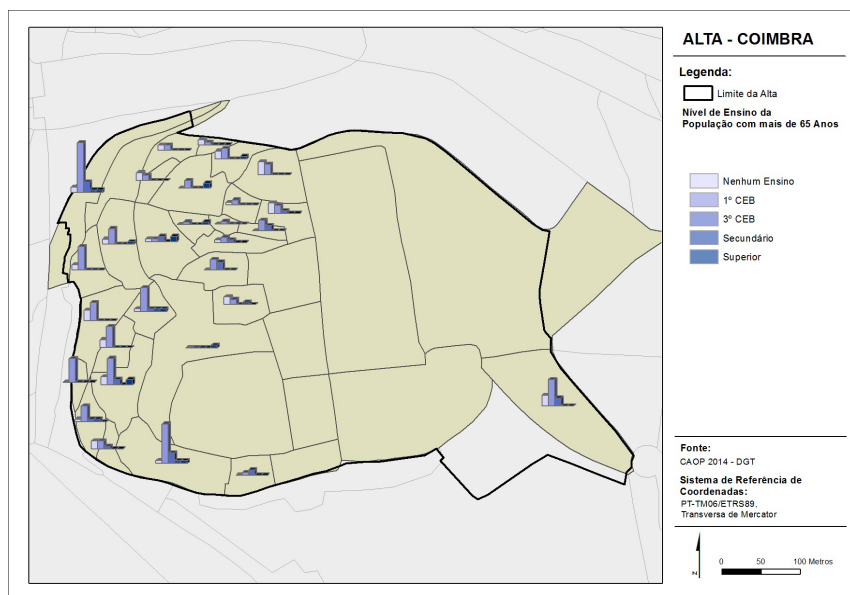
Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 7: Escolaridade da população da Alta – Percentagens sobre o total da população.

O cartograma subsequente ilustra, de forma clara, a escolaridade da população idosa da Alta por secção estatística. Aí é possível verificar a baixa escolaridade desta população em quase toda a totalidade territorial, mas, principalmente, no seu núcleo central.

Outro aspeto que distingue as duas populações – idosos e jovens estudantes – diz respeito às oportunidades de sociabilidade. Residindo em “repúblicas” ou partilhando renda, grande parte dos jovens vive com uma ou mais pessoas. Um número significativo da população idosa da Alta, por sua vez, vive só. Além disso, a saída do mundo do trabalho e a perda ou afastamento e distanciamento

de parentes, amigos e vizinhos, além de frequentes problemas de mobilidade e de acesso a espaços públicos e de convivência, restringem muito as trocas sociais entre os dois grupos. Em contrapartida, os jovens estudantes têm acesso a locais diversificados de convívio, a começar pelo próprio espaço acadêmico da Universidade.



Cartograma 10: Escolaridade da População com 65 ou mais anos da Alta.

No que respeita ao sexo dos residentes na Alta, há mais 110 mulheres do que homens. Dividindo-se os dois sexos por escalões etários, subsiste uma pequena diferença a favor das mulheres. Sublinhe-se a grande diferença entre mulheres e homens no escalão etário idoso: 96 mulheres, o que significa que o número de mulheres idosas na Alta supera o dobro do número de homens idosos deste território. Este é um dado importante, que corrobora os dados estatísticos globais, reforçando e legitimando as discussões que buscam problematizar uma visível feminização da velhice.

IDADES	0-14 ANOS		15-64 ANOS		65 + ANOS		TOTAL	
SEXOS	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
NÚMEROS	35	36	242	255	85	181	362	472
TOTAL POR IDADE	71 (8,5%)		497 (59,6%)		266 (31,9%)		834	
PERCENTUAIS POR ESCALÃO	49,3%	50,7%	48,7%	51,3%	32,0%	68,0%	43,4%	56,6%

As células destacadas indicam a diferença entre o número de mulheres e o de homens na população idosa da “Alta”. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 8: População da Alta por sexo e escalão etário.

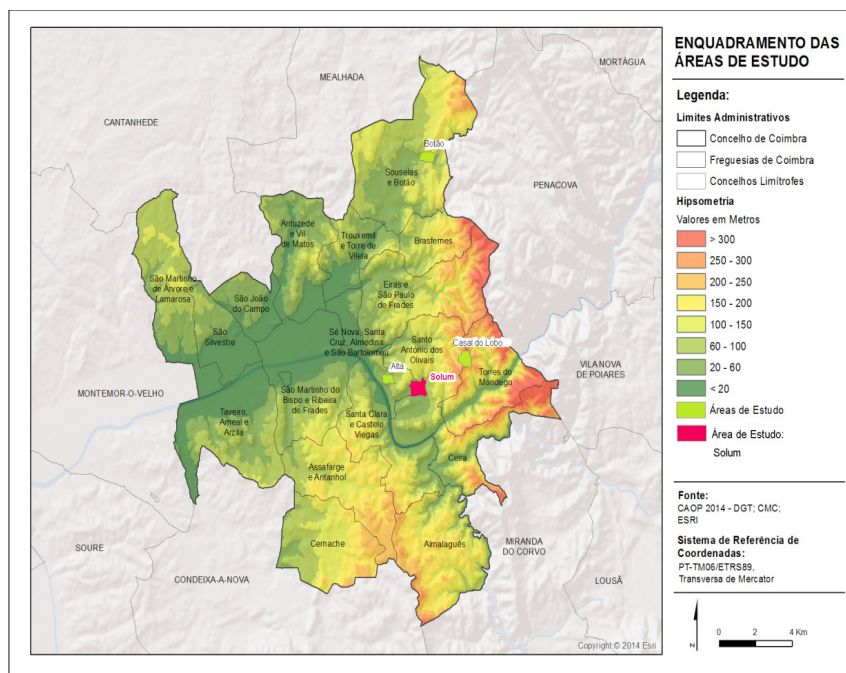
Assim sendo, após esta breve apresentação do território, é de crer que as primeiras impressões em relação ao território da Alta indiquem que nos encontramos perante um território complexo e paradoxal. De facto, velhice e juventude; património e abandono; turismo e espaço residencial; universidade e baixa escolaridade; isolamento e sociabilidade, e velhice no feminino – são alguns dos elementos que compõem este território, por vezes de forma complementar, mas, em grande parte, de forma contrastante e antagónica.

Dentro da subsecção destinada à apresentação dos territórios urbanos, segue-se a descrição do outro território do estudo assim adjetivado, a zona da “Solum”, para, num primeiro momento, contemplar os dois territórios de tipologia urbana do estudo, possibilitando, a partir das descrições de ambos os territórios, uma comparação quase que imediata.

2.5.2. A “Solum”

A zona da Solum, um dos quatro territórios considerados neste estudo, caracteriza-se como uma nova centralidade, localizada a

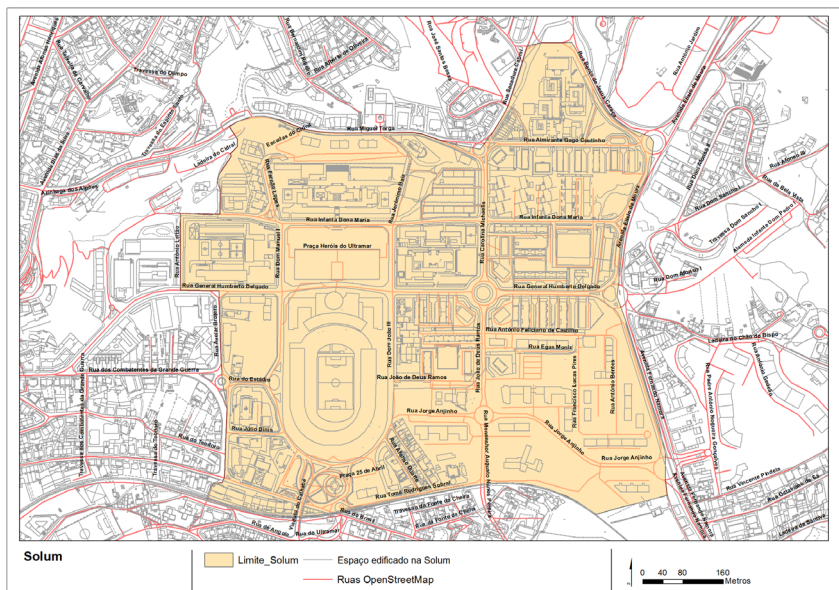
sudeste do centro histórico, na maior freguesia de Coimbra, Santo António dos Olivais¹⁹.



Cartograma 11: Enquadramento da Área de Estudo: Solum.

Neste estudo, a delimitação territorial foi realizada com o objetivo de se levar em linha de conta o núcleo mais central deste território, que envolve pontos importantes, como o Estádio Municipal, a Igreja de São José, os centros comerciais e educacionais e a zona residencial.

¹⁹ A maior freguesia de Coimbra, Santo António dos Olivais foi criada em 1855, possuindo, atualmente, aproximadamente 60.000 habitantes (valor ligeiramente inferior ao total da população do segundo maior município da região – Figueira da Foz: 61.076 habitantes, conforme os últimos censos nacionais). Fonte: Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais: <https://jfsao.pt>.



Cartograma 12: Delimitação da Área de Estudo: Solum.

A história deste bairro é um pouco a história do próprio urbanismo português e europeu de uma época. Ainda em pleno Estado Novo, entre as décadas de 1950 e 1970, surgiu uma geração de arquitetos e urbanistas portugueses que veio a contrariar os princípios urbanísticos do regime, influenciada pela arquitetura moderna europeia, que defendia novas tipologias de habitação coletiva, mais económicas e capazes de responder com mais eficácia aos problemas na configuração do espaço urbano (Ferreira, 2007; Simões, 2008).

A expansão populacional de Coimbra, na segunda metade do século XX, acabou por criar uma série de problemas habitacionais e de circulação que a cidade oitocentista não conseguia abarcar. Os Planos de De Gröer e de Almeida Garrett tinham, no seu cerne, a resolução desses problemas. Assim, a construção do bairro da Solum (à época chamado Zona do Calhabé), na senda da construção do Bairro Camarário Marechal Carmona, do Estádio Municipal

e do Liceu Nacional Infanta Dona Maria, pareceu o desígnio mais natural e adequado para, além de solucionar os problemas relativos à expansão urbana, colocar em prática os princípios da arquitetura moderna posterior à Carta de Atenas (Ferreira, 2007; Simões, 2008).

O bairro da Solum surgiu através da iniciativa do advogado Fernando Luis Mendes Silva, um dos proprietários dos terrenos que seriam objeto de expansão, o qual, associando-se aos demais proprietários, encaminhou à Câmara Municipal, em 1962, um projeto de revisão ao Plano de Urbanização da Unidade Residencial do Calhabé, de 1956, de autoria de Almeida Garrett. Sendo aprovado, em 1963, pelo então ministro de Obras Públicas, Eduardo de Arantes de Oliveira, o projeto iniciou-se com a criação, no ano seguinte, da empresa “Solum – Construções de Coimbra, Ltda”, de propriedade de Costa Pita e de Mendes Silva.

O projeto urbanístico da Zona do Calhabé, posteriormente chamada de bairro da Solum, tomando de empréstimo o nome da empresa que começou a concretizá-lo, foi inspirado nos princípios da Carta de Atenas. Esta Carta reproduzia, em forma de ata, as conclusões do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado em Atenas, a bordo do navio *Patris II*, em 1933 (Almeida, 2009). Ora, à luz deste documento, os fundamentos urbanísticos estadonovistas poderiam ser considerados conservadores (Dias, 2015), pelo que se propunha uma cidade funcional para toda a população.

Durante as décadas da sua construção, o plano da Solum sofreu vários aditamentos, datando a última alteração na planta de 1987. Essas revisões suplementares acabaram por alterar o desenho urbano inicial, interferindo na unidade e na lógica inicialmente planeadas (Ferreira, 2007).

Com a escolha de Portugal, em 2004, para sede do XII Campeonato Europeu de Futebol, o Euro 2004, foram construídos dez novos estádios no país, de entre os quais o atual Estádio da Cidade de Coimbra. Construído no mesmo local do estádio anterior, a nova

infraestrutura ocupou uma área maior, albergando um ginásio poli-desportivo com piscinas e campos internos, um *shopping center* (o Alma *Shopping*), e, ainda, unidades habitacionais, investimento que “potenciou a renovação, requalificação e conclusão urbanística da zona” (Ferreira, 2007: 86).

A Solum caracteriza-se, na generalidade, pelo seus altos edifícios (quase 53% dos edifícios possuem cinco ou mais pisos, de acordo com a BGRI/INE). Entre os edifícios mais altos estão aqueles conhecidos como “torres da Rotunda das Palmeiras” ou “torres da Rotunda da ACIC (Associação Comercial e Industrial de Coimbra)”: três edifícios, com treze andares cada um, que circundam a rotunda formada pelo cruzamento das ruas General Humberto Delgado e João de Deus Ramos. As áreas do território da Solum são amplas, com grandes espaços entre os edifícios, que não se encontram alinhados em função das vias, mas a espaços internos aos terrenos, ocupados com áreas verdes ou como parques de estacionamento. Os primeiros equipamentos implantados no território (a Escola Secundária da Infanta Dona Maria, a Igreja de São José e o Estádio Municipal) permanecem presentes – pelo menos no imaginário, já que alguns deles, como o Estádio e a Igreja de São José, sofreram grandes alterações, inclusive mudando sua disposição no território – e são bastante simbólicos como marcas identitárias do bairro. O Estádio da Cidade de Coimbra é o ponto central da Solum, uma espécie de “ponto de encontro” das ruas do bairro. O *shopping center*, com dois blocos destinados à habitação, é outro ponto de convergência importante do território, dividindo o terreno com o Estádio. Em frente à entrada principal do *shopping*, possuindo, inclusive, uma passagem elevada de ligação externa entre os dois edifícios, está localizado o Pavilhão Multidesportos Mário Mexia, juntamente com o Centro Olímpico de Piscinas Municipais (COPM), ambos tendo acesso, também, pela Praça Heróis de Ultramar. A imagem seguinte ilustra a estrutura, que abarca zonas residenciais, comerciais e de

serviços e ainda equipamentos para práticas desportivas e atividades físicas.

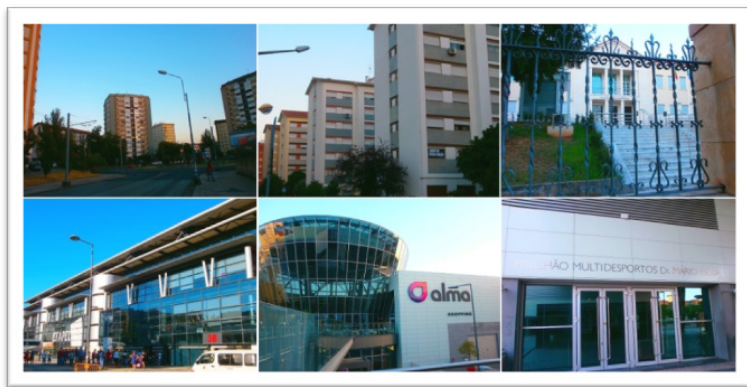


Imagem 15: Edifícios residenciais e equipamentos da Solum.

Ao lado do Estádio, a Igreja de São José impõe-se como instituição religiosa e social do bairro. Localizada num ponto ao mesmo tempo central e de ligação com outras áreas da cidade, esta entidade integra a comunidade, principalmente a do bairro, em atividades religiosas e de voluntariado. Os parques e áreas destinadas à recreação, ao convívio e ao descanso, também estão presentes no bairro da Solum. Esses locais públicos são frequentados, principalmente, pelos moradores do bairro, sendo, entretanto, abertos a toda a população e visitantes da cidade. Além do *shopping center*, a Solum possui uma série de estabelecimentos comerciais – lojas, bares, cafés e restaurantes – e de serviços, como instituições bancárias, lavandarias e farmácias, além de contar com dois centros comerciais menores: o Gira Solum e o Atrium da Solum²⁰.

²⁰ A época em que os centros comerciais foram inaugurados (o Gira Solum em 1983, sofrendo remodelações em 2004, e o Atrium em 2004) também é indicativa da rápida expansão e consolidação do território da Solum enquanto nova centralidade. Os investimentos comerciais e residenciais e a oferta cada vez maior e diversificada de serviços no bairro também evidenciam a importância desse território para a cidade.



Imagem 16. Equipamentos e comércio da Solum.

O bairro também abarca uma parte significativa do setor do ensino da cidade, pois ali se localizam várias escolas de diferentes níveis de ensino. Estas, frequentadas por alunos de variadas idades, de certa forma, facilitam os contactos intergeracionais. Além da já mencionada Escola Secundária da Infanta Dona Maria, um dos primeiros equipamentos deste bairro, aqui se localizam a Escola Secundária de Avelar Brotero, a Escola Superior de Educação de Coimbra, a Escola Básica Eugénio de Castro, a Escola Básica da Solum, o Jardim de Infância da Solum e o Centro Escolar da Solum Sul.

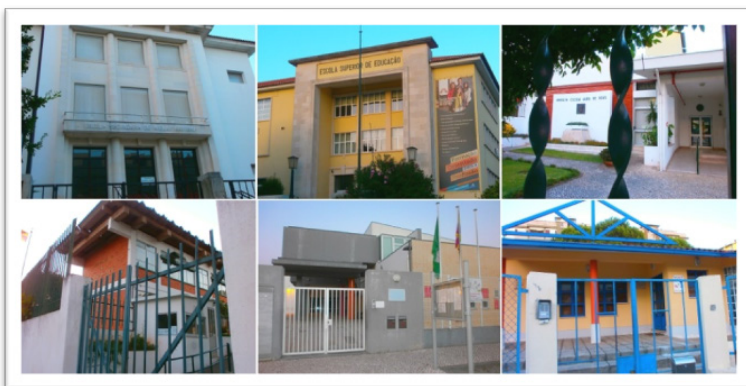
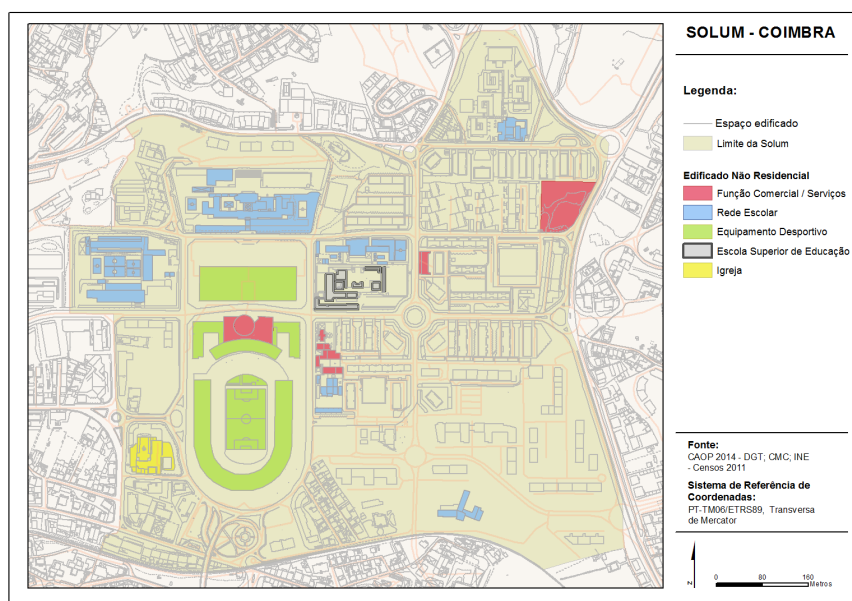


Imagem 17: Instituições educativas da Solum.

O cartograma seguinte apresenta um panorama do conjunto não residencial do bairro, dando conta da localização e da função dos principais equipamentos do território. Aqui é possível perceber que se trata de um território bem dotado de equipamentos e serviços, tanto comerciais, quanto educacionais, desportivos e religiosos, o que facilita o quotidiano dos seus moradores, que não precisam se deslocar para outros territórios, já que este é capaz de suprir grande parte de suas necessidades.



Cartograma 13: Funções do Edificado na Solum.

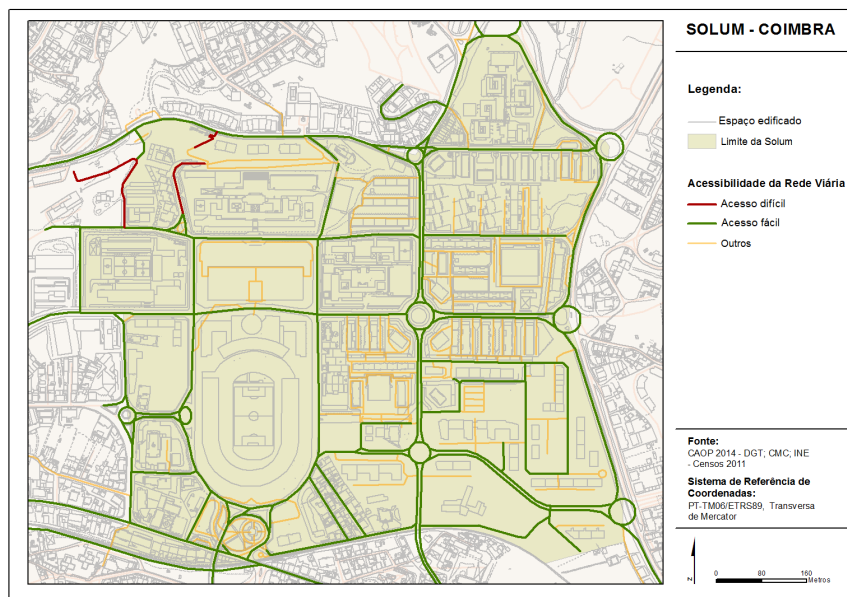
A Solum é um bairro quase totalmente plano, com ruas alcatroadas e passeios largos e espaçosos, a maioria dos quais revestidos em calçada portuguesa, ou seja, o mesmo revestimento encontrado em alguns espaços da Alta. O facto de os terrenos da Solum serem planos, contudo, assegura que esse tipo de revestimento não represente uma ameaça às pessoas – provocando quedas, por exem-

plo. Além disso, como o revestimento é bastante mais recente do que o da Alta, as calçadas ainda não sofreram muito a ação do tempo, não se apresentando demasiadamente desgastadas e escorregadias. Adotando a tipologia de acessibilidades já apresentada para o território da Alta, é possível perceber que grande parte das ruas da Solum pode ser tipificada como de acesso fácil. O maior problema enfrentado, principalmente por pessoas idosas e/ou com mobilidade condicionada ou reduzida, diz respeito ao grande fluxo de automóveis, que circula, normalmente, em grande velocidade. Ainda assim, há várias faixas de segurança e semáforos espalhados pelo território, o que minimiza, e muito, os riscos dos peões.



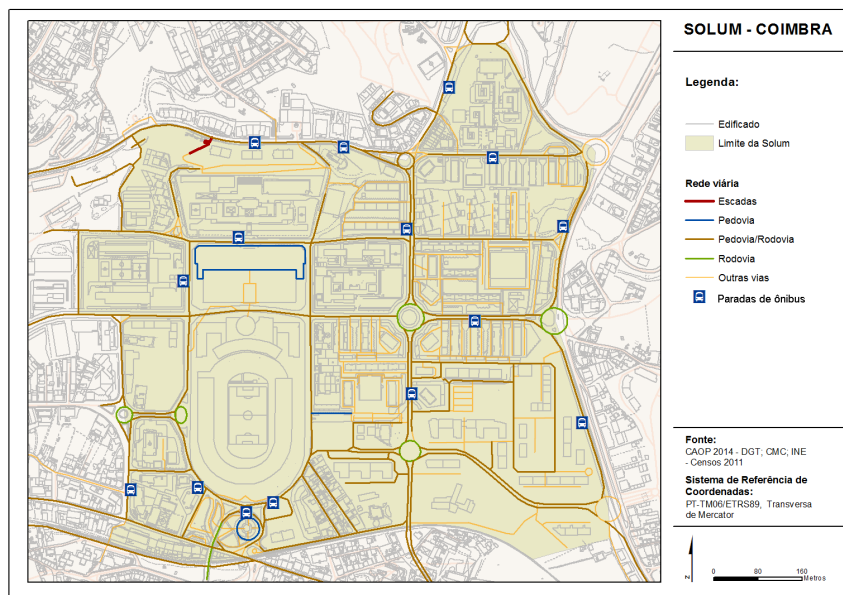
Imagem 18: Ruas, calçadas e acessos da Solum.

No Cartograma 14 tem-se uma visão da tipologia das acessibilidades da Solum, evidenciando que grande parte do território delimitado para o estudo possui acessos fáceis (os “outros” acessos referem-se a acessos internos, principalmente em conjuntos de edifícios que não foram classificados neste cartograma. Em todo o caso, se ainda assim fossem classificados, poderiam ser considerados de acesso fácil).



Cartograma 14: Tipologia de Acessibilidades das Ruas da Solum.

Com vista às deslocações do bairro para as demais localidades, e vice-versa, os SMTUC disponibilizam doze linhas de transporte urbano, cobrindo grande parte da cidade, o que o diferencia muito do território da Alta. Além disso, ao longo do território da Solum é possível encontrar diversas paragens de autocarro, o que também facilita muito as deslocações no interior do próprio território.



Cartograma 15: Acessibilidades e Mobilidades da Solum.

Considerando, agora, a demografia, a Solum possui um total de 3.849 residentes. Desses, 19% têm 65 ou mais anos, conforme comprova o Quadro 9, que apresenta a população deste território por escalão etário. Trata-se de um número significativo, cuja tendência é a de aumentar cada vez mais.

IDADES	0-14 ANOS	15-64 ANOS	65 + ANOS	TOTAL
NÚMEROS	483	2.636	730	3.849
PERCENTUAIS	12,5%	68,5%	19,0%	100%

Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 9: População da Solum por escalão etário.

Relativamente ao sexo da população residente na Solum, é possível verificar, tal como na Alta, um maior número de mulheres. É curioso, no entanto, observar essa relação em face de cada escalão

etário. No escalão etário 0-14 anos, os homens encontram-se ligeiramente em maioria, com uma diferença de 2,2% para as mulheres. Nos demais escalões, esta diferença é inversa, com as mulheres a superarem o número de homens. À medida que os escalões etários sobem, cresce a diferença entre o número de mulheres e o de homens: 15-64 anos: 9,2%; e 65 ou mais anos: 18,6% de diferença entre mulheres e homens.

IDADES	0-14 ANOS		15-64 ANOS		65 + ANOS		TOTAL	
SEXOS	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
NÚMEROS	247	236	1.196	1.440	297	433	1.740	2.109
TOTAL POR IDADE	483 (12,5%)		2.636 (68,5%)		730 (19%)		3.849 (100%)	
PERCENTUAIS POR ESCALÃO	51,1%	48,9%	45,4%	54,6%	40,7%	59,3%	45,2%	54,8%

As células em destaque representam a diferença entre o número de mulheres e o de homens na população idosa deste território. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 10: População da Solum por sexo e escalão etário.

Ao contrário do verificado na Alta, a maioria das pessoas que reside na Solum, segundo dados da BGRI relativos aos censos de 2011, é proprietária das suas moradias (68,52% de um total de 1.740 alojamentos de residência habitual, em face dos 23,89% de inquilinos).

A escolaridade dos/as moradores/as da Solum também diverge em relação à realidade da Alta: quase 53% de sua população geral possui o ensino superior, sendo esse o nível que concentra a maior parte da população em todos os escalões etários – à exceção, obviamente, do escalão mais baixo –, enquanto que pouco mais de 10% não possui qualquer nível de escolaridade, dos quais 8,8% se encontra na faixa de 0 aos 14 anos. O quadro seguinte ilustra os níveis de escolaridade da população geral da Solum, por escalão etário, com a percentagem sobre o total geral da população deste território:

ESCALÃO ETÁRIO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE							
	NENHUM	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUND.	P/SEC	SUP.	TOTAL
0-14	338 (8,8%)	67 (1,7%)	78 (2,0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	483 (12,5%)
15-64	12 (0,3%)	48 (1,2%)	53 (1,4%)	266 (6,9%)	529 (13,8%)	26 (0,7%)	1.702 (44,2%)	2.636 (68,5%)
65 OU +	40 (1,0%)	174 (4,6%)	34 (0,9%)	73 (1,9%)	74 (1,9%)	0 (0%)	335 (8,7%)	730 (19,0%)
TOTAL	390 (10,1%)	289 (7,5%)	165 (4,3%)	339 (8,8%)	603 (15,7%)	26 (0,7%)	2.037 (52,9%)	3.849 (100%)

A coluna em destaque representa o nível de escolaridade superior, onde se concentra a maior parte da população deste território. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 11: Escolaridade da população da Solum – Percentagem sobre o total da população.

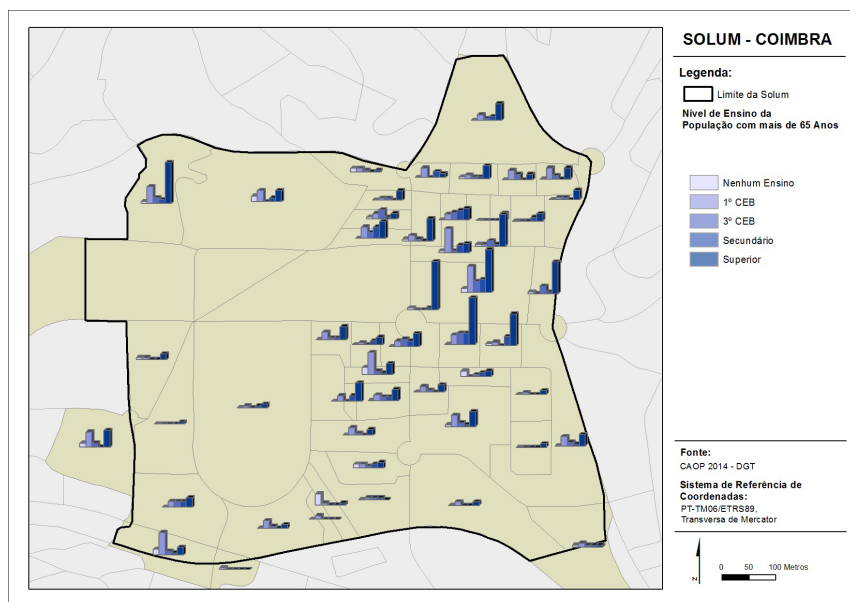
Relativamente ao escalão etário dos idosos, mais de 25% dessa população específica do território encontra-se na faixa mais jovem – dos 65 aos 69 anos. É essa faixa que concentra o maior número de pessoas com 65 ou mais anos com um curso superior. O Quadro 12 dá conta do nível de escolaridade da população idosa da Solum por cada subescalão etário, sendo a sua percentagem calculada pelo total da população idosa deste território quando da realização dos últimos censos nacionais (730 pessoas).

SUBESCALÃO ETÁRIO	NENHUM	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	SEC.	SUP.	TOTAL
65-69	7-1,0%	26-3,5%	4-0,6%	21-2,9%	21-2,9%	107-14,6%	186-25,5%
70-74	8-1,1%	31-4,3%	6-0,8%	17-2,2%	12-1,6%	101-13,8%	175-23,9%
75-79	5-0,6%	39-5,3%	12-1,6%	13-1,8%	16-2,2%	66-9,0%	151-20,7%
80-84	8-1,1%	36-4,8%	4-0,6%	13-1,8%	14-1,9%	34-4,7%	109-15,0%
85-89	7-1,0%	27-3,5%	8-1,1%	7-1,0%	7-1,0%	24-3,3%	80-11,0%
90-94	3-0,4%	9-1,2%	0-0%	2-0,3%	2-0,3%	3-0,4%	19-2,6%
95-99	2-0,3%	6-0,8%	0-0%	0-0%	2-0,3%	0-0%	10-1,4%
TOTAL	40-5,5%	174-23,8%	34-4,7%	73-10,0%	74-10,2%	335-45,8%	730-100%

As células coloridas dão destaque ao número de pessoas idosas na subescalão etário dos 65-69 anos, bem como o número e a percentagem de pessoas deste escalão com ensino superior. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 12: Escolaridade da população da Solum com 65 ou mais anos por subescalão etário – percentagem sobre o total população idosa.

O cartograma seguinte mostra, graficamente, a escolaridade da população idosa da Solum por secção estatística, evidenciando, de maneira bastante diferente do verificado na Alta, o alto nível de escolaridade de grande parte da população com 65 ou mais anos deste território.



Cartograma 16: Escolaridade da População com 65 ou mais anos da Solum.

Outros elementos consistem nas diferenças marcantes que se verificam entre os dois territórios (Alta e Solum). Sendo um bairro com áreas maioritariamente planas, com bons espaços de convívio, com vários tipos de serviços oferecidos num diâmetro relativamente pequeno, a mobilidade, em geral, é bastante mais facilitada no território da Solum, principalmente se comparada a regiões como a Alta. A população residente é a que mais ocupa os espaços do bairro, ao invés da Alta, cujos espaços são esmagadoramente ocupados pela população em trânsito – turistas e estudantes. Os acessos do bairro também facilitam as deslocações para outros setores da

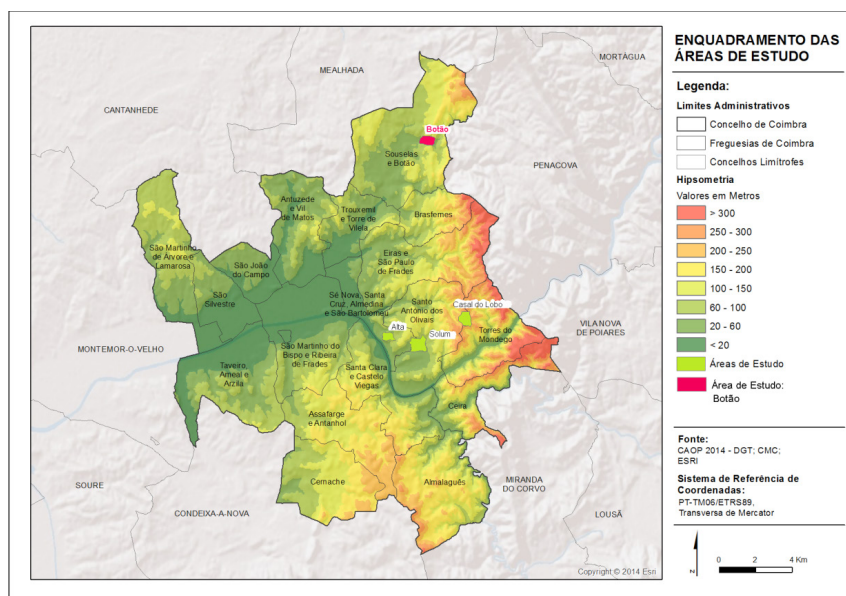
urbe e, de maneira inversa, o afluxo de pessoas de outras áreas da cidade a este território, proporcionando movimento e diversidade a este território, que também dá acesso a zonas mais periféricas e até rurais do município, como o Maciço Marginal de Coimbra, com cerca de 530 metros de altitude, onde se situam as localidades da Cova do Ouro e do Casal do Lobo, esse último, um dos dois territórios rurais escolhidos para este estudo, que serão apresentados nas secções seguintes.

2.6. O RURAL

Semelhante às secções anteriores deste capítulo, o objetivo das secções que agora se seguem é fornecer uma apresentação dos dois territórios rurais sujeitos deste estudo: o Botão e o Casal do Lobo. Tal como acontece com os territórios urbanos, os dois territórios rurais aqui expostos, o Botão e o Casal do Lobo, possuem algumas características comuns, possuindo também, ainda assim, muitas diferenças que os distinguem nas suas singularidades. Ambos os territórios, apesar de possuírem características que os aproximam do rural, localizam-se próximo do centro urbano. O trajeto entre esses territórios e o centro – e vice-versa – é facilitado por estradas alcatroadas e pela oferta – talvez com menor frequência do que a desejada – de transportes públicos. Assim, tanto o Botão como o Casal do Lobo não podem ser considerados territórios isolados, sem qualquer contacto com o centro. Pelo contrário, as influências entre os territórios rurais em questão e o centro urbano de Coimbra são recíprocas – mas desiguais em proporção –, sendo percebidas pelos costumes e comportamentos, principalmente da população rural, que, a despeito de ainda preservar traços de um passado não tão remoto, tem-se vindo a aproximar, pouco a pouco, da vida urbana.

2.6.1. O “Botão”

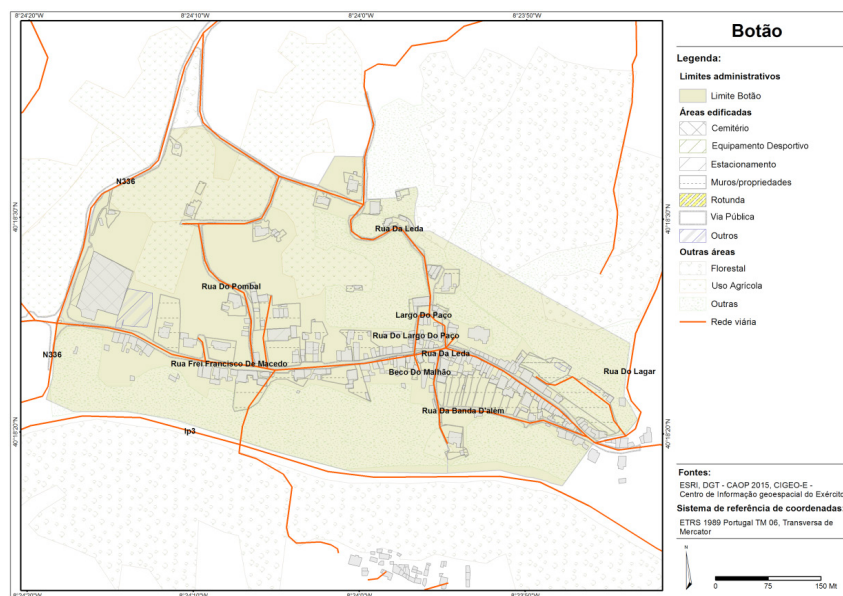
Localizado a norte do centro de Coimbra, na União das Freguesias de Souselas e Botão, o Botão é um território com características acentuadamente rurais, embora a proximidade do centro da cidade – cerca de 15 minutos, de automóvel; 25 minutos de comboio²¹ ou autocarro – e as acessibilidades de estradas maioritariamente alcatroadas, possibilitem uma proximidade entre rural e urbano. Parte significativa da população exerce atividades (ou usufrui de serviços) no centro da cidade, regressando ao território de origem no final da jornada laboral. O cartograma seguinte delimita o concelho de Coimbra, destacando, a verde, as outras áreas deste estudo e, em rosa forte, o território do Botão.



Cartograma 17: Enquadramento da Área de Estudo: Botão.

²¹ O comboio que se desloca da Estação Nova, no centro de Coimbra, tem paragem em Souselas, numa viagem que dura aproximadamente 15 minutos. Desta localidade até o Botão, a deslocação tem de ser feita a pé ou noutro tipo de transporte.

Por sua vez, o Cartograma 18 apresenta a delimitação da área específica do território do Botão onde a pesquisa foi realizada, a partir da sua via principal, onde se encontram instalados os equipamentos fulcrais do território – ainda que em número bastante reduzido, particularmente se comparado com os territórios urbanos, principalmente com o território da Solum –, e vias secundárias, com edifícios eminentemente residenciais.



Cartograma 18: Delimitação da Área de Estudo: Botão.

A história do Botão, antiga freguesia de São Mateus do Botão, remete a um tempo longínquo, pelo menos, ao século XIV, quando, em 1357, o rei D. Pedro I confirmou o estatuto de concelho a este território, estatuto também confirmado, posteriormente, por D. João I (1428) e por D. Afonso V (1452). Essas confirmações tinham como objetivo principal o encorajamento à fixação de habitantes nas regiões rurais do país. Sendo o Botão uma região promissora, com terras férteis, e próxima de Coimbra, antiga capital do reino, a oferta

era bastante promissora. Em 1514 teve Foral, dado, em Lisboa, por D. Manuel I, tendo como donatário o Mosteiro de Lorvão²².

Atribui-se o topónimo “Botão” a uma suposta origem francesa – *bouton* – que, no século XII tinha o significado de “broto”, “rebento”, numa provável alusão à fertilidade das suas terras. As atividades agrícolas, é certo, sempre contribuíram para a economia desse território, principalmente a cultura vinícola, do milho e das azeitonas, existindo, também, pequenas plantações para o consumo familiar, como hortas e pequenos pomares.



Imagem 19: Produção agrícola no Botão.

À tradição agrícola, juntou-se, já na segunda metade do século XX, uma vertente industrial, primeiramente com a instalação de fábricas de cerâmica, que beneficiaram dos terrenos argilosos da região, e, posteriormente, fábricas de cal, com o aproveitamento dos terrenos calcários. Nos anos 70, a zona de Souselas, vizinha do Botão, transformou-se num grande centro cimenteiro da região, com

²² Fonte: Souselas e Botão – União de Freguesias: <http://www.ufsouselasbotao.pt>. Consultado em 08/09/2016.

a instalação de uma unidade de produção da fábrica de cimentos Cimpor, que transformou a paisagem territorial, incluindo o afluxo de trabalhadores oriundos de lugares exteriores à comunidade. Estes, em muitos casos, acabaram por se estabelecer em definitivo neste território. De igual modo, a unidade alterou, em parte, as atividades laborais de uma fatia considerável da população, principalmente masculina, que passou a trabalhar na fábrica.



Imagem 20: Centro de produção cimenteira CIMPOR, em Souselas.

É de destacar a proximidade das localidades que compõem a atual Freguesia de Souselas e Botão (principalmente Souselas, Lagares, Marmeleira, Larçã, Paço e Outeiro do Botão, em relação ao território aqui analisado, o Botão, propriamente dito), havendo grande integração e trânsito de pessoas entre esses territórios.

O Botão pode ser caracterizado como uma tranquila comunidade periurbana, com acessos facilitados ao centro da cidade. É formado por uma estrada principal, alcatroada, que dá acesso a outras localidades, e por vias secundárias estreitas, quase sempre alcatroadas, mas por vezes empedradas. A estrada principal, embora seja menos estreita que as demais, ainda assim não é muito larga. Tendo duas faixas de rodagem, requer certa cautela, principalmente por não possuir passeios para peões. Mais para o interior do território é possível encontrar estradas com características rurais marcantes,

como a estrada de terra que dá acesso ao balneário fluvial do Botão, uma zona turística muito utilizada para o veraneio de moradores da localidade e da vizinhança.



Imagem 21: Vias e Balneário Fluvial do Botão.

A via principal do Botão – Rua Frei Francisco Macedo – comporta as principais estruturas do território. Assim, tem-se a Junta de Freguesia, a Igreja Paroquial de São Mateus, sobre a qual os primeiros documentos históricos remontam a 1116; a Casa Manuelina, localizada em frente à Igreja, no Paço de mesmo nome, da qual, atualmente, só restam os escombros e o arco passadiço; a Casa Agrícola, adaptada para o turismo de habitação, mas que se encontra, atualmente, desativada.



Imagem 22: Principais estruturas do Botão 1.

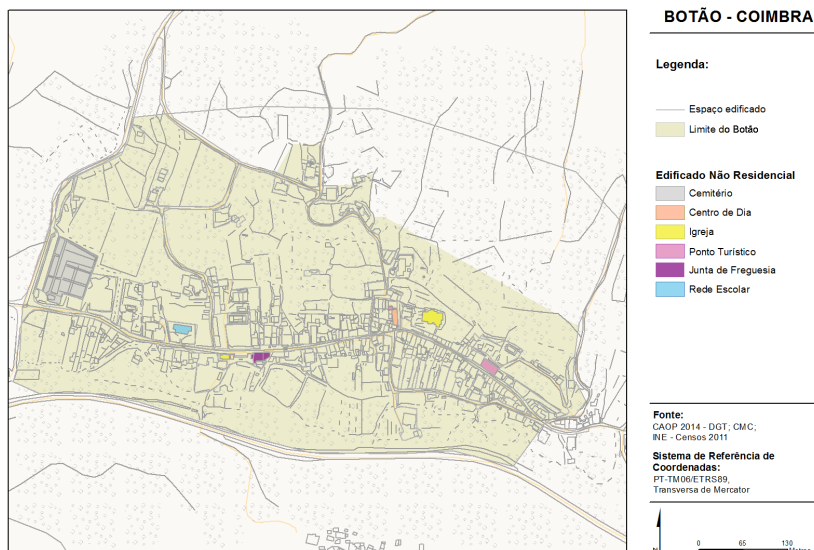
É, também, na via principal que se encontram a Praça, ao lado da Junta de Freguesia do Botão; a Capela do Mártir São Sebastião, onde ainda hoje são celebradas missas; o Centro de Dia, uma estrutura social que também oferece serviço domiciliário à população idosa do Botão e das localidades vizinhas; e, ainda, a Escola Básica do Botão, recentemente desativada, devido ao reduzido número de alunos (durante o último recenseamento, havia apenas 17 crianças dos zero aos 14 anos no território do Botão, representando 7,76% de sua população total²³), que agora necessitam se deslocar até ao Jardim de Infância e à Escola Primária de Larçã, localidade próxima do Botão. O edifício pertencente à escola é, atualmente, ocupado pelo grupo de escuteiros da localidade.

²³ Segundo os censos 2011, havia quatro crianças dos zero aos quatro anos; dez crianças dos cinco aos nove anos; e três crianças dos dez aos catorze anos.



Imagem 23: Principais estruturas do Botão 2.

O Cartograma 19 permite uma visão geral das funcionalidades do conjunto de edifícios não residenciais do Botão, embora em alguns prédios se tenham alterado ou posto fim às suas funções iniciais, conforme já se fez referência. O cartograma é luminoso, ao esclarecer que grande parte dos edifícios deste território não se encontra em destaque, o que significa que a maioria cumpre uma função residencial. Os equipamentos públicos e coletivos são poucos, é certo, mas têm, de alguma forma, conseguido dar resposta às principais necessidades deste território.



Cartograma 19: Edifícios não residenciais do Botão.

A maioria das casas do território do Botão (59,23%) foi construída entre 1961 e 1990, a despeito da possibilidade de encontrar construções bastantes mais antigas. A grande maioria das construções é simples, grande parte representativa do que se denominou como “típica casa rural portuguesa”: casas de dois pisos²⁴, sendo o piso térreo, originalmente, destinado à recolha do gado. A estratégia de ocupação do piso térreo pelo gado da propriedade tinha uma dupla função: por um lado, o controlo e a proteção dos animais das intempéries e, por outro, o aquecimento da casa – cujas demais divisões ocupavam o andar superior –, em virtude da proximidade do gado e da liberação de gases, principalmente pela respiração desses animais. Atualmente, essa estratégia caiu em desuso. Deixou de haver criação de gado nesta região, tendo as casas sido adaptadas para o

²⁴ Algumas casas têm apenas um piso, ficando ao térreo, acompanhando o nível do terreno, normalmente plano na área residencial desse território.

uso exclusivo das pessoas, com o piso inferior muitas vezes a ser ocupado como garagem para automóveis ou depósito de utensílios domésticos e/ou agrícolas. As casas encontram-se, geralmente, muito próximas umas das outras, distribuindo-se ao longo dos dois lados da estrada. A tipologia das habitações de um dado território, a estrutura e organização das casas e a sua distribuição pelas estradas deste território, principalmente em se tratando de um território rural, aliás, são dados importantes, pois refletem a reprodução social efetivada no âmbito doméstico e da comunidade (Silva, 2012).

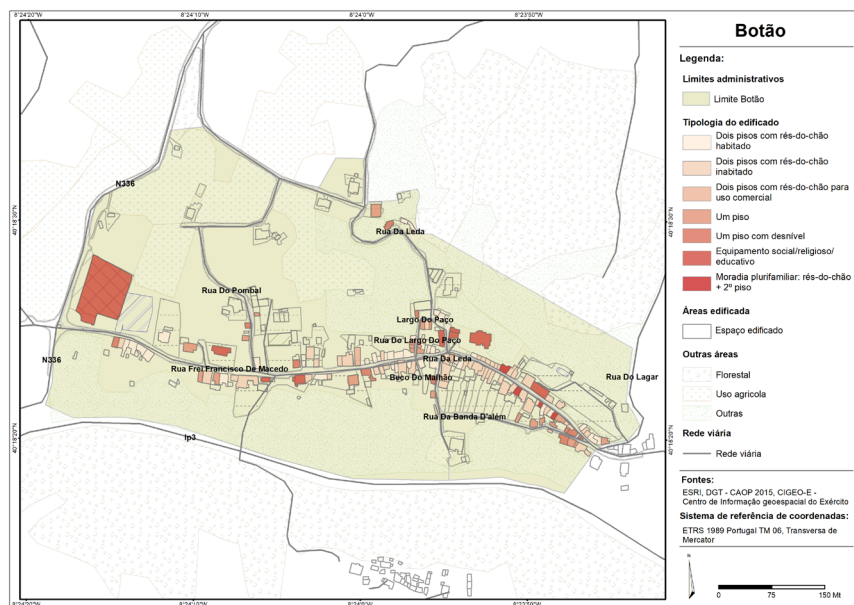
A imagem seguinte transmite uma ideia da arquitetura das casas encontradas no território do Botão.



Imagem 24: Casas do Botão.

No caso específico do Botão, seja como for, mais do que a tipologia das habitações, propriamente dita, passível de ser observada em “visões panorâmicas”, por assim dizer, sobre o território, importa perceber os usos que tais tipologias podem assumir. Para isso, foi realizado neste estudo um levantamento “tipológico-funcional” das casas e das construções do Botão, levando em conta os seguintes critérios: (i) Dois pisos, sendo o térreo habitado; (ii) Dois pisos, sendo o térreo desabitado; (iii) Dois pisos, sendo o térreo destinado ao comércio; (iv) Um piso; (v) Um piso com desnível; (vi)

Equipamento social/religioso/educativo; (vii) Moradia plurifamiliar: piso térreo e segundo piso. Esta caracterização revela-se importante neste estudo, pois habitar numa casa cujo piso térreo não dispõe de estruturas básicas, como janelas ou casas de banho, por exemplo, implica ocupar o segundo piso, sujeitando-se o morador a subir e descer escadas constantemente²⁵ – ou, quando deixa de ser possível, remeter-se ao isolamento e, em consequência, à perda gradual de autonomia. O Cartograma 20 ilustra a tipologia-funcional das casas do Botão, revelando que uma parte significativa dessas habitações não se encontra adaptada às pessoas com mobilidade condicionada e/ou reduzida, como é o caso de algumas pessoas idosas.



Cartograma 20: Tipologia funcional das habitações do Botão.

²⁵ A única estrutura do Botão que possui elevador é o Centro Social, Cultural e Recreativo do Botão.

A grande maioria das casas do Botão (91%) é habitada pelos seus proprietários, que vivem neste território há já muito tempo ou são herdeiros diretos dessas propriedades. Os prédios arrendados nesta localidade são muito raros, representando pouco mais de 7% do total das ocupações residenciais. Trata-se de uma observação importante. A posse de uma propriedade é hipervalorizada numa sociedade centrada numa economia capitalista e neoliberal. O simbolismo de ter casa própria, porém, ultrapassa qualquer análise meramente económica. A posse de uma casa garante segurança, dignidade e poder a quem a detém – poder, esse, muitas vezes exercido no próprio contexto familiar. Ter casa própria, ao contrário de morar numa casa arrendada – ainda que o valor pago por essa renda seja pouco significativo –, representa autonomia. Além disso, o sentimento de pertença ao território, através da casa própria, robustece-se, ainda que a casa muitas vezes apresente alguma precariedade, sem as condições adequadas aos padrões de qualidade de vida expectáveis pela própria comunidade onde se encontra inserida. A distinção social a partir da casa²⁶, aliás, é bastante visível em territórios como o Botão, cujo centro é dominado por habitações bastante simples, em terrenos exíguos, com uma população mais antiga implantada no território – muitas vezes com as propriedades a atravessarem gerações –, contrastando com uma zona um pouco mais periférica. Esta é formada por residências grandes, assaz modernas e confortáveis, com alto padrão de qualidade na construção, sendo muito provavelmente habitada por uma população nova no território – mas não necessariamente nova no município –, representando uma tendência que começa a surgir: as zonas periurbanas serem ocupadas por camadas sociais mais abastadas, que procuram uma melhor

²⁶ Dos quatro territórios do estudo, o Botão é onde essa distinção é mais perceptível. Na Alta, a diferenciação social a partir das habitações começa a ser sentida, sendo, entretanto, muito mais evidente entre os edifícios de uso residencial e os que têm sido recuperados para fins comerciais.

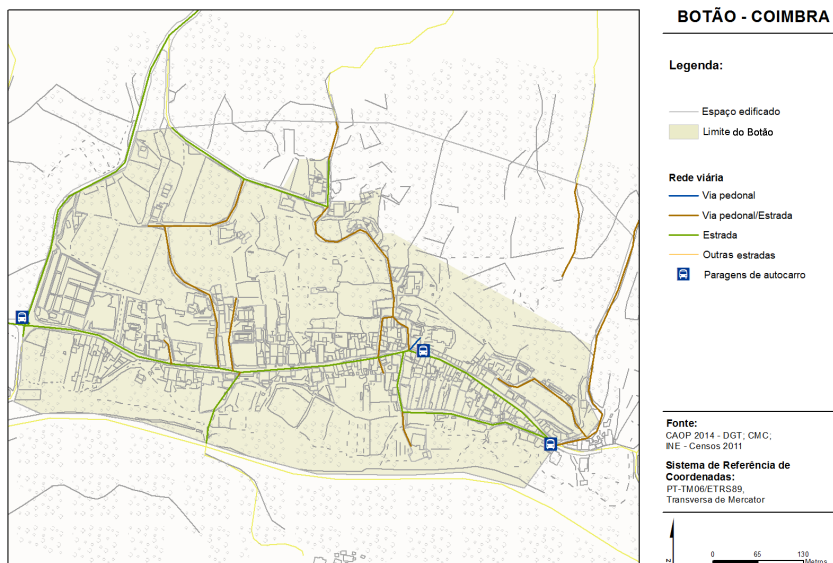
qualidade de vida, vindo morar em zonas periféricas da cidade, conforme a imagem que segue:



Imagem 25: Casas de luxo do Botão.

No Botão não existe qualquer calçada destinada aos peões. Todas as estradas, incluindo a estrada principal, totalmente alcatroada, ainda que estreita, mas com duas faixas de rodagem, são utilizadas tanto por automóveis, quanto por peões. O cartograma seguinte representa as acessibilidades do território. A estrada principal possui trânsito médio a rápido. As demais estradas, perpendiculares à principal, são usadas tanto por trânsito automóvel, quanto por peões: no Largo da Igreja e no Largo da Junta da Freguesia, ainda que em frente ao Centro de Dia – no caso do Largo da Igreja – e ao lado do edifício da Junta de Freguesia – no caso do Largo da Junta – o trânsito e o estacionamento de automóveis são permitidos e frequentes. Há três paragens de autocarros na localidade do Botão: uma antes da rotunda de entrada e as demais na estrada principal. A frequência dos transportes públicos do centro de Coimbra ao Botão, e vice-versa, ao longo do dia é feita da seguinte forma: três horários pela manhã; dois horários ao meio-dia e três horários ao

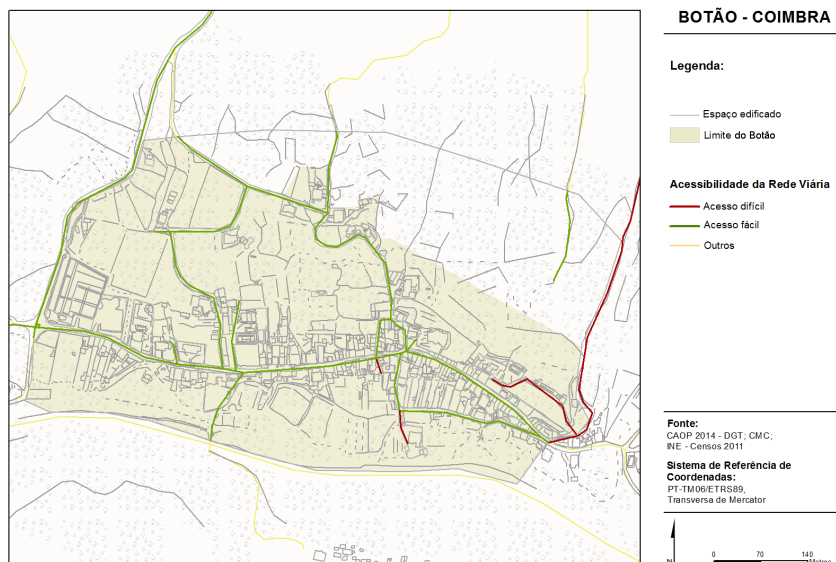
fim do dia. A empresa de transporte que atende a localidade é uma empresa privada, não fazendo parte da SMTUC.



Cartograma 21: Acessibilidades e Mobilidades do Botão.

Fazendo uso da mesma tipologia de acessibilidade usada para os demais territórios, optou-se por caracterizar as estradas do Botão como de acesso fácil e as estradas muito estreitas, e sem qualquer passeios, como de acesso difícil. É importante destacar, entretanto, que, para os peões, nenhuma das estradas deste território pode ser considerada de acesso fácil (excetuando-se o Largo da Igreja e o Largo da Junta de Freguesia, ambos se caracterizando como terrenos planos e calçados, destinados ao uso pedonal). Apesar de a maioria das estradas ser plana – ou com declives leves a médios – como já foi mencionado, quase não há espaços destinados ao uso exclusivo de peões. Embora ao longo da estrada principal tenham sido instalados algumas lombas, não há qualquer sinalização indicando a velocidade máxima que deve ser respeitada pelos automóveis ou que se trata de uma via de espaço partilhado, onde a hierarquia a ser respeitada

deve caminhar no sentido dos mais aos menos vulneráveis: os peões são mais vulneráveis do que as bicicletas, as quais, por sua vez, são mais vulneráveis que os automóveis.



Cartograma 22: Tipologia de Acessibilidades das Ruas do Botão.

Nas ruas do Botão, o uso de cadeiras de rodas ou de carrinhos de bebé é praticamente inviável, não tanto pelo seu revestimento – já que parte significativa das ruas deste território se encontra alcatroada –, mas, principalmente, pelo perigo que representa circular junto aos automóveis. Na rua principal, o uso desses mecanismos só é possível com a ocupação de grande parte da via. Nas vias estreitas, não alcatroadas, o uso desses recursos de mobilidade torna-se ainda mais difícil. Os peões, por sua vez, quando se deslocam pela rua principal da localidade, têm de se “esgueirar” junto às construções, tomando ainda precauções adicionais para não cair nas valetas construídas em frente de grande parte das casas, estas com o objetivo de escoar as águas das chuvas – e que devem ser tidas em consideração pelos automóveis.



Imagem 29: Valas e desníveis para escoamento de águas pluviais no Botão.

Demograficamente, o Botão possuía, quando da realização do último recenseamento, em 2011, 219 residentes. Desses, 56 pessoas (quase 26%) tinham 65 ou mais anos. Embora a população ativa neste território se aproxime dos 60% (57%), o que impressiona é o baixo número de jovens e crianças nesta localidade: vinte e uma pessoas dos 15 aos 24 anos, totalizando menos de 10% da população deste território (9,6%), e apenas dezassete crianças (de 0 a 14 anos), contabilizando 7,8% da população residente do Botão. Esses números confirmam a tendência nacional – e mesmo mundial – de envelhecimento da população, modificando, de forma significativa, as estruturas territoriais e carecendo de um olhar mais atento (e atencioso) às populações que permanecem, quotidianamente, num determinado território. No caso do Botão, especificamente, as transformações territoriais plasmam-se na desativação da escola e na instalação do CD, que, além de servir a população idosa do Botão e proximidades, ainda desenvolve um importante papel na integração comunitária – assim como a Igreja –, promovendo encontros e atividades intergeracionais, como festas, passeios e excursões.

IDADES	0-14 ANOS	15-64 ANOS	65 + ANOS	TOTAL
NÚMEROS	17	146	56	219
PERCENTUAIS	7,8%	66,6%	25,6%	100%

Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 13: População do Botão por escalão etário.

A relação sexo/idade da população deste território apresenta assimetrias quanto ao número de mulheres (8,6%, sobre o número total da população). Essa diferença é maior no escalão etário de 0 a 14 anos. No escalão das pessoas idosas, o número de mulheres cifra-se em 17,8% mais do que o número de homens, conforme é possível verificar no Quadro 14:

IDADES	0-14 ANOS		15-64 ANOS		65 + ANOS		TOTAL	
SEXOS	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
NÚMEROS	5	12	72	74	23	33	100	119
TOTAL POR IDADE	17 (7,8%)		146 (66,6%)		56 (25,6%)		219 (100%)	
PERCENTUAIS POR ESCALÃO	29,4%	70,6%	49,3%	50,7%	41,1%	58,9%	45,7%	54,3%

As células em destaque referem-se à diferença entre o número de mulheres e o de homens entre as pessoas idosas deste território. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 14: População do Botão por sexo e escalão etário.

Ainda relativamente à demografia do Botão, os dados da BGRI/INE/2011 indicam que todas as pessoas idosas da localidade recebem uma pensão de reforma. Em relação à escolaridade, a maioria da população (32,9%) completou apenas o 1º ciclo do ensino básico, sendo que 11,4% concluíram o 2º ciclo; e 18,7% possuem 3º ciclo. Ademais, 13,7% têm o ensino secundário (equivalendo a 30 pessoas); e apenas 7,3% (ou 16 pessoas) possuem o ensino superior, conforme o Quadro 15 ilustra.

ESCALÃO ETÁRIO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE							
	NENHUM	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUND.	P/SEC	SUP.	TOTAL
0-14	14 (6,4%)	0 (0%)	3 (1,4%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	17 (7,8%)
15-64	5 (2,3%)	39 (17,8%)	22 (10,0%)	36 (16,4%)	30 (13,7%)	0 (0%)	14 (6,4%)	146 (66,6%)
65 OU +	16 (7,3%)	33 (15,1%)	0 (0%)	5 (2,3%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (0,9%)	56 (25,6%)
TOTAL	35 (16,0%)	72 (32,9%)	25 (11,4%)	41 (18,7%)	30 (13,7%)	0 (0%)	16 (7,3%)	219 (100%)

A coluna em destaque refere-se ao maior nível de escolaridade da totalidade da população deste território: 1º Ciclo. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 15: Escolaridade da população do Botão – Percentagens sobre o total da população.

Especificamente em relação à escolaridade das pessoas com 65 ou mais anos aqui residentes, o quadro seguinte revela, de maneira mais visível, que, das 56 pessoas com 65 ou mais anos deste território, mais da metade (58,9%) possui o 1º ciclo como escolaridade. Quase 30% desta população (28,6%) não possui o 1.º Ciclo e apenas 3,6% – equivalendo a duas pessoas com 65 ou mais anos – possui o ensino superior.

	NENHUM	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SEC.	SUP.	TOTAL
NÚMEROS	16	33	0	5	0	2	56
%	28,6%	58,9%	0%	8,9%	0%	3,6%	100%

Em destaque, a maior escolaridade da maioria da população idosa deste território. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 16: Escolaridade população do Botão com 65 ou mais anos.

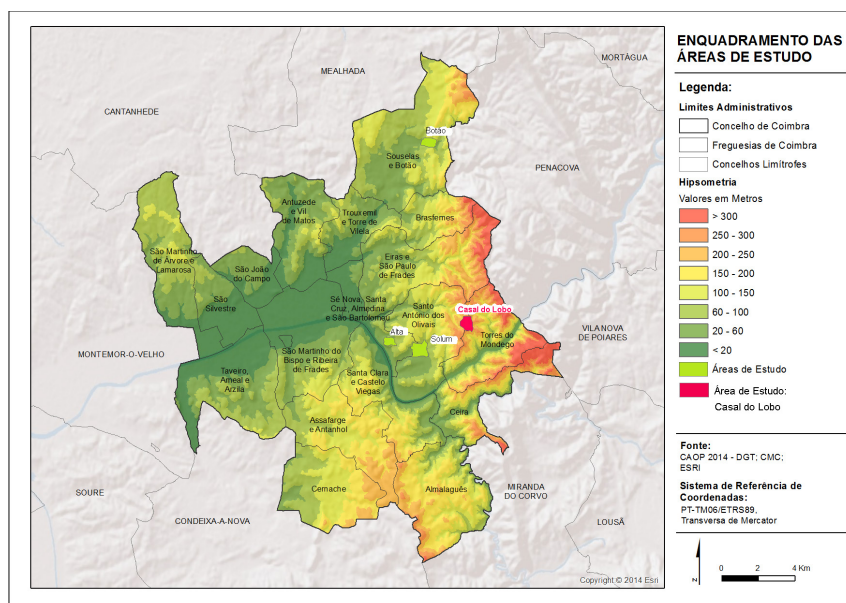
O território do Botão, sendo um território que pode ser considerado rural, nesta caracterização difere, em muitos aspetos, dos territórios urbanos já apresentados. Na próxima secção, finalizando a parte dedicada à apresentação e caracterização dos territórios do estudo, apresenta-se outro território rural: o Casal do Lobo, que, embora possua algumas semelhanças com seu *par territorial rural*, também deve ser visto nas suas particularidades e singularidades.

2.6.2. O “Casal do Lobo”

Dos quatro territórios deste estudo, este é o que mais parece projetar a imagem de uma comunidade unida por laços de vizinhança, amizade, solidariedade e entreaajuda.

Localizado muito próximo do centro da cidade – cerca de quatro quilómetros e meio –, o território do Casal do Lobo situa-se a leste da região central de Coimbra, num espaço geográfico marcado pela altitude – em alguns pontos, como na Mata Nacional Vale de Canas, superior aos 290 metros –, entre as freguesias de Santo António dos Olivais e Torres do Mondego²⁷.

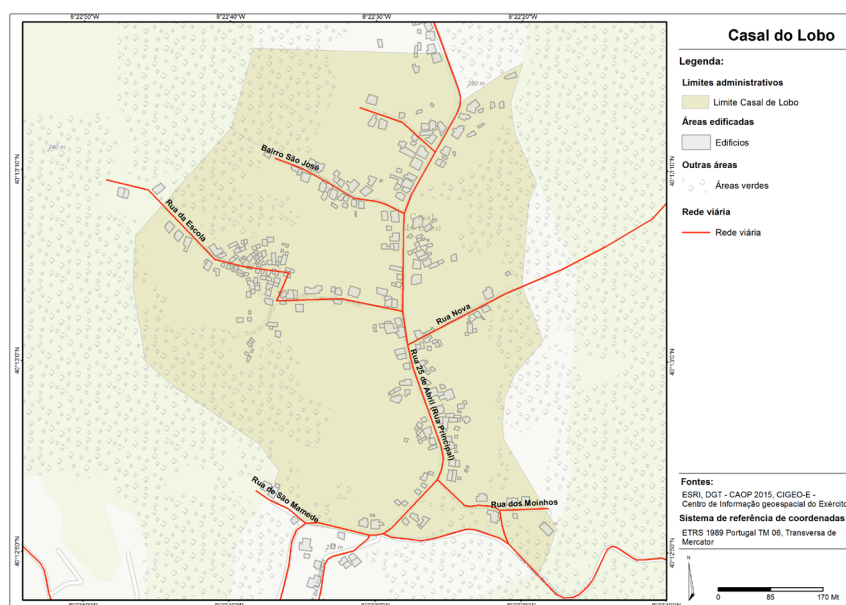
²⁷ A Freguesia de Torres do Mondego data, enquanto freguesia, de 1934, quando o seu atual território foi separado da Freguesia de Santo António dos Olivais. A ocupação deste território, no entanto, é bastante antiga, provavelmente anterior à nacionalidade portuguesa. Há indícios de que, em razão de sua topografia, tenha servido como ponto defensivo de Coimbra. A divisão política deste território em duas freguesias é um tanto paradoxal, causando, por vezes, alguns conflitos entre a população. Um exemplo é o saneamento básico, existente apenas na parte territorial da responsabilidade da freguesia de Santo António dos Olivais (quando este estudo foi iniciado, o saneamento básico sob responsabilidade da freguesia de Torres do Mondego encontrava-se a ser instalado).



Cartograma 23: Enquadramento da Área de Estudo: Casal do Lobo.

A localização, na parte serrana do território, garante uma vista privilegiada sobre a cidade e também temperaturas menos elevadas em relação às zonas mais baixas das margens do Mondego e do setor central do concelho.

Neste estudo, deu-se destaque à área central do Casal do Lobo, basicamente composta por uma via principal (Rua Principal), totalmente alcatroada, e as demais ruas secundárias, formadas, na sua quase totalidade, por edifícios com funções residenciais. O cartograma seguinte, que apresenta a delimitação do território do Casal do Lobo, também permite perceber a sua área envolvente, formada, sobretudo, por áreas verdes. Além das zonas rurais, de cultivo, principalmente, para uso doméstico, cumpre assinalar a área de vegetação florestal conhecida como Mata Nacional Vale de Canas.



Cartograma 24: Delimitação da área de Estudo: Casal do Lobo.

De modo similar ao outro território rural deste estudo – o Botão –, o território do Casal do Lobo desenvolveu-se num dos muitos patamares que se encontram disseminados pelo Maciço Marginal de Coimbra (cuja altitude máxima atinge 530 metros na localidade denominada Roxo). Esta localidade, contudo, desenvolveu-se num setor de baixo declive, o que facilitou a fixação da população, embora até ao final da primeira metade do século XX essas localidades serranas se encontrassem bastante isoladas em relação à sede do concelho²⁸.

²⁸ Diferente do que se processou no Botão, onde a instalação da cimenteira CIMPOR provocou deslocamentos de trabalhadores de outras localidades para aquele território, que lá se instalaram em definitivo, além de fazer passar para o setor secundário grande parte de sua população, no Casal do Lobo, a difícil acessibilidade à cidade, verificada até há pouco tempo, acabou por condicionar uma maior ruralização deste território, situação que se alterou com a melhoria dos acessos, provocando um movimento de trabalhadores para outras localidades do município.

Conforme tem vindo a ser abordado, este território desenvolveu-se através de uma via principal que serve de acesso entre o Lorrvão (importante convento que desempenhou um papel fundamental nesse setor do território de média montanha) e os territórios da cidade, e por vias secundárias (maioritariamente sem saída para outras localidades), compostas, na sua quase totalidade, por unidades habitacionais. A estrada principal, alcatroada em toda a sua extensão, é, hoje em dia, uma via de trânsito relativamente rápida para os padrões deste território, com duas mãos, que comporta um tráfego frequente de trânsito ligeiro e pesado, de uso particular e coletivo. A altitude do território e a sinuosidade da estrada, adaptando-se à morfologia territorial da serra (vertente ocidental), tornam-na perigosa, tanto – e principalmente – para os peões, quanto para os veículos não motorizados e motorizados, que devem circular com cuidado e atenção. As demais estradas apresentam-se, na sua maioria, sem qualquer revestimento. Porém, é possível encontrar estradas secundárias de pedra e outras alcatroadas (mesmo que nem sempre na totalidade da sua extensão). Embora existam poucas calçadas destinadas exclusivamente aos peões neste território, é possível perceber, em quase toda extensão da via principal e de algumas estradas secundárias alcatroadas ou não, a existência de corredores laterais, normalmente construídos com pedras um pouco mais estáveis (ou, em algumas vias, com uma mistura de alcatrão e, ainda, em outras, sendo uma faixa de relva), ao mesmo nível da estrada e, por vezes, levemente concavados para o escoamento das águas pluviais, que são usados pelos peões. Tal atenua os perigos da circulação realizada unicamente pela via destinada aos veículos, ainda que em algumas vias secundárias esses corredores sejam bastante estreitos e, tal como a própria via revestida em pedra, apresentem vegetação entre as pedras, o que pode torná-los escorregadios e perigosos ao trânsito pedestre.



Imagem 26: Vias do Casal do Lobo.

Os principais equipamentos comunitários/sociais deste território são a igreja, a escola – que, tal como no Botão, foi desativada, havendo sido retomada para novas funções, nomeadamente, o atendimento à população idosa, que aí realiza atividades de educação física e no âmbito da informática –, a Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Casal do Lobo – que assegura a integração de toda a comunidade, incluindo as localidades próximas –, o Centro de Formação e Tempos Livres – que tem como foco o público jovem –, e o café, este último sendo um importante ponto de referência e de convívio para a comunidade.



Imagem 27: Equipamentos sociais do Casal do Lobo.

Embora este possa ser considerado um território bastante antigo, em termos de ocupação, a maioria dos 165 prédios que aí se encontra (cerca de 25%) foi construída na década de 1980, em consequência da melhoria das acessibilidades observada com a consolidação da demografia e como resultado da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), o que propiciou, através dos fundos comunitários, a melhoria das condições da rede viária do país.

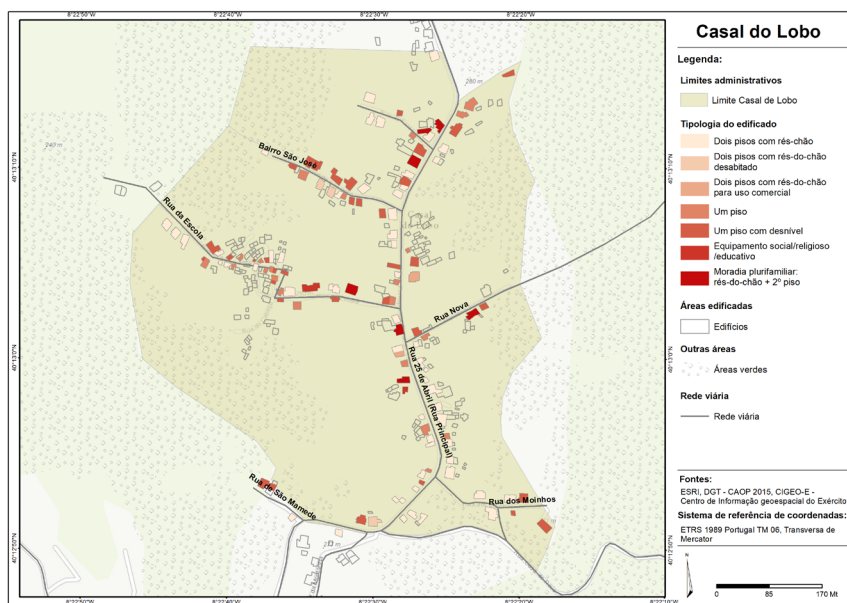
Desses 165 edifícios, quase 97% são exclusivamente residenciais. Das 128 residências habituais, 117 são habitadas pelos seus proprietários e somente onze são arrendadas. Trata-se de um dado importante, pois, de modo semelhante ao território do Botão, revela que um número bastante considerável de moradores se identifica grandemente com o território, já que a casa própria, além de representar segurança, também evoca sentimentos de pertença e de cuidado (não só com a casa, mas também perante as relações desenvolvidas no território envolvente), sendo, ademais, um elemento decisivo para o estabelecimento e o fortalecimento de laços vicinais, muitas vezes fundados na sociabilidade e na entreajuda.

Grande parte das casas do Casal do Lobo possui um estilo moderno, sendo construída com materiais de elevado padrão (ainda que algumas casas, principalmente as mais antigas, sejam assaz modestas), o que destoa da generalidade das casas do Botão, o outro território rural deste estudo, assim como dos demais territórios, já que na Alta predominam as casas muito antigas, boa parte das quais já em estado de degradação e mesmo abandono, enquanto na Solum predominam os edifícios altos, modernos, que comportam vários apartamentos.



Imagem 28: Casas do Casal do Lobo.

Outro ponto de não somenos importância, no que concerne aos edifícios residenciais do Casal do Lobo, principalmente no respeitante às acessibilidades e mobilidades, prende-se com a tipologia das habitações. Tal como no outro território rural abordado neste estudo, muitas das casas do Casal do Lobo foram construídas em função dos desníveis do terreno. Com essa estratégia, as casas acabam por apresentar vários níveis, cujos acessos se dão, maioritariamente, por escadas exteriores ou interiores. Ao invés das habitações do Botão, cujo andar inferior da casa nem sempre é ocupado como moradia, as casas do Casal do Lobo, com raras exceções, são integralmente ocupadas com essa função, em resultado da idade e das funcionalidades das mesmas, já que a agricultura, neste território, apresentava, no passado, características diferentes das daquele. Ainda assim, reproduz-se, a seguir, o cartograma da tipologia das habitações do Casal do Lobo, onde é possível perceber que grande parte das casas deste território, ou possui dois andares com o piso térreo ocupado com habitação, ou tem somente um andar, que acompanha os desníveis do terreno.



Cartograma 25: Tipologia das habitações do Casal do Lobo.

A estrutura demográfica do Casal do Lobo é composta por uma população total de 391 habitantes. O quadro seguinte apresenta a população geral por escalão etário, demonstrando que 20% da população total tinha, à época da realização dos últimos censos demográficos, 65 ou mais anos. Novamente, o que ressalta, não é tanto o número de idosos residentes no território, mas o baixo número de crianças (apenas 13 crianças com idades entre zero e quatro anos), ou seja, o que se traduz numa percentagem de menos de 15% de pessoas entre 0 e 14 anos. Obviamente que a grandeza do escalão dos 15 aos 64 anos garante uma maior concentração populacional nessa faixa etária (quase 66%). Todavia, é necessário destacar, uma vez mais, que, tal como o que sucede no Botão, o panorama diário deste território parece enfatizar a “velhice”, pois tanto as crianças quanto os adultos mais jovens deslocam-se a outros territórios, os primeiros para estudar, os demais para desenvolverem as suas atividades laborais.

IDADES	0-14 ANOS	15-64 ANOS	65 + ANOS	TOTAL
NÚMEROS	56	257	78	391
PERCENTUAIS	14,3%	65,7%	20%	100%

Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 17: População do Casal do Lobo por escalão etário.

A variável sexo indica, uma vez mais, uma ligeira maioria de mulheres (à exceção dos escalões etários de 0 a 4 anos e de 20 a 24 anos, onde essa pequena diferença se revela num maior número de homens: oito meninos e cinco meninas, no primeiro escalão, representando, respetivamente, 61,5% e 38,5% dentro desse escalão; 14,3% e 8,9% dentro do escalão maior de 0 a 14 anos; e oito rapazes e sete raparigas no segundo escalão, representando, cada um dos sexos, praticamente a metade do total de pessoas desse escalão). Essa diferenciação não é de todo representativa e os números, por si só, não são capazes de possibilitar inferências e análises maiores e mais aprofundadas. O Quadro 18 apresenta a população do Casal do Lobo por sexo e idade.

IDADES	0-14 ANOS		15-64 ANOS		65 + ANOS		TOTAL	
SEXOS	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
NÚMEROS	27	29	124	133	34	44	185	206
TOTAL POR IDADE	56		257		78		391	
PERCENTUAIS POR ESCALÃO	48,2	51,8%	48,2	51,8	43,6	56,4	47,3	52,7

As células em destaque representam a diferença entre mulheres e homens da população idosa do “Casal do Lobo”. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 18: População do Casal do Lobo por sexo e escalão etário.

De uma forma geral, o nível de escolaridade da população do Casal do Lobo pode ser considerado baixo. Aproximadamente 30% dos residentes completaram apenas o 1º ciclo do ensino básico, o que representa a maioria da população desta localidade (sendo que 17% não possui qualquer nível de escolaridade completo). Menos de 10% da população geral deste território possui o ensino superior (somente 38 pessoas). O Quadro 19 é demonstrativo da escolaridade da população geral do Casal do Lobo, com a percentagem sobre o total da sua população.

ESCALÃO ETÁRIO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE							
	NENHUM	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUND	P/SEC	SUP	TOTAL
0-14	40 (10,3%)	8 (2,0%)	8 (2,0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	56 (14,3%)
15-64	9 (2,3%)	63 (16,1%)	37 (9,5%)	67 (17,1%)	42 (10,7%)	3 (0,8%)	36 (9,2%)	257 (65,7%)
65 OU +	18 (4,7%)	44 (11,3%)	8 (2,0%)	4 (1,0%)	2 (0,5%)	0 (0%)	2 (0,5%)	78 (20,0%)
TOTAL	67 (17,3%)	115 (29,4%)	53 (13,5%)	71 (18,1%)	44 (11,2%)	3 (0,8%)	38 (9,7%)	391 (100%)

Em destaque, o maior nível de escolaridade de cada grupo etário e geral da população do “Casal do Lobo”. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 19: Escolaridade da população do Casal do Lobo – Percentagens sobre total da população.

Atentando apenas na população com idades iguais ou superiores a 65 anos, é possível perceber uma escolaridade ainda mais baixa, com mais de metade dessa população específica a ter completado somente o 1º ciclo do ensino básico e apenas duas pessoas a terem terminado o ensino secundário (essas duas pertencentes ao menor subescalão etário dessa população, ou seja, dos 65 aos 69 anos) e outras duas o ensino superior (curiosamente, ambas no subescalão etário dos 75 aos 84 anos). De sublinhar, também, a elevada percentagem de pessoas idosas deste território sem qualquer nível de

escolaridade completo: 23,1%. O Quadro 20 atesta o nível de escolaridade da população do Casal do Lobo com 65 ou mais anos²⁹.

	NENHUM	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUN- DÁRIO	SUPE- RIOR	TOTAL
NÚMEROS	18	44	8	4	2	2	78
PERCENTUAIS	23,1%	56,4%	10,2%	5,1%	2,6%	2,6%	100%

Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 20: Escolaridade população do Casal do Lobo com 65 ou mais anos.

Após a apresentação dos quatro territórios deste estudo, algumas análises prévias, inferências e comparações parecem exequíveis.

De entre os quatro territórios estudados, o que apresenta maiores problemas em relação à mobilidade e à acessibilidade é a Alta. Essas dificuldades, aliadas a outros fatores, como a própria demografia e características da população, afetam, também, a questão da sociabilidade, principalmente quando se leva em conta a população idosa desse território. Embora o Botão, e mesmo o Casal do Lobo, também apresentem, nos seus espaços, elementos que podem prejudicar uma mobilidade mais fluida e sem riscos, a estrutura demográfica e os arranjos sociais – com sociabilidades mais consistentes, envolvendo, principalmente, as variadas gerações – desenvolvidos em ambos os territórios, tendem a ser facilitadores na promoção de mobilidades e acessibilidades das pessoas dessas localidades. O território da Solum, com mobilidades e acessibilidades bastantes facilitadas, também tende a estimular melhor as suas sociabilidades, uma vez que

²⁹ Ainda que esse projeto educativo possa não se refletir sobre as estatísticas, que encaram a educação formal como critério, é importante mencionar a atuação do Movimento Graal (movimento internacional de mulheres católicas iniciado na década de 1950, em Portugal, por Maria de Lurdes Pintassilgo e Teresa Santa Clara Gomes) no desenvolvimento, no início da década de 1970, de atividades educativas de alfabetização, pós-alfabetização e animação social, planeadas e desenvolvidas a partir do pensamento e da prática educativa do educador brasileiro Paulo Freire, em três aldeias rurais do concelho de Coimbra: Dianteiro, Cabouco e Almalaguês, todas próximas ao território do Casal do Lobo (Alcoforado; Ferreira, 2013; 2017).

oferece espaços públicos de convívio e recreação que são usufruídos pela população local.

Além das configurações geográficas de cada um dos territórios, é lícito afirmar que a história dos territórios – e mesmo do concelho e da cidade de Coimbra enquanto território mais abrangente – também colabora na construção de imagens e representações que acabam por afetar, positiva ou negativamente, as territorialidades quotidianas.

A formação hierárquica do território da Alta, por exemplo, acaba, muitas vezes, por representar um peso negativo nas relações sociais, dificultando a horizontalidade e a flexibilidade nas mesmas e impedindo, muitas vezes, o exercício da empatia, essencial para o desenvolvimento pragmático de um *ethos* baseado no cuidado. Da mesma forma, os dois territórios rurais do estudo parecem não se encontrar de todo integrados em relação à cidade e o que ela vem representando, local e mesmo globalmente, em termos de história. Embora ambos os territórios rurais façam parte do concelho de Coimbra, o sentimento de pertença a esse território mais abrangente nem sempre é evidenciado pelas pessoas que aí residem – tanto no Botão, quanto no Casal do Lobo. A distância existente entre a cidade de Coimbra e esses territórios rurais parece mesmo extrapolar a esfera física, sendo vivenciada, muitas vezes, como um distanciamento também identitário.

A escolaridade das populações também é um ponto importante e deve ser levado em linha de conta. Dos quatro territórios, é na Solum que se encontra o maior número de pessoas com níveis elevados de escolaridade. A proximidade, o acesso e a importância dispensada ao estudo formal pelas pessoas desse território possibilitam uma maior procura e uma maior qualificação em termos de ensino. A Solum pode ser considerada um “bairro nobre”, em termos de população, estrutura habitacional e comercial e oferta de serviços. Assim sendo, é habitada, maioritariamente, por pessoas de estratos económico-sociais mais altos. A combinação de altas qualificações escolares

com salários mais altos e melhores condições de vida acaba por criar um círculo que se autoalimenta de forma contínua. Fenómeno contrário acontece no território da Alta, onde a combinação resulta diversa: baixas escolaridades, baixos rendimentos e baixa qualidade de vida. Em territórios como a Alta, a atuação da esfera pública, com a criação e a implementação de políticas públicas, deve ser mais contundente, contínua e sequencial.

Nos territórios rurais, a distância dos estabelecimentos escolares não parece suficiente para explicar os baixos níveis de escolaridade. A estrutura demográfica e os modos de trabalho desenvolvidos nesses territórios até então, sem a exigência de um nível de escolarização mais qualificado, parecem uma lógica mais convincente.

A equiparação dos níveis de escolaridade da população, tanto na Solum (cujos níveis de grande escolarização abrangem todos os escalões etários, incluindo o das pessoas idosas), quanto nos territórios do Botão e do Casal do Lobo (onde, ao contrário, grande parte da população, em todos os escalões etários, possui baixos níveis de escolaridade), parece garantir uma maior equilíbrio nas relações sociais, facilitando as interações intergeracionais. O mesmo não acontece na Alta, onde o desequilíbrio entre a formação académica de jovens e de idosos é assaz perceptível, tendo, como consequência, relações sociais hierarquizadas e também desequilibradas.

Outro ponto importante nesta comparação reside na estrutura territorial de cada um dos territórios. A Alta, formada, basicamente, por antigos prédios, quase todos arrendados, habitados por uma população muito idosa, que já aí habita há muito, e por outra população formada por jovens estudantes, por edifícios destinados ao turismo e pelos principais prédios da Universidade, em muito difere dos demais territórios do estudo. Nos outros três territórios, tanto no urbano, quanto nos rurais, as habitações são, na sua maioria, ocupadas pelos seus proprietários. Este facto viabiliza uma apropriação territorial maior, no sentido de gerar o sentimento de pertença ao

território, representado não apenas pela casa, mas também por toda a zona envolvente mais próxima. A estrutura territorial da Solum, com edifícios ocupados por famílias e por pessoas de variadas idades e gerações, com acessos, serviços e espaços públicos que propiciam a interação intra e intergeracional, proporciona sociabilidades mais qualitativas e integradoras. Nos dois territórios rurais, o que garante essa integração social e intergeracional é a proximidade física, colaborativa e afetiva que se estende dos núcleos familiares para a vizinhança que, não raro, convive junta já há muito tempo.

(Página deixada propositadamente em branco)

3. TERRITORIALIDADES, VIDAS QUOTIDIANAS

3.1. GENTES

Intenta-se, neste capítulo, descrever, ainda que sucintamente, as interações desenvolvidas, buscando-se, num primeiro momento, apresentar as pessoas que aceitaram participar no estudo para, de seguida, apresentar os seus testemunhos, organizados a partir de algumas categorias analítico-interpretativas que foram surgindo no processo de desenvolvimento do trabalho. As interpretações foram realizadas tendo como suporte um referencial teórico estudado, mas nunca descurando a inevitável interação gerada no decorrer das entrevistas.

No total, foram realizadas 42 entrevistas, compreendendo trinta mulheres e doze homens, com idades entre os 65 e os 96 anos. Procurou-se o equilíbrio numérico entre sexos nos quatro territórios, a partir daqueles que se disponibilizaram para contribuir com o seu testemunho. Não obstante, como atrás ficou exposto, tal equilíbrio não foi possível em relação aos sexos. Ou seja, foi entrevistado um número muito maior de mulheres (trinta), do que de homens (apenas doze). As entrevistas foram conduzidas no período compreendido entre 8 de maio de 2015 e 20 de dezembro de 2016, com intervalos e sem respeitar uma sequência rígida entre os territórios, ou seja, com idas e vindas, por vezes até simultâneas, pelos quatro territórios, procurando conciliar os tempos e as disponibilidades das pessoas

envolvidas. O Quadro 21 proporciona uma visão geral das pessoas que participaram deste estudo:

TERRITÓRIO	PARTICIPANTES		IDADES
	MULHERES	HOMENS	
ALTA	11	1	69-92 ANOS
SOLUM	8	2	76-96 ANOS
BOTÃO	6	4	76-93 ANOS
CASAL DO LOBO	5	5	65-79 ANOS
TOTAL	30	12	
	42		

Quadro 21: Quadro geral dos/as participantes na pesquisa.

A fim de preservar a privacidade, optou-se pela utilização de nomes fictícios³⁰. Ainda assim, mesmo atribuindo nomes fictícios, envidaram-se esforços para preservar as suas personalidades, individualidades e subjetividades. Por outras palavras, a razão do emprego de nomes (fictícios) às pessoas que colaboraram com este estudo (e não simplesmente conferir-lhes um número ou uma letra, ou identificá-las por qualquer outro atributo, abstraindo-as e subtraindo-as da sua condição humana) mergulha os fundamentos na natureza peculiar da pesquisa qualitativa nas ciências sociais e humanas, enquanto processo interativo entre os sujeitos – e não objetos: pesquisados e pesquisador.

As entrevistas foram iniciadas na Alta, em abril de 2015, estendendo-se, neste território, até agosto desse mesmo ano, um território cuja centralidade não é unicamente espacial, mas, por todo o arca-bouço histórico e cultural e pela função turística e académica que desempenha na atualidade, também simbólica.

No intuito de granjear eventuais colaboradores, recorreu-se a uma instituição que oferece Serviços de Apoio Domiciliário (SAD), mas que funciona, também, como Centro de Dia (CD).

³⁰ De modo a facilitar o tratamento dos dados, escolheram-se nomes cujas iniciais fossem as mesmas de cada um dos territórios: “A”, para a “Alta”; “B”, para o “Botão”; “C”, para o “Casal do Lobo”; e “S”, para a “Solum”.

Embora a intenção inicial fosse realizar todas as entrevistas nas próprias moradias das pessoas participantes, nem sempre foi possível cumprir à risca esse propósito. Aliás, ao longo da investigação, na tentativa de respeitar os condicionalismos das pessoas envolvidas, muitos acordos e negociações foram necessários. Assim, as entrevistas com as pessoas frequentadoras do CD foram realizadas no próprio Centro, já que parte considerável do seu tempo decorre nessa instituição. No entanto, foram realizadas as entrevistas com as pessoas atendidas pelos SAD nas suas próprias residências. Para tanto, foi possível contar com a intermediação da Assistente Social do Centro, que contactava antecipadamente as pessoas que se enquadravam nos critérios da pesquisa.

Doze pessoas deste território colocaram-se à disposição para participar no estudo: onze mulheres e apenas um homem, não obstante o esforço, secundado pela Assistente Social em cooptar mais colaboradores desse sexo. O Quadro 22 apresenta uma visão panorâmica do perfil das pessoas da Alta que fizeram parte desta investigação.

NOME ³¹	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	FILHOS	CD/SAD
Álvaro	69	Homem	Divorciado	Admissão ao Liceu	2	CD
Adelaide	74	Mulher	Casada	4ª Classe	Não	SAD
Amália	79	Mulher	Solteira	4ª Classe	Não	CD
Aparecida	79	Mulher	Viúva	4ª Classe	1	CD
Anita	86	Mulher	Viúva	3ª Classe	3	SAD
Armanda	87	Mulher	Viúva	3ª Classe	1	SAD
Angelina	88	Mulher	Viúva	Liceu	1	CD
Adriana	88	Mulher	Casada	6º Ano	Não	CD
Aurora	89	Mulher	Solteira	Nenhuma	Não	SAD
Antónia	89	Mulher	Viúva	4ª Classe	4	SAD
Augusta	91	Mulher	Solteira	Nenhuma	1	CD
Albertina	92	Mulher	Viúva	4ª Classe	2 (já falecidos)	CD

Quadro 22: Perfil dos participantes da Alta.

³¹ Conforme anunciado, os nomes foram trocados para preservar as identidades dos/as participantes.

O segundo território visitado para a consecução das entrevistas foi o Botão. Também aqui se procedeu à intermediação de uma instituição que indicou possíveis colaboradores, facultando, inclusive, o espaço, a pedido dos próprios participantes, para que as entrevistas pudessem ter aí lugar. Assim, ao invés das entrevistas realizadas na Alta, todas as realizadas no Botão foram levadas a cabo na própria Instituição, não sendo possível, em virtude da falta de disponibilidade dos participantes envolvidos, conduzi-las nas suas residências. No Botão foram realizadas dez entrevistas, seis mulheres e quatro homens, com idades entre os 76 e os 93 anos, conforme o quadro que segue.

NOME	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	FILHOS	CD/SAD
Bela	76	Mulher	Casada	3ª Classe	2	CD
Bernardo	79	Homem	Solteiro	4ª Classe	Não	CD
Beatriz	81	Mulher	Viúva	Não	2	CD
Bonifácio	81	Homem	Viúvo	Não	7	CD
Brígida	83	Mulher	Viúva	3ª Classe	3	CD
Bárbara	85	Mulher	Viúva	4ª Classe	1	CD
Benedita	85	Mulher	Viúva	3ª Classe	1	CD
Bento	85	Homem	Viúvo	Não	1	CD
Bartolomeu	86	Homem	Viúvo	3ª Classe	2	CD
Belmira	93	Mulher	Viúva	3ª Classe	4	CD

Quadro 23: Perfil dos/as participantes do Botão.

Seguiram-se as entrevistas nos territórios da Solum e Casal do Lobo. A sua consecução foi, mais ou menos, simultânea, de acordo com a disponibilidade das pessoas participantes. Em ambos os territórios, voltou-se a recorrer às instituições acima descritas, capazes de facultar o acesso a presumíveis participantes.

Na Solum, entrevistaram-se dez pessoas, oito mulheres e dois homens, com idades compreendidas entre os 76 e os 96 anos. Sete pessoas foram entrevistadas no CD que frequentavam; três foram entrevistadas nas suas residências. O Quadro 24 ilustra um pouco do perfil dos participantes deste território.

NOME	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	FILHOS	CD/SAD
Sara	76	Mulher	Viúva	Licenciada em Física	3	-
Sílvia	78	Mulher	Casada	4ª Classe	1	CD
Sérgio	84	Homem	Casado	4ª Classe	1	CD
Susana	84	Mulher	Viúva	4ª Classe	3	CD
Saete	86	Mulher	Viúva	3ª Classe	Não	CD
Simone	86	Mulher	Viúva	Licenciada em Farmácia	1	CD
Salvador	86	Homem	Viúvo	4ª Classe	1	CD
Silvina	88	Mulher	Viúva	4ª Classe	2	CD*
Salomé	90	Mulher	Viúva	9º Ano	Não	-
Sofia	96	Mulher	Viúva	4ª Classe	1	CD

*Silvina frequenta o CD da Cáritas de Coimbra, entidade sem fins lucrativos que oferece uma série de apoios sociais. A entrevista, em todo o caso, foi realizada na sua residência. Quadro 24: Perfil dos participantes da Solum.

As entrevistas, que tiveram lugar no Casal do Lobo, foram realizadas de uma forma um tanto peculiar. Para ter acesso aos eventuais participantes, contou-se com o apoio de uma instituição que oferece atividades de tempos livres a pessoas idosas de várias localidades da cidade, entre as quais, o Casal do Lobo. As atividades incluem iniciação informática e hidroginástica. Também se contou com o apoio de uma instituição, sediada em São Paulo de Frades, localidade próxima do Casal do Lobo, que oferece SAD e CD, no atendimento às pessoas das localidades vizinhas³². Nessa instituição contactou-se um casal, que vive no Casal do Lobo, o qual se dispôs a participar na investigação.

A peculiaridade reside na forma como grande parte das entrevistas foi realizada: em pares. Como as pessoas contactadas tinham reticências em participar na pesquisa, foi estabelecido que as entrevistas poderiam ser realizadas a três, como uma conversa quase

³² Curiosamente, nesta instituição também funciona uma creche (ou infantário), o que promove interessantes e importantes encontros geracionais entre as crianças e as pessoas idosas.

informal, num local escolhido pelos próprios. Esse local foi o café da localidade, espaço muito frequentado pelos seus moradores.

Foi neste território que se logrou um maior equilíbrio entre participantes homens e mulheres, isto é, cinco participantes de cada um dos sexos, totalizando dez participantes, conforme se constata no quadro seguinte.

NOME	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	FILHOS	CD/SAD/ATL*
Camila	65	Mulher	Casada	4ª Classe	3 (1 falecido)	ATL
Cláudio	65	Homem	Casado	4ª Classe	2	ATL
Catarina	66	Mulher	Casada	4ª Classe	2 (1 falecido)	ATL
César	67	Homem	Casado	4ª Classe	3 (1 falecido)	ATL
Cristina	68	Mulher	Casada	3ª Classe	3	-
Carlos	68	Homem	Casado	4ª Classe	3	-
Cecília	70	Mulher	Casada	3ª Classe	3	ATL
Célia	79	Mulher	Casada	4ª Classe	1	CD
Casimiro	79	Homem	Casado	4ª Classe	1	CD
Caetano	79	Homem	Casado	4ª Classe	2	ATL

*ATL – Atividades de Tempos Livres.

Quadro 25: Perfil dos participantes do Casal do Lobo.

3.2. ENCONTROS

Nas interações realizadas numa instituição (CD/SAD) situada na Alta foi possível depreender, quer as cumplicidades, quer os conflitos existentes. Das vinte e quatro pessoas indicadas, doze concordaram em participar na pesquisa – algumas das quais foram aderindo ao projeto, decerto impulsionadas pelas entrevistas que se iam realizando nas dependências do Centro. É perceptível que, pese embora os são propósitos e objetivos dos CD – e não se pretendendo identificar aqui nenhum em particular –, nem sempre estes correspondem às necessidades e às expectativas dos seus frequentadores. Na verdade,

estes últimos, algumas vezes, sujeitam-se a frequentá-los, não como uma opção própria, mas por falta de autonomia – principalmente financeira, mas também emocional e social. Para algumas pessoas, os CD representam uma privação de liberdade. A padronização, a rotinização e a pouca variedade de opções de atividades oferecidas são situações que devem ser problematizadas e objeto de reflexão. Tal como os centros educativos infantis, cuja pedagogia é adaptada às faixas etárias das crianças que os frequentam, levando em linha de conta os seus interesses e as suas diferenças, não seria adequado que os CD também planeassem e organizassem as suas atividades pensando na variedade dos seus frequentadores, nas suas faixas etárias, nos seus múltiplos interesses, não os infantilizando e/ou negligenciando? Esta é uma questão legítima e sincera que se pretende reflexiva, construtiva e colaborativa, e não uma mera crítica vazia às pessoas que, muitas vezes com esforço e abnegação, dedicam o seu trabalho a esses centros.

As entrevistas realizadas nas casas das pessoas participantes revelaram-se deveras proveitosas. Não se verificaram quaisquer sentimentos de desconfiança, medo ou insegurança. Neste particular, foi decisiva a intermediação de pessoas conhecidas e de profissionais, de modo a criar a necessária confiança, sobretudo quando se ficava a sós com os entrevistados, algumas vezes na sua própria casa. De igual modo decisivo para o estabelecimento de um ambiente cordial e favorável se revelou a procura de traços comuns entre entrevistador e entrevistados: idade, ascendência e descendência, assim como memórias familiares.

Em geral, as entrevistas realizadas nas próprias casas tiveram uma duração acentuadamente maior do que as realizadas nos Centros ou no café – no caso do Casal do Lobo. Salvo uma ou outra situação em que a televisão permaneceu ligada durante a entrevista, as condições sonoras foram quase sempre melhores em relação às homólogas realizadas em locais públicos ou com a presença de outras pessoas.

Nas entrevistas realizadas nas respetivas residências houve uma maior interação. Outra vantagem destas entrevistas foi a possibilidade de conhecer *in loco* o espaço que habitavam: estruturas, tipologias, condições. De resto, os entrevistados fizeram questão de o apresentar.

Tal como nos demais territórios, durante o trabalho de campo, diversas visitas foram empreendidas ao Botão, antes do contacto com os potenciais entrevistados. Apesar de se tratar de uma comunidade rural, “onde todos se conhecem”, o acolhimento pautou pela urbanidade, patenteado, a título de exemplo, no cumprimento cordial amiúde dado pelos moradores. No Botão, todas as entrevistas foram realizadas no Centro, com o auxílio das Assistentes Sociais, que organizaram um espaço adequado para as mesmas. No início, apesar de algumas resistências, que as Assistentes Sociais procuraram mitigar, os entrevistados começaram progressivamente a colaborar e a aderir voluntariamente ao projeto gizado.

De modo a obter colaboradores, estabeleceram-se contactos com a Freguesia de Santo António dos Olivais, que posteriormente foram remetidos ao Centro de Apoio Social de Pais e Amigos da Escola N° 10 – CASPAE³³ – e à Associação Social, Cultural e Recreativa de São Paulo de Frades, cujo CD é frequentado por um casal residente no Casal do Lobo.

Como acima se enunciou, quase todas as entrevistas neste território foram realizadas aos pares: em primeiro lugar, foram entrevistados Célia e Casimiro nas dependências do Centro de São Paulo de Frades. Apesar da sua lucidez, tendo uma boa compreensão, Casimiro apresentava dificuldades de comunicação, em consequência de um Acidente Vascular Cerebral (AVC). Por isso, no decorrer

³³ Centro que organiza e desenvolve atividades de tempos livres para crianças, adolescentes, adultos e idosos e ainda oferece SAD a pessoas idosas e/ou incapacitadas de vários pontos da cidade.

de quase toda a entrevista, Cristina serviu de interlocutora, falando em nome do casal.

Posteriormente, ensaiou-se visitar o CASPAE10, sediado na Solum, a fim de calendarizar, por intermédio do Assistente Social e da Educadora Social, um encontro na antiga escola do Casal do Lobo, onde são desenvolvidas atividades de informática para a população idosa interessada. Uma vez chegado o dia, reunidos os potenciais entrevistados e após a exposição do projeto, verificou-se alguma renitência na participação do mesmo (inicialmente ninguém se disponibilizou). No entanto, após insistência, dois voluntários acederam, tendo, posteriormente, persuadido outros companheiros a fazerem parte do projeto, com o seu testemunho.

Dos quatro territórios a contactar, as dificuldades maiores sobrevieram na Solum, a despeito de se tratar de um território movimentado, repleto de pessoas de outras lugares, mas que, por outro lado, pouco se atém a pessoas estranhas. Neste particular, novamente, apelou-se às pessoas locais e às instituições, no sentido de indicar possíveis voluntários. E, com efeito, graças ao Centro Social, que oferece atividades de CD/SAD e que também funciona como um lar, conseguiu-se a colaboração de sete voluntários, sendo todas as entrevistas realizadas no Centro, na sala (da televisão), em condições sonoras pouco favoráveis, por um lado, mas, por outro, muito propícias à integração.

Os contactos com os demais participantes (três), cujas entrevistas foram realizadas nos próprios contextos domiciliares, foram facilitados pela intermediação de pessoas conhecidas. Tal como nos outros territórios, estas foram entrevistas riquíssimas, alicerçadas na confiança e no respeito mútuos. O fluxo das narrativas, a que acresceu a visita às residências, permitiu positivamente compreender a experiência de viver naquele bairro. Por outro lado, o acolhimento sentido espoletou uma reflexão em torno da necessidade que as pessoas, especialmente as idosas, têm de se fazer ouvir, no fundo,

de desabafarem, tanto mais que, após dissipadas as resistências iniciais, surgia uma imensa vontade de expressar e narrar os factos que consideravam relevantes nas suas trajetórias, evocando memórias e emoções que, inclusive, extrapolavam os territórios vividos na atualidade.

De modo similar, foi possível perceber que o convívio e o estabelecimento de confiança são processos quotidianos, construídos através de relações sociais equilibradas e des-hierarquizadas, pautadas pelo saber escutar o outro, pela atenção e pelo respeito mútuos. Sendo uma necessidade comum entre as pessoas idosas entrevistadas, mesmo as que frequentam um CD, ou seja, possuindo à partida mais oportunidades para conviver e desabafar com outras pessoas da sua ou de outra geração, a questão que se coloca é: o porquê dessa necessidade tão frequente? Através das entrevistas, foi possível constatar que, em alguns prováveis contextos de sociabilidade, o saber escutar, a atenção, o respeito e o equilíbrio relacional são elementos escassos. Por outras palavras: estar na presença de outras pessoas, mesmo quando existem pequenas cordialidades e civilidades quotidianas, não é, necessariamente, sinónimo de sociabilidade. Frequentar um CD, um café, um parque ou uma praça, receber a atenção de um SAD, ou mesmo estar presente numa reunião familiar, não garante, por si só, relações de sociabilidade.

Na secção seguinte, apresentam-se os testemunhos que possibilitaram algumas análises, reflexões e considerações importantes sobre as relações das pessoas idosas com os territórios e vice-versa.

3.3. VOZES

As reflexões analíticas aqui tecidas são de teor etnográfico, feitas à luz das entrevistas, mas também das perceções construídas a

partir das interações com as pessoas participantes e da bibliografia consultada.

A fim de facilitar a análise e a leitura, os trechos narrativos foram separados por categoria e por território, buscando descrever como determinada categoria é pensada, imbuída de significado, vivenciada de uma forma mais geral, em cada um dos territórios, e por cada participante, que trouxe, de alguma forma, os elementos descritos nas suas narrativas ou nas interações havidas.

Seguindo um esquema de categorias analítico-interpretativas, cumpre começar pelo eixo das *Sociabilidades* e pela categoria *Relações Familiares e Relações Vicinais*. Esta categoria é muito relevante para o estudo, pois é reveladora do modo como as pessoas se sentem nos territórios onde residem, onde passam parte significativa dos seus tempos e constroem os seus quotidianos e as suas referências de vida.

O apoio da comunidade familiar e/ou vicinal é, para todas as pessoas que participaram no estudo, muito importante para uma velhice saudável e feliz. Apesar das transformações ocorridas nas estruturas familiares, as sociedades contemporâneas ocidentais tendem, ainda, a hipervalorizar o papel da família, principalmente da família tradicional nuclear, com uma formação onde predominam o pai, a mãe e os filhos. Em alguns casos, também, os avós, na estruturação da vida social, principalmente na infância e na velhice.

O modelo societal que encontra na estrutura familiar a sua centralidade é sociologicamente chamado de *familismo* ou *modelo familista* (Castilho; Carlotto, 2010). Neste modelo, as demais relações são, muitas vezes, preteridas, negligenciadas e pouco ou quase nada consideradas, em nome dos supostos laços mais firmes e duradouros da família, firmados no afeto e na moralidade (Pimentel; Albuquerque, 2010). Nestes casos, quando as relações familiares são frágeis, rompidas por algum conflito – ou quando sequer existem –, a fragilidade social tende a agravar-se, podendo provocar a sensação

de abandono, isolamento e solidão, causando sofrimentos psíquicos, físicos e sociais.

A pressão social, moral e jurídica em torno da negligência nos cuidados aos seus membros mais vulneráveis (nomeadamente crianças, idosos e pessoas com deficiência) recai sobre a família nuclear, sobrecarregando-a e desresponsabilizando os demais atores sociais, incluindo o próprio Estado e a sociedade civil como um todo.

Ponderando o facto de quase metade das pessoas entrevistadas viverem sozinhas, questão essa levantada no decorrer das entrevistas, mas, também, algumas vezes abordada de modo espontâneo pelos entrevistados, na tentativa de contemporizar e justificar o facto de se morar isolado – a questão da sociabilização, principalmente no que se refere às relações familiares, aparece na grande maioria das entrevistas.

Aurora, moradora da Alta, é um bom exemplo de que as relações familiares nem sempre são fáceis de serem estabelecidas no quotidiano. Solteira e sem filhos, restaram-lhe, na velhice, uma irmã já idosa, que pouco a visita, e alguns sobrinhos. O único familiar que mantém um contacto relativamente frequente com Aurora, provendo-a de mantimentos, é um sobrinho que vive em Lisboa. Ainda assim, quem a auxilia quotidianamente são as funcionárias do Centro de onde recebe apoio domiciliário e alguns prestadores de serviços da localidade, além dos vizinhos estudantes, quando solicitados. As festas religiosas, como o Natal e a Páscoa, datas importantes em termos de confraternização e integração social e familiar (principalmente num país maioritariamente católico, como Portugal), todavia, são passadas, em solitário, na sua própria residência. Apesar de viver só – desde a sua juventude (facto que parece amenizar um possível sentimento de solidão) –, refere-se com afeição aos familiares, dos quais possui fotografias e lembranças que enchem de boas recordações a sua pequena moradia, ademais exibidas com evidente orgulho.

E ele vem. Nunca passa aqui [em Coimbra] que não venha aqui. Vem sempre carregado! Traz-me tudo! [Referindo-se ao sobrinho, que vive em Lisboa.]

Eu dou-me bem com todos. Com todos. Eles sempre são... Um dia veio cá um. “Ó, Ricardo, ó, Ricardo, veja-me lá na antena – porque a antena tá ali pro lado, daquele lado, debaixo de uma janela, e às vezes é só uns riscos, estão a falar... Até veio aqui... acho que foi a Rita, a Ritinha que veio ontem ver-me e foi pô-la mais baixo [o volume da televisão], e andou lá a mexer nos botões. Nunca mais deu a imagem, mas também já não dava quando eu a liguei [Referindo-se aos seus vizinhos jovens, que a ajudam, quando solicitados.]

(Aurora, 89 anos, Alta)

Augusta também vive só. Solteira e mãe de um filho também já idoso, as suas oportunidades de sociabilização parecem, em todo o caso, maiores. Muito alegre, gosta de conviver com familiares – principalmente com um irmão, sobrinhos e sobrinhas, com quem passa os fins de semana e os feriados – e com a vizinhança jovem, que costuma convidá-la para as suas confraternizações e celebrações. Frequentadora do CD, aprecia as atividades e, sempre que tem oportunidade, envolve-se em projetos culturais e artísticos.

Sim, estive lá [na sua aldeia de origem, próxima da cidade de Aveiro, onde vive a família da sua sobrinha] na Páscoa. Estive lá sábado até terça-feira. [...] Não queira saber! Aquelas visitas que iam beijar ao Senhor, que ainda se beija ao Senhor à cruz, lá na... Aquilo foi tudo embora num instante [a refeição]. Ela [a sobrinha] faz de tudo que é qualidade, ela faz aquelas coisinhas com massa, massa, já vem, aquela... As salsichas, há duas qualidades.

Não queira saber, é uma mesa lindíssima, como daqui até lá. Que maravilha, que maravilha!

No aniversário de uma república. A gente até... Eles são... Há gente muito educada. Vão a convidar os vizinhos todos a irem comerem com eles lá. Fazem lá Festa das Flores, que é em março, e aquilo é na rua, e põem mesas por ali fora e convidam as pessoas pra irem, quem quiser lá ir comer, porque cada república faz o seu... aquilo é cozido à portuguesa e vê-se quem é que cozinha melhor e o que tiver bons júris, que percebem, não é, ou cozinheiros, ou pessoas que percebem bem de cozinha, e vão avaliar e há um prémio pra essa casa. É bonito! Há garrações de vinho... É bonito, há tudo.

(Augusta, 91 anos, Alta)

A narrativa e a postura de Anita, que chorou profusamente durante a entrevista, são elucidativas do sentimento de solidão que algumas pessoas experimentam, nomeadamente na velhice, onde a distância e o desgaste/quebra de alguns laços, muitas vezes devido a conflitos familiares, acabam por provocar a fragilidade emocional. Viúva há dez anos, Anita vive só, recebendo apoio dos SAD e de uma senhora que lhe faz companhia, inclusive pernoitando, algumas vezes, na sua casa. Habitando o último andar de um prédio de três pisos, todos separados por longas escadarias, e enfrentando problemas de saúde, Anita pouco sai de casa. Já frequentou o CD, mas, devido a conflitos com outras frequentadoras, acabou por preferir o serviço domiciliário. Os contactos com os familiares são realizados, geralmente, por telefone. Não obstante sentir o peso da solidão, fez questão de esclarecer que não foi abandonada pela família, ainda que, segundo testemunha, passe os feriados e as festas religiosas sozinha, para não causar conflitos entre os familiares. Antiga moradora da Baixa, manifesta sentir falta do movimento daquela zona.

Olha, sinto-me com mais saudades de meus queridos filhos! Não moram cá em Coimbra. Moram retirados. [À exceção de um dos filhos, que mora no município de Figueira da Foz (a cerca de 60 km de distância de Coimbra), os demais vivem noutras freguesias urbanas de Coimbra: a filha em Santa Clara e o filho em Eiras.] Mas não sou abandonada! O que é minha vontade era ir viver com um deles. Mas a casa da minha filha é pequenina. Pronto.

Sozinha. Não vou pra casa de nenhum, porque... Não vou pra casa de nenhum. Que é pra não haver problemas entre eles e os outros todos. Que Deus assim os conserve, porque tenho muitas saudades deles! [chora] Vêm em casa, ou me telefonam ou então eu telefono a eles e assim. [Referindo-se às festas e confraternizações, como o Natal e a Páscoa.]

Mas também prefiro estar isolada. Sabe por quê? Porque eu não gosto... Gosto muito do Centro, muito. E devo muitos favores ao Centro, além de pagar. Mas há coisas que não se pagam. Mas há lá tantas senhoras... parece que aquilo é delas. Mas não é. É tanto delas quanto meu. E eu não gosto de me humilhar.

(Anita, 86 anos, Alta)

O historial de Armanda assemelha-se, em parte, ao de Anita. Antiga frequentadora do CD, também se indispôs com outra frequentadora, optando pelos SAD fornecidos pela mesma instituição. Igualmente viúva, Armanda tem uma filha e dois netos que consigo chegaram a habitar durante a frequência universitária daqueles, já que vive muito próximo ao Polo I da Universidade de Coimbra. Ao invés de Anita, porém, Armanda tem um convívio mais frequente com a filha, o genro e os netos – hoje engenheiros, passando as datas comemorativas e outras ocasiões com a família. Também conserva

um círculo de amigas que encontra diariamente num café da Baixa, além de conviver com a vizinhança, construindo laços de amizade que permanecem, mesmo que os vizinhos, muitos dos quais estudantes, depois regressem às localidades de origem ou se desloquem para outras freguesias, cidades e até outros países.

E o Natal, todas as festas... Páscoa... e pronto... e os meus netos estão sempre a telefonar. Agora um mais velho até está para o Algarve e o mais novo foi passar uns dias à Espanha. E telefonavam-me e tudo a perguntar: "Ó, vó, tás bem? Tás, não tás?" E a minha filha é todos os dias. O meu... o meu genro também é muito meu amigo, graças a Deus... Damo-nos muito bem... mas eles queriam que eu fosse para lá para casa, porque a casa é muito grande. Mas eu estou aqui já quase há 50 anos que eu aqui moro... E agora, e é que a minha filha e o meu genro tá farta de dizer: "Você vem para aqui... lá... sozinha... não tá bem...", e mais. Não venho, não. Enquanto eu puder estou na minha casa, eu gosto de estar na minha casa. Tá... vou ao fim de semana e assim, depois venho...

Tá tudo bem... dou-me muito bem com todos... só não me dei... só não me dou bem é com uma que lá está no Centro... que é por causa dela é que eu não vou... porque eu estava no Centro.

Vou para o café, vou ali ao... E vou até à portagem e estou lá com senhoras amigas... Tenho lá senhoras amigas, e agora o...uma delas está, abbb, e pronto, e ainda temos assim. A passear...saio todos os dias. Saio, pois. Saio todos os dias, eu agora...eu agora é que saio, se telefonasse uma hora ou meia hora mais cedo... mais tarde, já não me encontrava aqui.

(Armanda, 87 anos, Alta)

Antónia também ia ao CD. Tal sucedeu logo após o falecimento do seu marido. Todavia, também deixou de frequentá-lo em virtude de um desentendimento com outra utente. Hoje, viúva, faz uso dos SAD da mesma instituição, mas afirma sentir muita falta dos tempos em que frequentava o Centro, pois sempre gostou de participar em atividades culturais e artísticas e de passear. Apesar de, atualmente, quase não sair de casa – só o faz acompanhada por um dos quatro filhos (duas mulheres e dois homens) –, é uma pessoa alegre e bem-disposta. Vive com o filho mais novo, mas convive frequentemente com os outros, que também a ajudam nas despesas e nas tarefas domésticas. Atualmente valoriza o estar sozinha em sua casa, onde não sente solidão.

De maneira que a vida sugou-me e eu fiquei de arrastos [após a morte do marido que, vitimado por um AVC, necessitou de cuidados permanentes, prestados, até ao fim, por Antónia]. E a Manuela [funcionária do Centro], uma vez encontrou-me: “Por que é que não vais pro Centro?”, “Ah, ora, o Centro...!”, “Olha, eu vou-te buscar!”. E veio. E abençoada a hora que eu fui pro Centro! Revivi! Depois fiquei junto com elas, a menina Leonor também não deixava a gente estar parada, queria que a gente dançasse, por causa das pernas, e fazia ginástica, teatro, fazíamos teatro e eu era danada pra fazer teatro, gostava muito de fazer teatro. E revivi! Íamos passear, fazíamos passeios, íamos daqui pra o Cangalbo, almoçávamos e dançávamos toda a tarde, íamos pro Santinho... Ela era formidável, aquela senhora!

Aqui eu não sinto solidão, gosto de estar sozinha. Gosto até demais. De estar sozinha. Que às vezes as pessoas chateiam a gente. Olha, a minha companhia é o rádio. Tenho a televisão, mas a minha companhia é o rádio. Aquilo canta cantigas antigas e eu gosto.

(Antónia, 89 anos, Alta)

Bastante diferente parece ser a experiência de Adelaide. Aos 74 anos, casada e sem filhos, Adelaide gasta os dias a cuidar do marido que, em virtude de um AVC, ficou totalmente dependente. Para auxiliá-la nessa e noutras tarefas (domésticas), recebe a ajuda dos SAD. Apesar de uma aparência jovial e de conseguir mover-se e realizar grande parte das tarefas sozinha, Adelaide parece viver num limite, sem esperanças de dias melhores. De familiares, além do marido, tem apenas uma cunhada, que vive no mesmo edifício, e um sobrinho, que vive na freguesia de Cernache. Conhece pouco a vizinhança, formada, em grande parte, por estudantes.

Tem a minha cunhada. Vive lá em baixo. Já cá viveu muita gente, mas tem morrido tudo.

Não, quer dizer, “bons dias”, “boa tarde” e entro e saio e... Tem pouca gente, só se for ali daquele lado. [Referindo-se à sua convivência com os vizinhos.]

Ah, já frequentei quando eu era nova. Tinha lá bailes. Era. Daquele tempo, que eu era nova, era muito baile, pro carnaval, pra... nós éramos novas e íamos lá. [Referindo-se ao Centro Cultural onde hoje funciona o CD³⁴.]

Não. Já passou tudo. A mocidade já se foi embora e não volta mais.

(Adelaide, 74 anos, Alta)

³⁴ A instituição ainda abriga um centro cultural, mas, em tempos idos, funcionava nos moldes de um clube social, cultural e recreativo, com intensas atividades nessas áreas, movimentando a vida social e cultural da Alta e da cidade como um todo.

Abandonar o território de origem já na idade adulta avançada, deixando para trás amigos e companheiros conquistados durante um período de vida socialmente mais ativo, também pode representar uma perda em termos de sociabilidade. Construir novos laços de amizade num território ainda estranho, tendo como memória afetiva as pessoas cujo convívio foi deixado para trás, geralmente não é uma tarefa fácil, nem prática, do ponto de vista emocional. O caso de Álvaro insere-se nesse contexto. Vivendo em Coimbra – e na Alta – há pouco tempo, ressentia-se das amizades que deixou em Sesimbra – alguns desses amigos, inclusive, já faleceram. Divorciado e sem qualquer contacto com os dois filhos, a sua maior referência familiar e afetiva é a irmã, que também reside em Coimbra, e com quem passa as datas mais importantes do ano civil. Álvaro frequenta o CD mais por razões financeiras do que sociais. Aí toma as suas refeições por um preço que considera relativamente baixo. Gozando de boa saúde, sem necessidade de apoio para se movimentar, passa as tardes na Baixa, onde frequenta os cafés e conversa com pessoas conhecidas.

Ah, tinha amigos, em Sesimbra, principalmente, a trabalhar na hotelaria, no restaurante... E hoje já não tenho estes amigos, muitos já morreram... e sofri grande desgosto por isso. Mais do que se fossem da minha família.

Tenho. Tenho uma irmã que vive aqui e vou lá passar os dias de festas sempre todos. Sim, sim. Tenho mais irmãos, mas eu só dou-me com uma irmã, verdadeiramente.

Aqui, pouco. Aqui, com essa gente daqui... Tenho amigos, tenho amigos na Figueira da Foz, tenho amigos em Lisboa, tenho amigos em Sesimbra... [Questionado sobre seu o convívio com outras pessoas.]

(Álvaro, 69 anos, Alta)

No caso de Álvaro, a frequência a um CD entronca noutras causas, que não o convívio e a sociabilidade. Para algumas pessoas, no entanto, esses centros representam um dos poucos espaços de trocas sociais – ainda que nem sempre a afetividade seja um elemento presente. As experiências de Amália, Albertina, Angelina, Aparecida e Adriana parecem ilustrativas a esse respeito.

Amália, de 79 anos, passa os seus dias no CD, onde interage com os outros utentes e funcionários. Uma vez que, no passado, a sua mãe trabalhava naquele mesmo local – que era um centro artístico e cultural –, Amália encara o Centro como uma extensão da sua própria casa. Aí sente-se segura e aceite. Solteira e sem filhos, restou-lhe uma sobrinha como referência familiar. Essa sobrinha auxilia-a, quando necessário, mas a interação social quotidiana tem lugar no Centro.

Caso semelhante é o de Albertina. Aos 92 anos, viúva, com os seus dois filhos já falecidos e com problemas de saúde que a impedem de se deslocar sozinha, encontra no Centro, além do convívio com os demais utentes, o auxílio necessário para gerir seu quotidiano, beneficiando, também, dos préstimos de uma nora e de uma sobrinha.

Embora Angelina, de 88 anos, viúva, conte com o convívio e o auxílio do seu único filho, da nora e do neto, que residem no mesmo edifício, partilhando o jantar diário e os fins de semana, o seu dia a dia tem lugar no Centro. Talvez por possuir escolaridade e rendimentos mensais maiores do que a maioria das utentes do Centro, o seu convívio não é muito harmonioso. Enquanto decorria a entrevista, na sala (da televisão), foi possível perceber hostilidade por parte de algumas frequentadoras, que comentavam, em tom de ironia, sobre o orgulho com que Angelina falava do filho. Isso denota que os CD, apesar de serem espaços de confraternização e de integração social da população idosa, não estão isentos de conflitos. A obrigatoriedade de um convívio diário com quem não

se tem empatia, pode gerar alterações e constrangimentos. Cabe ao CD, como espaço social e educativo, administrar os conflitos, desenvolvendo estratégias e atividades diferenciadas para esse fim.

Tal como Augusta, Amália, de 79 anos, viúva, também é bastante ativa. Embora viva sozinha, convive intensamente com a única filha. No Centro, onde passa o seu dia a dia, gosta da interação com os demais frequentadores e de se envolver em projetos artísticos e culturais. Frequenta o CD, mas não se sente “aprisionada”: predispõe-se, mesmo sem companhia, a passear até à Baixa, voltando ao Centro antes do fim da tarde para, daí, retornar à sua casa.

Adriana, de 88 anos é casada, mas nunca teve filhos. Fora do CD, convive, praticamente, só com o marido (que também frequenta o CD, o qual prefere a interação com outros homens). É no CD que Adriana se distrai, mesmo nos dias em que prefere ficar à frente da televisão ou a escutar as conversas das outras utentes. A rotina diária de sair de casa, juntamente com o marido, para se deslocar até ao Centro, para onde se dirigem em transporte da própria instituição, e de se encontrar com as companheiras, parece-lhe compensadora.

No território da Solum, as sociabilidades diferem, em oferta e em qualidade, entre as pessoas que frequentam e as que não frequentam o CD.

Em todos os territórios, observou-se que as pessoas que frequentam o CD o fazem como estratégia de superar certas vulnerabilidades: financeiras, físicas, sociais. A Solum não constitui exceção. Neste território, a grande maioria das pessoas entrevistadas que frequenta o CD busca auxílio, no que concerne à gestão dos seus tempos livres, no intuito de contrariar a lógica dos dias passados em solidão. Seis das dez pessoas entrevistadas da Solum vivem sós – todas mulheres viúvas. Destas, apenas duas não frequentam o CD. Curiosamente, essas duas pessoas têm oportunidades de sociabilidade mais ricas, auferindo de maior autonomia e convivendo com maior frequência com familiares, amigos e vizinhos – embora, por força do trabalho

fora de casa, em tempos de atividade laboral, o contacto com a vizinhança nem sempre seja possível ou paute pela efemeridade.

Muito bem [sobre a sua relação com a vizinhança], quer dizer, eu quase não conheço a vizinhança. Agora, até conheço mais. Mas eu estive mais de um ano sem conhecer a vizinha que passava pela mesma escada, que morava no terceiro andar. A gente não conhece porque... eu tinha muito que fazer. E depois, às tantas tive três filhos, e o meu emprego, que eu era professora na Infanta Dona... Primeiro, no Colégio Nossa Senhora da Conceição, na Anadia, e depois no D. João III, barra José Falcão, e depois aqui, no Infanta Dona Maria.

Vivem todos aqui em Coimbra [os três filhos]. Um aqui ao lado. Aqui moro só. Quando não tenho companhia, porque de vez em quando, se calhar, cai cá um filho, ou caem as netas, é assim, portanto. Eu tenho cinco [netas] que vêm cá. Tenho mais uma que está longe, portanto, não... Tenho seis netas.

Isso vem do espírito [fez-se referência à sua aparência jovial]. E o conviver com as miúdas, porque a mais nova está agora aqui, está ali a lanchar e a ver televisão, tem oito anos, ficou cá, hoje, a neta, a mais nova. Tenho a mais velha com 25 anos e a mais nova com oito. Mas eu vou... divirto-me com os jogos no iPad. Lá vai andando. E as netas: “Avó, jogue isso que é bom!” [risos] Não, mas isso é muito bom, a gente conviver com os jovens. É muito bom. Eu sinto que sou mais nova porque exatamente convivo com elas.

Eu estou numa turma [de pilates]. Ela atende individual, mas eu prefiro... porque me obriga a conversar... e me obriga a sair, e é muito bom. Porque além da ginástica, que se faz, é o convívio [prefere a atividade em grupo e fora de casa].

(Sara, 76 anos, Solum)

Tenho uma prima direta minha, que me trata por mana, porque o pai ficou tuberculoso em último grau e os médicos não queriam... ele não queria ser tratado fora, porque havia o Caramulo [antigo sanatório], aqui, que chamavam... e queriam que ele fosse pra lá, e ele não queria. E depois, ela telefonou um dia a chorar, pra minha mãe – tinha eu 16 anos, já, nessa altura – que estava grávida, mas que o médico não queria que ela tivesse a gravidez, acabasse a gravidez sempre ali ao pé do marido, tinha muito cuidado, porque ele estava com uma tuberculose muito má, mesmo ela tinha que ter muito cuidado, e ela, coitadita, telefonou à irmã, que era minha mãe, muito preocupada, não sabia o que é que ia de fazer. E a minha mãe disse: “Olha, a única coisa que eu te posso dizer é que se tu confiares em mim e no teu cunhado e quiseses, vens cá ter a menina e eu fico com a menina até tu poderes tê-la”. E foi assim. Foi criada comigo. Eu ainda sou a mana!

(Salomé, 90 anos, Solum)

O casal composto por Sílvia e Sérgio, apesar de viver com o filho, frequenta o CD, em virtude de Sílvia apresentar problemas neurológicos, necessitando, por conseguinte, de acompanhamento diário que o filho não tem condições de prestar.

Não, em casa sozinha também não quero estar. Tenho a minha casa, tenho o meu filho. E o coitado também não pode trabalhar por causa de um acidente que ele teve. Temos que nos arranjar, eu e o meu marido.

(Sílvia, 76 anos, Solu”)

Salete, viúva, passou a frequentar o CD bem recentemente, após a perda de um irmão, o que a deixou bastante abalada.

O meu irmão morreu no dia 3 de janeiro, e eu vim pra cá... nem foi no fim de janeiro, ainda antes do fim de janeiro. Vim logo, fui pro hospital, depois vim pr'aqui. Passou aqui uma sobrinha minha... Como eu estava sozinha, e muito chateada, muito triste, muito triste ela arranhou pra eu vir pr'aqui. Sempre estou melhor aqui. Elas aqui são muito boas! Sim, sim, sim. Mas as empregadas, a senhora doutora, a Sônia, olha, é tudo muito boa gente.

(Salete, 86 anos, Solum)

Nos dois territórios rurais, o convívio familiar das pessoas que participaram no estudo pareceu mais frequente.

No Botão, apenas duas das pessoas entrevistadas – Benedita e Bento – vivem sós. Ainda assim, residem próximos das suas filhas – ambos são viúvos; cada um possui uma filha – que lhes dão apoio afetivo, emocional e prático na gestão das suas vidas. As demais pessoas entrevistadas deste território vivem – algumas passaram a morar recentemente – com um ou mais familiares. A adaptação a um novo espaço de habitação e ao CD, com novas rotinas, novos ritmos, abandonando a casa – território de pertença – consiste, geralmente, num processo delicado e difícil na velhice. A perda de familiares, a morte do/a companheiro/a, de irmãos/ãs ou filhos/as, também pode abalar profundamente os alicerces emocionais, alterando os modos de encarar a vida e de se (re)posicionar na família.

Beatriz, por exemplo, passou a viver com uma das filhas na Marmeleira, uma localidade próxima do Botão, em virtude de problemas de saúde. Apesar de preferir estar na sua casa, próxima da vizinhança que já há muito conhece, confessa que não possui condições de passar o dia sozinha. Como a filha trabalha durante o dia, Beatriz passou, recentemente, a frequentar o CD, onde se encontra em fase de adaptação. Tal como Adelaide, moradora da Alta, Beatriz

pareceu apresentar sinais de tristeza e pouca esperança quanto à sua velhice, apesar de conformada com o “destino”.

Pra eu não estar sozinha. Entrei aqui no Centro há quê? Há três semanas. Esse tempo que eu tô na casa dela [da filha]. Depois... eu tenho lá uma casita, no Outeiro [localidade próxima ao Botão], muito jeitosa. Mas ela veio: “A mãe não fica sozinha aqui, de noite. Dá qualquer coisa, não tem quem a socorra. E depois, ainda dizem que a abandonaram”. Veio tratar do que era preciso pr’aqui e estou aqui agora. Durante o dia, eu estou aqui. Depois, à noite, passo lá em casa dela. Ou vir pr’aqui ou ter que se sujeitar a estar sozinha. Porque a gente em casa não podemos estar.

É verdade, é verdade. Lá eu sentia-me muito sozinha. Lá eu tinha o meu lugar, na casa. Mas andava tudo vazio. Durante o dia andava tudo vazio. Eu, trabalhar não podia. E a minha filha disse assim: “Tu não podes andar nessa vida. Vens pra minha casa, ou vai para casa da minha irmã.” “Pra casa da tua irmã é que eu não vou”. Eu estava muito triste de vir pr’aqui e agora eu gosto de estar aqui [no Centro].

(Beatriz, 81 anos, Botão)

Belmira vive com o genro – que está maritalmente separado de uma das filhas –, pois a sua casa própria enfrenta problemas de infiltração e a família não tem condições de repará-los.

Eu agora venho pr’aqui pro Centro e depois vou pra casa dum... porque a minha casa que eu tenho, meu marido também em vez de por um telhado novo pôs um ligamento, pô-lo assim, mas pô-lo telhas queimadas lá da CESON, tiraram um telhado de telhas e puseram de outra maneira e ele pôs essa telha e chove na minha

casa, eu não posso lá viver. É. O mal foi ele não pôr um telhado novo. Se fosse um telhado novo eu estava na minha casinha, como eu estava. Pois tinha lá uma vizinha que eu me dava muito bem com ela, a noite ia um bocadinho ao pé dela e... assim tô lá em casa, sozinha.

Eu gosto [de ir para o Centro]. Fazem [passeios]. Eu ainda fui ali a... Fomos a gente e foram apanhar pessoas a São Paulo de Frades. Também de outro Centro. De outro Centro. Foram lá apanhar pessoas e crianças também. Crianças. Da escola. É. Os que aqui vêm comer, ali de Larçã, da escola de Larçã fazem praí uns... Elas ralham com eles: “Cá tem que respeitar as pessoas que estão aqui a comer!” Mas eles não querem saber! [risos]. É. Eu entendendo-me com eles. Eles começam a se encolher assim. E eu chego e não lhes faço mal, eles é que vão assim pra baixo da mesa.

(Belmira, 93 anos, Botão)

Viúva há dois anos, Bárbara mora com a filha, o genro e um neto, com quem sempre viveu, mesmo quando o marido ainda era vivo. Desde que o marido faleceu, passou a frequentar o CD, onde fez algumas amizades e se sente muito bem.

E depois ficamos lá na casa da minha filha, o meu genro e um neto. Vivo com eles. Vivemos todos. Na mesma casa. Sempre morámos sempre todos juntos.

Elas são minhas amigas. Pois, pois. Falamos uns com os outros. Mas eu, como sou um bocadinho surda, eu fico... eu ouço, mas ouço as pessoas falarem mas não compreendo o que é que dizem, já cá veio o médico dos ouvidos e disse: “a idade, a idade também é muita”.

(Bárbara, 85 anos, Botão)

Brígida é viúva há 36 anos. Desde então, passou a viver com uma das suas três filhas, o seu genro e dois netos. Aprecia viver no Botão, onde tem muitos/as amigos/as, alguns/as dos/as quais também frequentam o CD.

Ab, senhora dr^a! Eu gosto de estar na minha casita! Gosto de ficar no quintal! Gosto de vir pr'aquí, mas quando cá estou sinto saudades da minha casita!

(Brígida, 83 anos, Botão)

Bela vive com o marido. As duas filhas e os dois genros moram em casas próprias, mas no mesmo terreno dos pais. Bela passou a frequentar o CD há um ano, devido a problemas de saúde que a fazem precisar de ajuda para se mover e realizar a higiene pessoal. Toma as refeições diárias no Centro. Aos fins de semana, reveza-se, com o marido, entre as casas das filhas. Apesar de gostar de frequentar o CD, tal como Brígida, preferia estar em casa.

Eu venho para cá desde o ano passado, há um ano. Eu gosto, sim. Porque tratam a gente bem e dão o comer bem, e assim, de modo que tem todos excelentes.

A casa é a nossa casa, não é? Pois. A nossa casa. Acho que eu gostava mais de estar em casa. Se eu pudesse, mas não posso, não tenho lá coisas pra isso. Ab, eu gosto mais de ficar em casa no fim de semana, mas no fim de semana lá em casa, não tem... o meu marido não tem nada pra me ajudar. Passou muitas coisas. Então, em casa só as minhas filhas que me tratam sempre.

Ab, perto da minha casa, os vizinhos já eram antigos, então conhecem-se todos. Uma morreu. E as outras, pra cima, também

morreram. Estão lá uns novitos. Pois. Também falo com os novos. Tem um rapaz lá, vai pra lá fazer o serviço, ajudar o meu homem a fazer o serviço.

(Bela, 76 anos, Botão)

Benedita ficou viúva há nove meses. Mora sozinha desde então (a filha vive numa casa própria, no mesmo terreno da mãe). Durante a entrevista, chorou copiosamente, evocando o marido com quem esteve casada durante 53 anos. Também chorou em razão de desavenças com a filha que, segundo Benedita, tem retido o dinheiro da sua pensão de viuvez. Estes conflitos financeiros, bastante delicados e, infelizmente, muito comuns³⁵, acabam por afetar a relação entre familiares. No caso das pessoas idosas, a perda de autonomia para gerir o dinheiro provoca uma evidente fragilização, não só financeira, mas também emocional. A família, por sua vez, retira ainda mais autonomia ao seu familiar idoso, mesmo que muitas vezes no intuito de o proteger, não se apercebendo dos sofrimentos emocionais e psíquicos que esta atitude pode causar.

Agora há um problema muito grande porque a minha filha não me dá a pensão do meu marido. Porque ela, como não tinha homem – que deixou – e assim, mandou... Mandou... Dizia... O meu marido morreu com 88 anos, ele tinha mais três anos do que eu, e depois diz assim, olha: “Vocês já não são capazes nem de ir buscar a vossa pensão, nem de... Administrar, nem corrigir o dinheiro como deve ser, porque também vocês não podem...” Eu ia de caminhonete e ela ia-me buscar [ao banco, para evitar furtos]. Mas, iam lá... eu via, às vezes, que iam roubar aos senhores que

³⁵ Este tipo de conflito pode configurar-se como violência contra a pessoa idosa, violência essa que ocorre, sobretudo, no âmbito familiar.

iam buscar, os velhinbos. E à porta, eles tiram também, por que você não pode ter dinheiro em sua casa, porque eles... Pronto. Olhe. Conseguiu levar o... que a gente fizemos uma... Uma procuração. Foi a minha desgraça. Tínhamos dinheiro pra nossa, pra nossa, pra nossa velhice, que chegava, mas depois a coisa do meu marido, também a minha, vim pr'aqui mais ele [antes de o marido falecer, ambos chegaram a frequentar o CD]. Pagava aqui, pagava lá [o hospital onde o marido ficou algum tempo]. Lá era horrível, era muito dinheiro, e assim foi indo, o dinheiro foi-se embora, até que depois ele morreu e ela... eu nunca... quer dizer, nunca assinei vales, nunca... Assinamos vales pra ela levantar dinheiro, mas nunca fiz... como é que é?... Passar... Passar... Ai, como é que é que a gente passa...? Um cheque pra... nunca passei, nunca soube. Tive mesmo pena. Mas não me apetece, agora, mais nada. E ela vai... O meu marido morre e ela leva-me a... Fiquei com a minha reforma [faz voz de choro]. Que a minha filha levantava a do meu marido. Mas agora, quando ele morreu, eu tinha a reforma... havia de ter a reforma do meu marido. Ela foi levar-me à Caixa e assinei, sem me contar o que ia fazer nem nada, assinei e ela ficou com tudo. Estou muito nervosa, desde que ele morreu, porque ela depois disse: “Vocês não ficam com dinheiro”. Porque nós tínhamos um dinheirinho, não era nada, para velhice. “Porque vocês já não dão conta do recado”.

(Benedita, 85 anos, Botão)

Bernardo também sofreu uma perda recente que o abalou emocionalmente. Há poucos anos, a irmã, com quem vivia, faleceu. Depois da morte da irmã, Bernardo, que é solteiro e não teve filhos/as, permaneceu na casa, vivendo com o cunhado e um sobrinho. Desde então, passou a frequentar o CD, para não ficar sozinho. A sobrinha, também filha da irmã falecida, mora bastante próximo.

Repousa sobre os ombros desta a ajuda ao pai, ao irmão e ao tio a organizarem a casa.

Lá em casa só vive o meu cunhado – infelizmente a mulher morreu – e... e um filho, um filho. Desde que morreu-me esta, esta minha irmã, esta, a minha... Depois que ela morreu, nunca mais, nunca mais, nunca mais liguei o rádio. Não dá vontade. A pessoa fica, fica... Fiquei, fiquei de uma maneira...

Pois, pois. Ah, é como o outro. Não faço escândalo disso [de ter de frequentar o CD] porque lá [na sua casa] também não tem nada que fazer. E assim, a estar lá a olhar pra as moscas... É, entreter-me. Só entreter-me. Aqui, aqui vamos passear, damos a volta lá por baixo, até lá ao fim do lugar, depois viemos pra baixo a pé. Quando o tempo dá, quando o tempo dá.

(Bernardo, 79 anos, Botão)

Bento é viúvo há bastante tempo. Vive só, mas próximo, em todo o caso, da única filha, que, conjuntamente com a neta, que é enfermeira, lhe presta assistência, auxiliando-o nas tarefas de casa e apoiando-o emocional e afetivamente. Com o fito de não passar os dias sozinho, passou a frequentar o CD.

Eu moro sozinho. A minha filha anda a trabalhar desde de manhã e à noite vai ter comigo. Mora ali em cima. Ela mora ali em cima, eu moro mesmo aqui. É ela, ela [quem limpa a casa]. É ela, e ela que me dá o pequeno-almoço de manhã. Antes de ir para o serviço dá-me o pequeno-almoço sempre.

Eu venho aqui [ao Centro] poucas vezes. Vim agora cá, comecei este mês a vir cá todo o dia, porque eu... Eu vinha cá à tarde. Não

gostava e mesmo... porque eu não posso subir pra ali acima, fico cansado de subir ali acima, não sei o que é que me passa pela cabeça.

(Bento, 85 anos, Botão)

Também viúvo, Bartolomeu vive com as duas filhas, os genros e os netos. Frequenta o CD há dois anos.

Vivemos todos juntos, as minhas filhas, os meus genros, os meus netos... Não tenho mais nada. Construí duas casas no mesmo terreno. Agora, quem manda, são as raparigas [referindo-se às filhas, para quem Bartolomeu doou, em vida, os seus bens – as duas casas]. Passo oito dias na casa de uma e oito dias na casa da outra. E assim vamos.

Gosto de viver cá. Dou-me bem com todos! Na minha casa, gosto de ficar na cozinha. Fico a olhar a minha filha a cozinhar.

Aqui no Centro é bom. Dantes eu gostava de ir aos passeios. Agora já não. Mas vou, na mesma.

(Bartolomeu, 86 anos, Botão)

Bonifácio, também viúvo, tem sete filhos. Vive com uma das filhas, o genro e quatro netos. Costuma fazer as refeições diárias no próprio Centro. À noite e aos fins de semana leva, do Centro, as refeições.

Tenho lá, agora são quatro netos – quatro netos e netas, pronto, netos e netas, nora e filbo e agora está lá outro também, tá pra casar, coisa, mas...

O jantar levo daqui. Eu levo, eu como daqui só. Todos os dias, por exemplo, ao sábado vão-me lá levar almoço e jantar, vai tudo.

Domingo vem almoço e jantar. Daqui também. Então o comer vai todo daqui. Eles comem separado, só às vezes, por exemplo, num dia que está aqui encerrado, que às vezes aqui também, por exemplo, se for, as vezes um dia... Os feriados também lá vão, mas há dias que, por exemplo, pro Natal foram três dias, um dia não deram comer. Mas eu fui passar o dia com uma filha que mora ali perto de Condeixa. Fiquei lá, vieram buscar quarta feira, fiquei lá quinta, sexta, só vim domingo. E o ano novo foi a mesma coisa.

(Bonifácio, 81 anos, Botão)

De todos, talvez o território do Casal do Lobo seja, ainda, o que preserva maior sociabilidade entre os membros de uma mesma família e mesmo entre a vizinhança. Nenhuma das pessoas entrevistadas deste território vive sozinha. Talvez por serem mais jovens que os/as idosos/as dos outros territórios³⁶, não há nenhuma pessoa viúva entre as participantes. Todas as pessoas entrevistadas são casadas, vivendo com seus cônjuges e, em alguns casos, com outros membros da família. Apenas duas das pessoas entrevistadas – o casal formado por Célia e Casimiro – frequentam um CD. Quanto às demais, seis desenvolvem atividades de tempos livres (ginástica, natação, informática).

Por ser um território pequeno, que permaneceu mais fechado, em razão da falta de acessibilidade aos demais territórios do concelho³⁷, parece haver uma maior integração da população do Casal

³⁶ Em média, os/as participantes do Casal do Lobo têm 70,6 anos de idade; os/as do Botão, 83,4 anos; os/as da Alta, 84,3 anos; e os/as da Solum, 85,4 anos.

³⁷ Este problema começou a ser solucionado com o investimento nas vias de comunicação, após a democratização do país e, mais tarde, com a entrada de

do Lobo do que a dos demais. De resto, no outro território rural analisado neste estudo, justamente o Botão, foi possível apurar a existência de uma comunidade bastante integrada. Com exceção do casal que passou a frequentar o CD em São Paulo de Frades, uma freguesia rural próxima do território de origem, e sobre o qual não foi possível perceber qualquer conexão com os demais participantes deste território, todas as outras pessoas entrevistadas do Casal do Lobo tinham relações entre si.

Cristina e o Carlos são casados. Vivem juntos, numa casa confortável, construída pelo próprio Carlos, com o auxílio de familiares. Os três filhos – uma filha e dois filhos – vivem noutras localidades. Os quartos da casa, que antes eram dos filhos, agora destinam-se aos/as netos/as e a outros/as hóspedes que, eventualmente, visitam o casal. Antigos moradores do Casal do Lobo, ambos se relacionam amistosamente com os/as vizinhos/as mais antigos/as, apesar de algumas ressalvas em relação à vizinhança mais recente. Costumam frequentar o café que fica bem no centro do território e serve como ponto de encontro da população local.

Damos, damos bem, damos, não há problemas nenhuns. Ajudam-me aqui, eu falo para eles, mas eu não dou muita confiança, porque alguns nem merecem confiança. É, porque a gente... nós aqui há uns vinte anos dávamo-nos bem todos e íamos ali, aqui com um saco... tenho aí, esta senhora que está aí em frente, uma menina, que está ali. Mas o marido, não se vê, eu não o vejo. Passa antes, e deixa ali o carro sempre encostado ali... não sei, é sempre muito... é muito raro ver. Nem abre uma janela, nem abre nada. Nada, nunca abriu uma janela. E esta aqui é também quase na mesma. Vieram para cá, não eram de cá. Compraram.

Ele... foi o sogro que também comprou a casa, e vieram para cá e ele arranhou-a.

Vou, vou [ao café]. Ainda há bocado estive na Graça, não viu-me lá? Eu estava lá, com o chapéu.

(Claúdio, 68 anos, Casal do Lobo)

Pois, ele [o marido] às vezes vai para casa de um amigo... Vai fazer serviços, a ajudá-lo. E eu fico em casa sozinha. Tenho que fazer... Faço o comertzito e tudo, tudo... Tenho que estar deitada num sofá...

Conheço [as pessoas que vivem na localidade]. Damos, eu dou-me bem com toda gente. Venho aqui...às vezes levar qualquer coisinha que mais preciso e depois logo venho aviar a.....a mercearia, não é? Naquele carrinho. E trago, como é aqui perto, não é? Outras vezes as pessoas ajudam. É, já tenho tido...já tenho tido pessoas que me ajudam por aqui abaixo.

Tenho, mas os vizinhos... Mas, tem lá vizinhos, ó, minha senhora, é como não tenha. Agora mete-se tudo em casa... Hoje em dia mete-se tudo em casa... Alguns trabalham, alguns trabalham, tanto homens como mulheres... Mas tem dias que não se vê ali ninguém.

(Cristina, 68 anos, Casal do Lobo)

Outra categoria que emerge da maioria das entrevistas, independente do território em questão, é a denominada de Saúde/Doença, dentro daquilo que seria um quarto eixo: o eixo da *Saúde*. Esta categoria está subdividida em *Serviços de Saúde e Hospitalizações*

e *Toma de Medicamentos*. Grande parte das pessoas que participou neste estudo revelou tomar pelo menos algum tipo de medicação de uso contínuo, além de referir idas aos serviços de saúde e internamentos hospitalares. Nestes casos, quase sempre precisaram do acompanhamento e apoio de outra pessoa. Um problema constantemente mencionado foi o das quedas, quer em consequência da falta de equilíbrio, em virtude de problemas associados a alguma patologia específica, quer como resultado de pisos instáveis – muitos dos quais nas suas próprias residências que, na maioria dos casos, não são adaptadas às novas condições de mobilidade que podem afetar as pessoas idosas.

A questão da saúde na velhice evidencia outro problema: o risco a que algumas pessoas idosas estão expostas quotidianamente por viverem sozinhas e sem uma rede mínima de cuidados, inclusive, em relação ao controlo dos medicamentos que devem ser tomados. Acerca desse aspeto, Armanda manifestou a vontade de possuir algum equipamento tecnológico que possibilitasse, por parte da Câmara Municipal e dos serviços de saúde, a monitorização, principalmente de quedas, mas também de outras situações que possam exigir uma resposta urgente.

Seguindo a sequência territorial adotada na categoria anterior, apresentam-se alguns excertos das entrevistas onde os problemas relacionados com a saúde são mencionados.

Fui pro hospital, tive lá um ano, assim, quando fiz [uma cirurgia] às pernas.

Fiquei lá. Estive lá um ano todinho. Depois de lá, fui pra recuperação, pra Pinto Magalhães [refere-se ao Centro de Saúde da Avenida Fernão de Magalhães, no centro da cidade], acima dos Correios. O hospital pertence aos blocos [do Hospital Universitário]. Ainda lá estive seis meses. Tive mais três meses da plástica, em Celas. Fui operada em Celas. E depois é que fui pros blocos.

Como vinha quase boa do hospital, vinha toda contente. Do hospital vinha, mas nesta rua, uma vez dei uma queda logo à entrada da porta. Esta rua, eu não sou capaz de a descer nem de a subir. Já são três vezes que eu caio aí nesta rua.

Eu não tenho força nas pernas, sabe? Não vou a lado nenhum, nenhum, nenhum, nenhum, nenhum. Tô aqui há cinco anos, uma vida aqui, sem sair daqui.

Eu levei doze pontos aqui, eu até estou careca, olha! Eu é que puxo o cabelo pra me tapar a cabeça! Olha, veja: doze pontos, daqui até aqui [mostrando a cabeça].

(Aurora, 89 anos, Alta)

Mas já dei duas quedas. Grandes. Uma vez... Na rua.

Outra vez, andava na fisioterapia, ao lado dos blocos de Celas, é na clínica do Dr. Fonseca, ando lá, tenbo agora pra ir fazer, até. Ia a sair do autocarro, e tem muita gente ali àquela hora, de manhã, que eram nove... ainda não eram nove horas. Eu escolho ir sempre só de manhã. E depois vinha uma menina a passar por mim, que ia com pressa, pra ir pro hospital, devia ser trabalhadora lá. E eu: “Ó, minha menina, vai com muita pressa, passe.” Eu dei-lhe passagem. Caí, uma queda, hum!

(Augusta, 91 anos, Alta)

Porque eu uso um saco [mostra a colostomia]. Fui operada há muito tempo. Não é nada mal.

Posso comer de tudo... Não é bem assim. Olha, ontem comi uma pera, sumo de laranja. Os intestinos deram logo por si. Quando cá vieram, à tarde, tenbo um saco de diarreia. Mas eu tenbo remédios pra tudo. Tomo muita [medicação].

Só agora é que eu arranjei, desde que eu adoeci, é que arranjei uma cachopa pra aqui estar. Porque eu não vou à

rua sozinha. Porque eu caio. Eu me inclino assim. Eu tenho as artroses.

(Anita, 86 anos, Alta)

Caí... caio, caio muita vez. Atão não caio? Eu agora estive muito doente de uma queda que dei... duas! Duas quedas! Aqui em casa. Aqui em casa. Uma foi ali na carpete... E outra vez foi na... foi no meu quarto, eram seis horas da manhã. Às seis horas da manhã levantei-me para... para... Às seis horas da manhã levantei-me para fazer xixi e, ó, depois fui outra vez para a cama, pus este vest... este joelho, assim, em cima da cama, que era para depois por este que... que... ainda me doía... Da outra queda. E eu depois... mas este joelho er... er... com o pé escorrega no tapete. Quando ia para pôr este... p... pr... o tapete escorregou para trás, para trás da cómoda, e eu fui para a frente, para cima da cama e... e... enrolei-me, não sei como é que eu fiz aquilo, enrolei-me e bati com esta parte na quina da mesinha de cabeceira. Sabe lá... tinha isto tudo preto da cor desta carteira...

Tenho [que tomar medicação], tomo para dormir, custa-me um bocado a adormecer. Ah, eu... se eu me assentar no sofá de tarde, de tarde já adormeço... adormeço, adormeço. E na cama, custa-me adormecer... [risos]

(Armanda, 87 anos, Alta)

Já, caí muita vez. E quando eu andava a trabalhar, uma vez dei lá uma queda, ia com a caixa do dinheiro... e espalhou o dinheiro, espalhou tudo!

Ah, preciso [tomar medicamentos]! Então eu saí a comprar. Não, eu fui comprar fraldas pra ele [para o marido]. Fraldas, quer

*dizer, não é fraldas, é cueca. Vou à farmácia ao pé do Mercado
[Público, já na Baixa].*

(Adelaide, 74 anos, Alta)

*Ainda há bocado eu caí ali na... ainda há bocado eu caí ali
na cozinha.*

*“Os serviços de saúde estão a ficar muito mal,
já não querem os idosos doentes no hospital.
E se a gente para lá vai com uma dor no coração,
passamos horas à espera que alguém nos dê atenção...”*

Agora já... Foi-se! Ab:

*“Agora já não podemos estar doentes,
queremos saúde, alegria a toda gente.
Tratem de nós, deixem-nos também sorrir
na sociedade que ajudámos a construir.
E os serviços de saúde cada vez estão piores
e não nos venham dizer que isto vai ficar melhor.
Se a gente vai à queixa com uma gripe ou uma dor,
vem sempre alguém que nos diz:
‘Pois não está o senhor doutor’” – vem outra vez o refrão.
“Se a gente vai à queixa quase sempre há sarilhos
porque a gente vai chamar o médico ao domicílio.
Se ele vai à nossa casa, vai sempre de mau humor
e nunca dá aos doentes um pouco do seu amor”*

– depois outra vez o refrão. Depois é assim:

“Se vamos ao consultório, então a coisa resulta porque a gente vai pagar 80 euros de consulta. Mas a reforma é pequena e nessa é que eu não caio, pois só nos dão aspirina pros bicos de papagaio” [risos] [Canção composta pela própria].

(Antónia, 89 anos, Alta)

Bah, dei muita queda. Mas em casa. Nem tanto tapetes [referindo-se ao facto de que as quedas não são provocadas em razão de haver tapetes em casa]. *Caio. Às vezes caio nem sei como. Às vezes* [recebe ajuda quando cai], *a última queda que eu tive, duas pessoas me ajudaram. Mas na maior parte das vezes eu levanto-me sozinha.*

Tomo todos os dias. Para a tensão, para o coração.

(Susana, 84 anos, Solum)

Nossa, tomo! Se tomo medicamento!

Cair? Nossa! Na rua, em casa, em qualquer lugar, diversas vezes!

(Sílvia, 78 anos, Solum)

Sim, tomo muitos, tomo. Tomo muitos [remédios]. *Pra tensão, pro coração, também tive lá internada ao coração, quando o meu irmão morreu. Fiquei muito abaixo.* [Éramos] *Cinco meninas. E até rapazes. Os rapazes já morreram todos. Morreram todos, todos. Morreu um, agora, há pouco tempo. Há dois meses e meio. Este deitou-me abaixo, ai! Que eu gostava tanto dele! Ui! Fiquei doente. Tanto fiquei doente que estive nove dias no hospital. Por ter ficado tão doente, tão doente, tão doente, que eu gostava muito dele.*

(Salette, 86 anos, Solum)

Agora, não tomo. Estou atrasada em fazer a revisão. Mas não teve problema, não era cancro maligno. Depois, pronto. Tenho um pouco de surdez. E tenho problema de tremor essencial. Por exemplo, estou comendo sopa, minha mão vira e...

(Simone, 86 anos, Solum)

Umas quantas [quedas]. Em casa, até aqui [no CD]. Dei aqui uma queda, não sei de que maneira. Fui para em baixo daquela cadeira, tive que ir para o hospital. Na rua eu nunca caí. Nunca caí. Em casa, sim. Já caí no poliban.

Mas acontece que eu tenho que tomar um medicamento para o coração, que eu não posso viver sem. Enquanto eu for viva, não posso largar. Que é um que nem toda a gente conhece, o Lasix.

(Sofia, 96 anos, Solum)

Tomo alguns medicamentos. Para tratar a tensão, não. Quer dizer, tomo... tenho... Apareceu uma arritmia no meu coração, então, tomo um comprimido todos os dias. Um comprimidinho para o coração, para isso. E tomo duas cápsulas: uma de manhã e a outra à noite, por causa da circulação de sangue. E tomo, também, um comprimido de manhã e outro à noite, para a respiração, para respirar melhor, porque trabalhei nas minas e isso vai tudo para...

(Salvador, 86 anos, Solum)

Tomo, muitos. Uma média de nove comprimidos por dia. Tive enfarte. Há três anos, vai fazer quatro anos.

Em casa às vezes dá-se um tombo sem querer. Até tropeçar nos tapetes. Na rua... já caí no meu quintal. Pronto. É assim. Diz

que quem vai à água, sempre se molha, não é? É natural. Então, quando a gente começa a ter uma certa idade, já não tem aquele equilíbrio que devia ter e a gente cai com facilidade. Um dia desses, lá em casa, estava vestindo as calças e não sei porque eu caí. Eu cambaleei, agarrei-me à cama, caí pra cima do tapete.

(Sérgio, 84 anos, Solum)

Tenho que tomar, tenho que tomar [medicação]. Pra tensão, pra tensão e pra... Pra isso não. Isso não tem hipótese. Tem uma fisioterapia que permite, e tem uma ginástica especial, se quiser fazê-la pra treinar o cérebro [mencionando um acidente que teve no nervo vestibular, no ouvido, que altera o seu equilíbrio].

(Sara, 76 anos, Solum)

Durmo, mas tudo à base de remédio. Tomo muito remédio. Chega à base de... Tem dias que são mais de 15. Minha neta controla tudo. Tem escrito à caixa. Tem uma caixinha e botamos as caixas todas ali. Pois. É, é. Isso é para isso, aquilo é pr'aquilo. É tudo assim.

Mas os remédios que eu tenho enfiado cá pra dentro! Ah! Eu não sei mais. Eu morria se não deixasse de tomar tanto remédio, que fazia mal à cabeça. E mesmo assim, ainda não ando bem. Por exemplo, se for estender roupa... No varal, eu não posso olhar muito tempo pra cima. Fico meio tonta. Ou, e assim, com a cabeça pra baixo, e levantar a cabeça pra cima, fico meio...

Se eu caí? Ah! Quantas vezes! Olha, em casa, eu já caí três vezes. Caí da cama abaixo. Este braço ainda me dói. Mas é um bocado alta a cama. Eu virava, devia ter mais cuidado. Pumba!

Caí três vezes. Mas, graças a Deus, nunca foi de maneira que eu precisasse ir pro hospital.

Agora é que eu não saio. Mesmo assim, se eu me abaixo a calçar ou assim... Tudo a estalar. A estalar. É assim.

(Beatriz, 81 anos, Botão)

A primeira vez que eu caí, eu até já tinha... foi lá ao fundo da minha escada, que ainda lá estava, ainda me agarrei, assim, ao corrimão, mas ela é só de madeira e escorregou, e eu bati com esta parte contra uma mala, que eu não sei como meu coração não arrebentou. Mas pronto, foi essa minha vizinha deu-me uma coisa, que é Brufen, e eu comecei a tomar.

Tomo [muitos remédios]. Três de manhã, um pra hipertensão, que já é pra hipertensão. Já é quatro vezes mais do que eu tomava. Eu tomava Itacande [nome do remédio mencionado por ela]. A médica até passa a receita mal, mas depois na farmácia eles dão-me o que eu quero. Dão-me o que eu quero, porque o meu genro é que lá vai aviar, e dão-me aquele que eu... o que eu comecei, que já tomo há muitos anos. Que eu já tomava oito, depois até comecei a tomar o 16 e agora já tomo 32.

(Belmira, 93 anos, Botão)

Caí, caí uma vez, a primeira vez que eu caí, não lembro como é que eu caí, sei que me foram tirar do chão e eu não conseguia andar, mas um dia eu levantei-me, comecei a me agarrar, à cómoda e à minha cama, que é de ferro, tem assim umas coisas... Umas rodas, assim... Era da minha bisavó, e eu fiquei com a cama pra mim. É de ferro. E depois vinha... não sei como é que eu caí,

pois agarrei-me, comecei a andar, agarrei-me à cama e cheguei à cozinha.

A segunda vez, estava uma vizinha também lá e eu estava à janela, que é baixinha, pra não ir pra rua, estava a falar pra ela, a me dar as coisas. Ela deu-me as coisas, uns vestidos, eu já tinha, quando fui pra lá, tava muito calor e tinha a luz acesa porque tinha as janelas de pau fechadas. E depois, eu fui lá, vim-me embora, e esqueci que tinha a luz, apaguei a luz. Pois esqueceu-me que tinha apagado a luz, quando fui a me levantar, agarrei no saco, agarrei no saquito, comecei a andar, vinha com a luz do sol, bati numa malita que eu tinha aos pés da cama, dei um trambolhão, bati com a cabeça no guarda-vestidos. Não sei como é que eu me consegui levantar sozinha, tinha lá ninguém.

Eu de manhã tomo cinco comprimidos por dia e ao meio da manhã ao fim do almoço tomo um pras tromboses.

(Bárbara, 85 anos, Botão)

Pois. Também, já estive lá ao hospital e tudo. Já. Já fiz uma operação aos dedos, já fiz uma operação aos dois olhos...

Em casa eu já caí muita vez, mas foi ainda quando eu podia mais. Caía e levantava. Pois. Conseguia. Mas agora não. Agora eu não consigo. Se eu ferrava os passos, ficava lá. Caísse. Se eu tivesse que levantar, a gente ia levantar, mas desde que eu fiquei assim mais presa, não abusei mais.

(Bela, 76 anos, Botão)

Os bombeiros foram lá uma vez – foi só uma vez – eu parti esta perna. Pois. Nunca mais ficou boa, mas o médico também me disse, ele falou pra mim: “Isso bom, bom nunca fica”. Caí, sim [questionado sobre se o problema da perna foi causado por uma queda]. Em casa. Em casa, foi lá no pátio, num patiozito, estava muito vento, estava uma porta aberta – aberta, estava fechada, mas eu abri-a, e fui pra fechar novamente, veio uma data de vento e bum! Bum! Empurrou-me pra trás, bateu-me aqui, assim, andei de roda, parecia um pião. Andei de roda, pronto, caí no chão... E bati com a perna não sei aonde, nem sei aonde.

Só tomo um comprimido... um comprimido à noite, e outro de manhã, mais nada. Pra circular o sangue.

(Bernardo, 79 anos, Botão)

Tomo [medicação]. Se não fosse o medicamento eu já cá não estava. Pra tudo. Tudo. São cinco comprimidos que eu tomo de manhã. E mais a insulina, e tenho que aqui dois agora pra tomar no fim do almoço. Um é uma aspirina. Se a gente tiver uma trombose, não leva com tanta força.

Se eu caí? Oh! Esta testa é que sabe as vezes que bateu no chão na casa de banho.

(Bento, 85 anos, Botão)

Eu tomo medicamentos pra tensão depois do almoço, agora estou a tomar pra próstata porque não sei quando vou ter de ir... quinta à IPO [Instituto Português de Oncologia], à IPO, vou lá. Vamos a ver. Eu, se eles me disserem que não tem, assim, muito perigo, não faço cirurgia. Agora, se me disserem, eu já tenho lá na

carta que o médico que é... Tanto que tenho que lá estar quarta-feira as oito e dez.

(Bonifácio, 81 anos, Botão)

Pois, tomo, muitos medicamentos. Eu tomo onze comprimidos por dia. Tensão, arritmia, tive um princípio de um AVC, tomo comprimidos para a cabeça... er... quer-se dizer, tenho problemas de sangue.

(Catarina, 66 anos, Casal do Lobo)

Eu tomo, eu tomo, não... tomo de manhã logo um em jejum. Tomo logo um de manhã em jejum, para o coração, porque eu sou hipertensa. Também tomo isto, isto é para a cabeça [mostra-me a caixa do medicamento]. Tomo isto para a tiróide [mostra-me a caixa], já fui operada à tiróide. Já fui operada à tiróide, tomo isto, e tomo isto... É, e tomo isto para a tensão [mostra-me a caixa]. Ah, e é os outros, eu de cabeça não, mas eu sei, trouxe os papéis, era para me lembrar.

(Cecília, 70 anos, Casal do Lobo)

Sim, não posso espaçar [a toma de remédios].

Muitas quedas, muitas, muitas quedas. Em casa, na rua, tudo, tudo, tudo. Já joguei-me escadas abaixo... Não tomava banho, nem me vestia, nem me lavava... nem fazia nada, nada, nada. So ia-me ao escuro, segundo minhas filhas dizem... ia-me ao escuro, não queria ver ninguém. Não, não me lembro. Apaguei [referindo-se à depressão, doença que a acometeu].

(Cristina, 68 anos, Casal do Lobo)

É... serviço até ver não. Tou bem ainda, graças a Deus, só os joelhos é que já fui operado... tenho uma... prótese no joelho direito e fui operado a este.... estava ao serviço ainda, este. Tenho muitas artroses. A minha mãe já tinha, o meu avô já tinha, eu também. A minha viu, e eu também, também já tive. Tive e tenho. Às vezes nos dedos e tudo...

(Carlos, 68 anos, Casal do Lobo)

A categoria de *Mobilidade* diz respeito ao *Uso de transportes* e ao *Uso de apoios* (bengalas, muletas, andarilhos e cadeiras de rodas) pelas pessoas idosas participantes.

O uso de apoios, principalmente bengalas e muletas (ou *canadianas*), mesmo no interior de casa, é bastante comum entre as pessoas entrevistadas. A conjugação de idade avançada, polimedicação e terrenos hostis às caminhadas, naturalmente propícia à falta de equilíbrio, resulta em quedas muitas vezes graves que podem, inclusive, resultar na perda completa de autonomia física. Em contrapartida, o uso de apoios mecânicos, além de gerar alguma segurança, representa, algumas vezes, dependendo das condições físicas e psíquicas de quem os utiliza, um exercício de autonomia e liberdade, por possibilitar a continuidade da realização de algumas tarefas do quotidiano, ainda que adaptadas.

Apesar de muitas pessoas idosas recorrerem a automóveis particulares, principalmente de familiares, para as deslocações no município, o uso de transportes coletivos é bastante comum em quase todos os territórios. Excetuando-se a Alta, que dispõe do miniautocarro elétrico conhecido como “Pantufinhas”, que acaba por servir uma parte significativa da população idosa daquele território, os demais espaços dispõem de redes de transportes coletivos. Na Alta, a população reclama que os transportes públicos não conseguem chegar a todas as estreitas ruas, obrigando a caminhadas

justamente nos locais mais acidentados do território. No Botão e no Casal do Lobo, o problema prende-se com a escassa frequência dos transportes públicos. A Solum é um dos territórios mais equilibrados em termos de transporte, com várias linhas com variados destinos, operando diariamente desde a manhã até a noite.

Já estou aqui há muito tempo, aqui, metida aqui. E nunca saio. Só vou à porta da rua, me sento um bocado lá atrás da porta, às vezes vou pra porta, puxo aquela cadeira, como se fosse em casa, com os pés ao sol... Mas eu sair não sou capaz. Só com a bengala. Tenho ali a bengala. Deram-ma, também, uma vizinha da minha terra. Também anda na mesma como eu, até estava no hospital... mas até não foi operada... Mandou o marido lá comprar esta bengala pra me dar. Estava eu lá na terra.

Não, não. Aqui... há autocarro mas o autocarro fica longe e eu não posso subir pro autocarro. Não tenho força nas pernas. O meu pior é as pernas.

(Aurora, 89 anos, Alta)

Fruta? No mercado [Mercado Público] há muito disso, ou eu vou à Baixa. Eu tenho passe [cartão magnético, comprado com antecedência e que pode ser recarregado], meto-me num autocarro qualquer que vai pra Baixa e vou buscar. Volto outra vez. E o carro para lá mesmo ao pé da porta. Não, o Pantufas é em baixo, ao pé do... Vem ter aqui. Não, eu vou no 103, ou 28 [números das linhas dos autocarros] também dá, também dá. Pois, para ali ao pé do Museu Machado de Castro. E aí para ao pé do elevador. E eu subo aquele bocadinho a pé. É... [ri-se]. Quando preciso ir ao hospital, eu vou ao hospital. Eu vou no autocarro. Olha, tem o 6 que entra mesmo dentro do hospital. Sim, sim, sim. Pega-se

ali ao fundo do elevador. O 6 entra lá mesmo dentro. E o 7 passa em cima, ao lado dos blocos de Celas, também. Pois. Ou num ou noutro, mas é sempre melhor ir no 6 porque... E é o 6 e é o, mas... os outros não dão. Acho que é o 30 e não sei quê, mas esse vai pro Continente. E quando é pra ir a Celas, ao Posto Médico, também vou no autocarro. Ou no 7 ou no 29 dá. Porque, graças a Deus, nunca ninguém me precisou levar daqui. Graças a Deus.

(Augusta, 91 anos, Alta)

Eu [questionada sobre quem faz as compras da casa]. Vou com a rapariga [quem a acompanha]. A rapariga vai comigo à praça. Eu vou atrás, no carro, e ela vai à minha frente. Dorme cá. Ela vai à casa dela, primeiro. Depois, a gente combina aonde se encontra uma com a outra. Não é táxi. Eu tenho um passe. No autocarro. Quatro contos. Eu vou aos contos, que esse dinheiro... Pago os bilhetes a ela... É aqui, ao pé... É o “Pantufas”. Aí eu vou até a praça e chego à praça, desço... Eu vejo os horários dele [do autocarro] e venho. Subo este pedaço a pé... E ela ajuda a trazer as compras.

(Anita, 86 anos, Alta)

Uso, uso [bengala]. Não, é por causa do...é...é...não tenho dores. Não...é...é o equilíbrio. Eu desconfio que eu... que agora... que para quando for à médica, que está de férias, e quando lá for, vou-lhe pedir um medicamento para o equilíbrio, porque se eu não tiver de bengala para me agarrar dá a impressão que vou para cair. É o chão, o chão não presta. É muito... é histórico, sabe? E atão eu desequilibro-me. Chego lá abaixo, ao fundo do Arco de Almedina, ponho-me na estrada e já vou a andar bem. Er... e tenho

medo. E por isso é que uso a bengala, que é um apoio, a bengala é um apoio. Não é, não é porque eu... me doa e é isto ou aquilo. É um apoio, pronto. Porque para a idade que eu tenho, também...

Vou até ali à Portagem, devagarinho com a bengala...

Pois, mas a gente aqui nem que queira comprar passe, não há... não há carro mesmo. Para aqui não há carro, nem para... para o... para a Sé Velha não há carro. Só táxi.

(Armanda, 87 anos, Alta)

Eu vou ao quintal, mas é raro. Tem dias que eu nem lá fora vou. Porque eu tive um derrame. Eu tive o princípio de um ataque cerebral. É. Eu tive o princípio de um ataque cerebral. Há quatro meses. E agora, há uns meses deu-me um derramezito aqui num pé.

E eu quando vou aqui à Baixa – eu gostava muito de ir à missa – tenho medo de cair. Ainda há bocado eu caí ali na... ainda há bocado eu caí ali na cozinha. Se eu andasse aí, hoje, na rua, ainda agora lá estava que não conseguia levantar. E tenho medo. Porque eu ia sozinha e ainda fazia, às vezes, umas comprazitas... Quem compra lá uma coisita que eu quiser é o rapaz.

(Antónia, 89 anos, Alta)

Tá ali. Tenho a bengala, tá pr'ali. É. Pois. Eu uso mais quando vou pra praça, como é ladeira. E só pedras. Por enquanto não. Mas às vezes até vou-me abaixo, mas com a bengala sempre ajuda.

Ah, conforme, aqui... Eu nunca vou no Elevador porque o Elevador às vezes até está avariado e a gente chega lá e dá com

oco... fechado. Ah, desço aqui a ladeira e pra cá venho ou no 103 ou no 28 ou assim. Passa aqui. Passa ali.

(Adelaide, 74 anos, Alta)

Nós viemos de autocarro. Eu tenbo carro. Eu tenbo carro, mas eu não conduzo. É, o filbo conduz.

(Sílvia, 78 anos, Solum)

Já usei essa coisa [o andarilho]. Depois, as muletas. Agora, passei a andar só com uma [bengala].

Quando preciso de táxi, tenbo de chamar. Também ali passa o autocarro. É conforme a necessidade.

(Simone, 86 anos, Solum)

Uso. Uso [transportes públicos]. Eu vou daqui, vou ali para aquela... O carro para perto da minha porta. Deixei de andar na carrinha [transporte do CD] porque tinha que levantar as 5 horas da manhã. E eu já andava...

(Sofia, 96 anos, Solum)

Já os tenbo utilizado. Autocarro é para se você quer ir sozinho a um lado qualquer, porque minha filha também trabalha ainda, não está reformada. Trabalha ainda, não está reformada, e às vezes eu vou sozinho, vou lá.

(Salvador, 86 anos, Solum)

Uso, uso autocarro, passa... Agora eu vou à Baixa, que eu vou... vou à Baixa, assim que tomo o pequeno... o lanche, vou lá à Baixa mandar um vale do correio pra minha irmã, no Porto. Precisa, a coitadinha. Vou de autocarro porque eu tenho passe. Ainda ontem eu comprei o passe. Para em todo lado, para em todo lado. Eu depois apanho outro pra casa, porque eu tenho passe, não pago mais nada. Sim, sim, [paga-se] por mês. [Pode-se andar] Todo, todo o mês, em todos os carros, posso apanhar um, dois, três quatro... É. É uma maravilha! É verdade. É muito bom. Mas mesmo assim, ainda são 17 contos e 50. 17 euros, 17 euros e 50 euros... e 50 cêntimos, é o que é. Eu desse dinheiro percebo ainda muito pouco. Não gosto nada deste dinheiro, eu. Dos contos, eu ainda hoje vou pros contos. Sim, sim, sim. Os escudos. Ah, eu confundo ainda muita vez. Pois, é.

(Salete, 86 anos, Solum)

Sou eu [a responsável pelas compras da casa]. Conduzo [o automóvel próprio], mas agora já levo um filho, que de vez em quando caço aí um filho e digo: “Agora vais comigo às compras” [risos], que é pra carregar. Porque num supermercado é muito duro. Põe no carrinho, tira do carrinho, põe no balcão, tira do balcão... Chega aqui à porta, arruma em casa... Isto é...! Eu, de vez em quando, quando posso, quando vou fazer mais compras: “Quem é que vem comigo?” Outras vezes é a neta, a mais velha vai comigo. Mas eu, às vezes, quando tem pouca, pego no carro e vou lá. Geralmente vou ao Continente, aqui no Shopping Coimbra, o Coimbra Shopping, aquele [no Vale da Flores]. É mais perto.

Pouco, pouco, porque... [questionada sobre se costuma realizar caminhadas]. Não, agora pr’ali fui a pé [perguntei se havia ido ao café, no Atrium, de onde chegara há pouco, de carro]. Mas tenho

vertigens. Tive um acidente no nervo vestibular, que deixou de ter equilíbrio, portanto... E tenho muita dificuldade, mas... os médicos não querem que eu traga bengala. [“E a senhora já caiu alguma vez?”, questiono] Não! Porque eu faço pilates! Tenho um equilíbrio que é superior ao normal, não é? Porque ela treina muito o equilíbrio, esta ginástica, e fortalece a musculatura. Ainda hoje eu estava no pilates. A minha nora é que é a fisioterapeuta [risos].

Agora uso [autocarro], pois se for à “Baixa”, não vou de carro porque não tem onde estacionar. Não tem estacionamento e, portanto, pra ir a pé, não vale a pena, portanto... Vou de autocarro, até onde quero, e venho.

(Sara, 76 anos, Solum)

Uso bengala. Vou apoiando. Apoia-me muito, porque parece que eu tenho uma perna mais... Mais curta do que a outra [ri-se]. Ai, meu Deus, o que a gente tem... Ao que a gente chega!

No transporte, normalmente tem a carrinha, porque não tem quem não andasse com ela. Os outros todos tão em transporte. O que é que eu queria dizer... cá pro centro, venho com a carrinha. E quando é preciso qualquer coisa, tem esta, que vem [referindo-se à filha, que a transporta em carro próprio].

(Beatriz, 81 anos, Botão)

Não, não, não uso [bengalas ou outro apoio para se deslocar]. Não. Já falaram nisso, mas eu não quero-me habituar. Vou, equilíbrio-me, vou por aí fora, a loja é perto. É. Vou lá devagarinho. Pois. Encosto-me assim, no lado de cá, à parede, depois ponho a mão, se houver alguma coisa... porque eu, às vezes, ainda...

É. Às vezes, a minha filha vinha e depois vínhamos na carreira pra baixo. Quando eu lá morava ainda na minha casa, até, às vezes, uma vizinha minha levava-me pra baixo. Levava-me e deixava-me lá. Depois estava... às vezes há lá pessoas que... às vezes, pessoas... por duas vezes foi um senhor lá, vizinho, que me levou lá, a minha filha vinha e depois ele ia com o carro dele e levava-me lá. Que é um vizinho, um senhor que lá mora, que é o senhor Arnaldo, que até foi da PIDE. [Questionada sobre como se desloca até o centro de saúde].

(Belmira, 93 anos, Botão)

Tou sempre na cadeira. Tou sempre na cadeira, só quando é preciso, é como agora que eu estou naquelas cadeiras que lá tem, as cadeiras [refere-se às poltronas que há na sala de televisão], mas quando preciso vir pr'aqui, ou pra outro lado é que eu salto pra cadeirinha. E à noite vou de cadeira até a carrinha. Depois subo pra carrinha e elas já levam-me no colo.

Não, não uso [a cadeira de rodas em casa. Bárbara faz uso da cadeira no CD. Em casa, usa um andarilho]. Eles não querem que eu leve a cadeira. Eu queria às vezes. Há dias que eu venho da casa de banho – também é pertinho – pra cozinha – também é perto – mas canso-me porque o andarilho é muito pesado e eu canso-me muito com o andarilho. E depois chego à minha cadeira cansada. Não [questionada sobre se vai sozinha aos sanitários]. Ia, ia, mas desde que eu... a segunda vez que eu caí, fiquei com as pernas a tremer. E eu não vou sozinha à casa de banho, porque tem que ir ao lado, com alguém ao lado, que eu tenho medo de cair.

(Bárbara, 85 anos, Botão)

Eu uso bengala, mas não... o deles [referindo-se a um corrimão duplo que foi instalado na sua casa, para que consiga vencer os seis degraus da entrada com mais facilidade] é um assim... duas mãos, duas mãos. Pois. Eu... parece que cambaleio.

Não [usa transportes coletivos]. As filhas têm carro, e também já não sei andar sozinha.

(Dona Bela, 76 anos, Botão)

Pego ali à porta [os transportes coletivos, que passam à porta de sua casa].

Os bombeiros foram lá uma vez – foi só uma vez – eu parti esta perna. Pois. Nunca mais ficou boa, mas o médico também me disse, ele falou pra mim: “Isso bom, bom nunca fica” [explicando porque necessita do apoio da bengala].

(Bernardo, 79 anos, Botão)

Vou, com canadianas, vou. E vou no varão com esta. A cachopa daqui vai-me levar agora, às cinco horas, em casa, leva-me a canadiana lá pra cima e eu, com esta e com a mão, vou subindo. Chego lá em cima [explicando como consegue subir as escadas na entrada da sua casa, pois teve uma perna amputada, substituída por uma prótese].

Não vão buscar, eu venho aqui. É esta parede cá de fora. E depois tenho outra casa, pra lá, na rua pública. E eu estou na outra [explicando que não necessita de transporte para se deslocar até o CD. Apesar da prótese e do uso de muletas, vai a pé, pois sua casa é próxima do Centro].

(Bento, 85 anos, Botão)

Não. Oh! Eu? Então, ando! Eu só hoje é que não fui, eu ando todos os dias antes de vir pr'aqui, dois quilómetros, dois quilómetros e tal, todos os dias. Todos os dias. Ainda ontem fui pra piscina. Ainda ontem fui pra piscina. Vamos todos daqui, vamos... daqui só vou eu, temos ginástica aqui às terças-feiras. Eu ainda ando e ainda desço as escadas aí devagarzinbo [comentando que não faz uso de bengalas ou de qualquer tipo de apoio mecânico].

Não, mas eu agora tirei o passe, tirei o passe porque a camionete, sendo sem o passe, é muito cara. Com o passe público eu não pago nada. Porque tenho o autocarro lá de Coimbra de graça.

(Bonifácio, 81 anos, Botão)

Por enquanto não [usa bengala]... não sei se vai tardar muito a usá-la. Porque tenho...eu já tenho uma prótese numa perna. E agora havia de se fazer à outra só que eu tive uma embolia pulmonar e agora não posso. O médico também me disse que ela não convém agora...

Eu, às vezes, vou com o meu marido [ao Centro de Saúde de Celas]. Ou vou às vezes de autocarro, até sexta-feira...

(Catarina, 66 anos, Casal do Lobo)

Ah...er....er....os esgotamentos e as depressões deixaram-me sem equilíbrio [por isso usa bengala].

O meu marido costuma-me levar [ao Centro de Saúde de Celas], e eu também já, agora já tenho ido de autocarro, mas é um risco para mim porque eu, as minhas filhas não querem... As minhas filhas não querem, e eu também já não me está a querer, porque

eu ando a cair outra vez muito. Ainda ontem, num dia destes que andei na alameda caí.

(Cristina, 68 anos, Casal do Lobo)

Não, não... eu não uso porque... Mas é muito raro, eu vou para mais um... com o que chego com a minha filha, eu nem quero ver o autocarro. O ex-marido da minha filha que ficou sem o menino. É chofer dos autocarros, ele. E ir ali estragar a minha vida por causa dele... Eu não gosto, de autocarro é muito raro. É muito perigoso, o estacionamento é muito perigoso, para nós.

(Carlos, 68 anos, Botão)

Finalmente, no que respeita à categoria *Autonomia/Independência*, subdividida em *Autonomia* e *Dependência/Independência*, esta contém em si conceitos que, embora à primeira vista pareçam quase sinónimos, não deixam de comportar, no seu âmbito, diferenças importantes. Vale a pena, uma vez mais, destacar essas diferenças, na tentativa de desmistificar uma já natural conotação negativa da dependência como sendo expressão de vulnerabilidades e fragilidades unilaterais.

A compreensão de que a nossa condição humana se traduz na incompletude, requer que nos assumamos enquanto seres vulneráveis e interdependentes (Boff, 1999; 2006). Essa interdependência, enquanto *condição humana*, iguala-nos, torna-nos semelhantes, equilibrados nas nossas fraquezas, ainda que essas fraquezas se distingam entre si.

A sociedade não é “nem uma abstração de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um ‘sistema’ ou ‘totalidade’ para além dos indivíduos, mas a rede de interdependências por eles formada” (Elias, 2011: 240).

Desta forma, a própria autonomia, enquanto um devir, um processo em constante elaboração e reelaboração quotidianas, a partir do exercício da responsabilidade, é um produto relacional, não um conceito isolado, definindo-se, contraditoriamente, na sua complementaridade com a dependência (Pacheco, 2011: 11).

No desenvolvimento deste estudo, mais especificamente durante as interações com as pessoas idosas, percebeu-se que *autonomia* e *independência* têm sido, na prática, tomadas como sinónimos. Esta confusão, cristalizada através de uma visão de mundo individualista e competitiva que gera, nas palavras de Pintasilgo (2012: 137), uma “perversão da livre iniciativa e da autonomia”, tem sido especialmente prejudicial às pessoas mais vulneráveis. Muitas vezes, em nome de uma pretensa proteção, talvez através de uma errónea interpretação do que sejam, de facto, os princípios do *cuidado*, tal como se tem tentado apontar ao longo deste trabalho, postula-se que as pessoas idosas são totalmente destituídas de autonomia.

Naturalmente, como seres humanos que são, as pessoas idosas são dependentes, tendo necessidades que só podem ser supridas a partir da colaboração e da responsabilidade de todos (família, sociedade pública e civil), enquanto “uma resposta ao outro” (Boff, 2006: 17). Essa dependência – natural –, contudo, não pode ter como resultado lógico a destituição da autonomia dessas pessoas. Ou seja, o facto de algumas pessoas idosas carecerem de apoio, por exemplo, na preparação das refeições, no uso da casa de banho, na limpeza da própria casa, na deslocação, não implica, necessariamente, falta de autonomia. Decerto que o exercício de autonomia se encontra confinado às capacidades de discernimento, pois pressupõe o conhecimento das possibilidades e opções disponíveis e responsabilidade para tomar decisões (Nunes, 2016).

A falta de autonomia para realizar escolhas que dizem respeito ao quotidiano das pessoas idosas fica evidente em questões bastante

simples, como, por exemplo, o decidir das horas a que tomar banho, a utilização dos sanitários ou o acesso aos próprios rendimentos.

Agora já não acho nada porque agora daqui é só para o cemitério. Daqui é para o cemitério. Ob... que remédio tenbo eu! [respondendo à questão sobre o que acha da casa onde vive].

(Armanda, 87 anos, Alta)

Em Pereira [no hospital] estive quatro horas à espera [para ir ao WC]. Quatro horas. Eu chamei um rapaz que lá havia – que havia lá rapazes que nos lavavam. E um dia ele lavava-me e eu disse: “eu queria ir fazer xixi”. E ele vai assim: “eu venho já”. E ali havia muitas que não podiam vir cá comer à baixa, comiam lá em cima, nos quartos. Os quartos eram, assim, uma bagunça. E depois, ele vai assim: “eu venho já”, e eu: “quero ir fazer xixi”, “faça na fralda”, e eu assim: “vou agora fazer xixi na fralda, não tou habituada a isso, não sou capaz”, e depois, esperei, esperei e ele foi lá ao fim da tarde, um bocado... isto foi ao fim do almoço. E depois: “você, já há uma hora que eu lhe pedi pra fazer xixi e eu perdi a paciência”, “espera um bocadinho que me chamaram pra ir dar o lanche”. Ai o tempo foi passando, passando, passando, eu fui obrigada a fazer na fralda mesmo, já não me aguentei mais. Disse “sim, agora por sua causa tive que fazer na fralda”, “ai desculpe, mas eu não pude, não sei o que”, “tá bem”. Em primeiro lugar estava a gente. Os do café podiam esperar um bocadinho.

(Bárbara, 85 anos, Botão)

Se elas quiserem me dar boje [banho], é boje; se não quiser, dão amanhã. Eu até já trouxe a roupa.

(Belmira, 93 anos, Botão)

Dantes, gostava de ir nos passeios. Agora, já não mais. Mas vou, na mesma.

(Bartolomeu, 86 anos, “Botão”)

Curiosamente, foi perceptível grande autonomia nos participantes da Solum que não frequentavam o CD e não utilizavam os SAD.

Sim, no iPad [questionada sobre se realiza os serviços bancários sozinha. O iPad é um tablet que integra funcionalidades de um computador]. Eu trabalho muito com o iPad [ri-se]. Uso computador. Agora já não tanto porque ele se estragou e cada vez que eu penso em comprar um computador os meus filhos me dizem: “Pra que é que tu queres?” [risos]. Mas eu fazia já, no tempo que andava a dar aulas, fazia os pontos ao computador. Porque desde muito cedo... o meu filho mais velho era da Engenharia Eletrotécnica.

[Durante a conversa, Sara necessitou de atender o telefone duas vezes, a fim de solucionar problemas relativos à canalização da casa de seu filho mais velho. Houve o ensejo de a questionar, no sentido de saber se era a entrevistada quem administrava a sua própria casa] *A minha casa, sim. Mas a deles, às vezes, também tenho que ajudá-los [risos].*

(Sara, 76 anos, Solum)

A falta de autonomia cria uma sujeição relativamente a quem presta o “cuidado”, através de uma relação totalmente desigual, onde quem é alvo desse “cuidado” o parece receber como um favor, não como um direito. Em última instância, cria-se uma dependência, essa sim negativa, e um conformismo por parte de quem está, naquele momento, em maior condição de vulnerabilidade.

Neste subcapítulo, procurou-se trazer à superfície as interações com as pessoas idosas que colaboraram com este estudo.

Partindo dos eixos das acessibilidades, mobilidades e sociabilidades, foi possível elaborar algumas inferências sobre as diferenças e semelhanças entre os quatro territórios.

Em relação às acessibilidades dos territórios e, conseqüentemente, às possibilidades de mobilidade das pessoas que deles fazem parte, é possível perceber que, dos quatro territórios, é a Alta que mais apresenta soluções precárias, o que interfere de forma bastante incisiva nos quotidianos das pessoas, principalmente das idosas. Os desníveis nos terrenos da Alta dificultam a mobilidade em geral, acentuando-se essas dificuldades nas pessoas que já apresentam, quer pelo próprio processo de envelhecimento, quer por causas diversas, mobilidades mais restritas. A falta de acessibilidade neste território também diz respeito às residências, na grande maioria muito antigas e destoando dos padrões de acessibilidade contemporâneos: edifícios com mais de dois andares, com acessos através de escadarias íngremes e, em grande parte, sem elevadores; pessoas idosas alojadas em habitações com baixa qualidade, com muita humidade e, muitas vezes, com deficiente saneamento. A escassa oferta de transportes públicos, a que acrescem as dificuldades desses transportes transitarem em ruas muito estreitas, também são limitadoras do acesso e, conseqüentemente, obstáculos à mobilidade dos/as utentes e – principalmente – dos/as moradores/as da Alta, multiplicando-se tais dificuldades às pessoas idosas e demais pessoas com mobilidade reduzida e/ou condicionada.

O território da Solum, tendo sido desenvolvido numa área plana da cidade a partir de um planeamento prévio, conjugando uma área residencial com uma área de comércio e de serviços bastante diversificada, é o que apresenta maior qualidade em termos de acessibilidades e mobilidades. A grande oferta e a frequência de transportes públicos neste território também garantem os movimen-

tos quotidianos da sua população para outros territórios da cidade e vice-versa. A qualidade das habitações deste território é outro ponto a ser destacado. A grande maioria dos prédios mais altos possui elevadores, facilitando o seu acesso a todas as pessoas. Embora algumas calçadas, tal como as (poucas) existentes na Alta, sejam revestidas com a tradicional calçada portuguesa, propícia a escorregões e quedas, principalmente em dias de chuva, os problemas são minimizados quer pela idade das calçadas, quer pela frequência da sua manutenção, quer, ainda, por se encontrarem em terrenos mais planos e amplos, com melhores acessos aos/às transeuntes.

Por seu lado, as duas áreas rurais ressentem-se da ausência de espaços para peões e a reduzida oferta de comércio e serviços. A baixa oferta e a frequência de transportes públicos, principalmente no território do Botão, também dificulta a mobilidade da população que aí reside.

No que se refere às residências, as maiores dificuldades nas áreas rurais parecem-se concentrar, novamente, no Botão: habitações muito antigas, a maioria com dois andares, cujas funcionalidades tiveram de ser adaptadas às novas estruturas económicas e sociais, com a ocupação dos pisos térreos – outrora utilizados para a recolha do gado e aquecimento da casa – como habitação, sem, no entanto, excluir o uso do segundo piso para a mesma função (normalmente é no segundo piso que se encontram os quartos), com acesso a ser feito através de escadas interiores.

No Casal do Lobo, a maior dificuldade, observando-se o eixo das acessibilidades, diz respeito à grande altitude, declive e sinuosidade do terreno de todo o território, além da escassez de comércio, serviços e transportes públicos. As casas neste território têm como característica o aproveitamento dos desníveis dos terrenos, resultando em habitações com andares abaixo do nível das estradas, com acessos quase sempre realizados por escadas, nem todas acompanhadas por corrimãos e/ou rampas.

Comparando os quatro territórios a partir dos eixos das sociabilidades, é possível perceber que as maiores dificuldades também se encontram no território da Alta.

Neste território, as redes de sociabilidade parecem menos sólidas do que nos demais. Há muitas pessoas idosas a viverem sozinhas, sem o agasalho da família ou da vizinhança, ou com relações pouco frequentes e/ou aprofundadas, tanto com familiares quanto com os/as vizinhos/as. Grande parte das pessoas entrevistadas moradoras neste território é solteira, viúva ou divorciada, com poucos/as ou nenhum/a descendente. A existência de filhos/as também não parece garantir a frequência e a qualidade das relações sociais familiares: muitos/as distanciaram-se, emigrando em busca de melhores condições de vida; outros/as, constituíram novos núcleos familiares, desresponsabilizando-se pelos pais e mães idosos/as; outros/as, ainda, também já são idosos/as, encontrando-se impossibilitados/as de prover um apoio maior aos seus/as progenitores/as. A vizinhança, por sua vez, em grande parte composta por estudantes, cuja permanência no território resulta temporária, também dificulta o estabelecimento e o fortalecimento de laços sociais mais consistentes.

Além disso, os espaços de convivência neste território são bastante restritos. A ênfase dada ao turismo, em detrimento do cotidiano dos seus moradores acaba por “elitizar” os espaços, dificultando o sentido de pertença e de acesso da população residente, em especial, das pessoas idosas. Aliando-se a estes fatores, destaque-se a falta de uma área territorial mais ampla, o que dificulta a criação de espaços públicos, como praças e parques, destinados tanto aos moradores quanto aos/as visitantes. Mesmo as áreas públicas, como o Jardim Botânico, por exemplo, que tem uma das suas entradas próximas do Polo I da Universidade, num espaço que ainda pode ser considerado como pertencente à Alta, possui muitas escadas no seu interior, dificultando o acesso de pessoas com a mobilidade reduzida e/ou condicionada. As igrejas da Alta, ponto de encontro

de muitas pessoas idosas, também apresentam obstáculos ao seu acesso. Tanto a Sé Velha quanto a Sé Nova possuem escadarias e/ou terrenos em declive na sua área envolvente, dificultando e, em algumas vezes, impossibilitando a sua frequência às pessoas idosas ou outras pessoas com mobilidade reduzida e/ou condicionada.

Instituições como os CD e os SAD parecem minimizar a fragilidade social dos/as idosos/as da Alta, já que propiciam o convívio diário entre pessoas idosas deste e de outros territórios da cidade e dessas pessoas com os/as prestadores/as de serviços e/ou cuidados (assistentes sociais, funcionários/as). Todavia, a prioridade quanto às necessidades essenciais, com ênfase na alimentação e na higiene, bem como a falta de uma atenção multiprofissional e de um planejamento pedagógico que realmente propicie a sociabilização e a interação das pessoas idosas, principalmente as frequentadoras dos CD, mas também as que auferem de serviços dos SAD, contemplando as suas necessidades e interesses e desenvolvendo as suas capacidades físicas, mentais, psicológicas e sociais, acabam por esvaziar os quotidianos dessas pessoas de sentido, homogeneizando-as, inviabilizando qualquer projeto de vida e enfraquecendo a sua autonomia, as suas identidades e os seus laços sociais.

Na Solum há uma variedade de espaços – incluindo cafés – que são partilhados por pessoas de várias idades e gerações. Cumpre, uma vez mais, atentar no facto de que a partilha de espaços, por si só, não representa, necessariamente, uma real sociabilidade. Nos cafés da Solum, por exemplo, além de sociabilidades visíveis entre pessoas de variadas gerações (encontros, conversas, partilha de refeições) é possível vislumbrar diariamente pessoas idosas sozinhas (muitas vezes as mesmas pessoas) tomando as suas refeições ou bebendo um café ou uma água. Se, por um lado, esse pode ser um comportamento louvável, por representar uma grande autonomia e “independência” desses indivíduos, por outro, pode expressar a falta de um convívio social mais frequente e consistente, sendo

bastante comum a construção de rotinas sedimentadas em passeios e encontros fugazes e pequenas civilidades como estratégia – nem sempre bem sucedida – perante um cotidiano ainda mais solitário.

Nos territórios rurais, o que garante uma sociabilidade mais sólida são as redes familiares e de vizinhança, além de importantes espaços de convívio como os CD ou instituições de desenvolvimento de atividades de tempos livres, que, nesses territórios acabam por representar um importante núcleo sociabilizador de toda a comunidade, com atividades integradoras promovidas para todas as pessoas – e não só as pessoas idosas – e as igrejas, muito frequentadas durante missas e festas religiosas.

Outro ponto a destacar são as diferenças intergeracionais, muito marcadas e hierarquizadas no território da Alta – com uma juventude mais qualificada em termos de educação formal e, consequentemente, com melhores condições de vida, em oposição a idosos/as com baixos níveis de escolaridade e de rendimentos –, mas mais mitigadas – por diferentes razões – nos demais territórios.

Na Solum, por exemplo, as diferenças entre as gerações são menos sentidas em razão da equivalência entre os altos níveis de escolaridade das populações jovens e idosas. Além disso, há uma maior literacia digital das pessoas idosas deste território, principalmente se comparado com os demais territórios do estudo.

Nos territórios rurais do Botão e do Casal do Lobo, as diferenças são amenizadas pelos baixos níveis de escolaridade de ambas as populações (jovens e idosas) e pela maior preservação, por parte dos/as mais jovens, de tradições culturais e religiosas dos/as seus/as ascendentes, que são reproduzidas, não sem algumas adaptações, por essas populações.

A partir dessas percepções, ensaiou-se propor uma análise no sentido de qualificar os territórios, definindo, assim, as diversas experiências de velhice. Ressalte-se que, embora as reflexões explicitadas neste trabalho tenham sido tecidas a partir das interações

havidas com pessoas idosas nos seus próprios contextos territoriais quotidianos, este, não se enquadrando numa pesquisa-ação mais interventiva, é um trabalho teórico-reflexivo. As sugestões que se seguem foram elaboradas, tendo em vista percepções a respeito dos sujeitos da pesquisa – as pessoas idosas e os seus territórios –, as suas necessidades e expectativas, bem como das possibilidades dos diversos agentes para o desenvolvimento das ações aqui propostas. São apenas sugestões que devem ser, necessariamente, discutidas, no âmbito dos territórios, pelas pessoas que ali vivem o seu quotidiano, incluindo as pessoas idosas.

(Página deixada propositadamente em branco)

4. PROJEÇÕES

Indubitavelmente, chega-se à conclusão de que enfrentar os problemas vividos por muitas pessoas idosas – principalmente em relação às possibilidades de sociabilidade, mas também incluindo as dificuldades de acesso e acessibilidade a bens e serviços e à própria participação e protagonismo nos territórios, e ainda às muitas limitações em termos de mobilidade – passa por um compromisso ético dos diversos atores nas mais variadas instâncias sociais. Deste modo, ainda que a pesquisa que resultou neste livro não tenha tido um caráter interventivo, cumpre sugerir algumas práticas que viabilizem o efetivo exercício desse compromisso.

Uma consideração muito importante, sublinhada por este trabalho, diz respeito às diferenças entre os territórios e à heterogeneidade dos sujeitos que os compõem. Embora aqui a atenção esteja voltada para as pessoas idosas enquanto sujeitos de uma mesma categoria – a velhice – e, portanto, com características próprias que, de uma certa forma, as tornam semelhantes sob alguns aspetos específicos, parece evidente a impossibilidade – ou melhor dizendo, o equívoco – de encará-las de forma homogênea.

As diferentes origens, trajetórias, condições e estilos de vida, necessidades, prioridades e expectativas, enformadas por uma variedade de contextos que dizem respeito, por exemplo, às diferenças de sexo e de género, de idade e de geração, de escolaridade e de formação profissional, de atividades, funções e papéis exercidos ao longo da vida, da constituição familiar e relacional, e, do(s) próprio(s)

território(s) de que faz(em) parte (ou mesmo os seus territórios de origem ou aqueles nos quais viveram uma parte significativa de suas vidas), deixam claro que ações e políticas universalizantes e padronizadoras não podem, de forma alguma, contemplar as diferentes necessidades.

O mesmo se processa em relação às diferenças entre os territórios, ainda que esses territórios façam parte de um mesmo município, como os quatro territórios abordados neste estudo.

É comum, por exemplo, os diagnósticos sociais – geralmente elaborados no âmbito municipal geral – elencar necessidades específicas para a população idosa, como um todo, ignorando a diversidade que esta população comporta.

Assim, as “soluções” para a “problemática” do envelhecimento e da velhice passam, quase sempre, pela criação de novas instituições (lares, CD, universidades sêniores) – ou a ampliação das vagas – como se, de facto, esta fosse uma necessidade partilhada por todas as pessoas em determinada idade.

Da mesma forma, há um desconhecimento generalizado em relação às necessidades reais e quotidianas de cada microterritório – a freguesia, o bairro, a rua – de um mesmo município. O que se percebe, de uma maneira geral, é o pouco (ou nenhum) diálogo entre o pessoal técnico que elabora esse tipo de diagnóstico e as comunidades de intervenção, capaz de aferir, atenta e respeitosamente, as necessidades e anseios da população idosa.

A questão que se vislumbra é complexa. Como construir e aplicar políticas públicas – por princípio universalizantes – atentando à diversidade humana – aqui, em especial, a heterogeneidade dos sujeitos idosos, suas reivindicações, necessidades, anseios?

Um passo importante para a resolução desse impasse reside, justamente, na compreensão plena da igualdade de direitos a partir das diferenças. A universalidade dos direitos deve, assim, dizer respeito à sua abrangência e à diversidade de respostas possíveis.

A visita aos territórios e as interações com as pessoas estudadas, especialmente as idosas, âmbito deste trabalho, moradoras e/ou que transitam por esses territórios, construindo identidades e relações – alertaram para a importância das questões relativas ao *cuidado*.

Tal alerta ecoa a partir das dificuldades de acessibilidade de alguns territórios, nomeadamente a Alta, mas também os territórios do Botão e do Casal do Lobo, pois aquelas dificultam a mobilidade de muitas pessoas idosas; pela pouca consideração que alguns territórios têm pelos seus sujeitos idosos – incluindo o território da Solum e o seu trânsito rápido e, algumas vezes, pela insegurança; pelas desigualdades de oportunidades entre as diferentes populações de um mesmo território e, sobretudo, entre os territórios

Nesse ponto, então, é necessário refletir sobre o *cuidado*.

O conceito de *cuidado* que se procurou desenvolver no estudo opõe-se à negligência, à indiferença, ao individualismo e ao ego-centrismo. “Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo [e efetivo] com o outro” (Boff, 1999: 12). Nesse sentido, cuidar, mais do que uma atitude meramente social, corresponde a uma atitude comunitária (André, 2014).

Enquanto paradigma moral e ético, o cuidado é uma forma de estar no mundo, um “*modo-de-ser* essencial” (Boff, 1999: 13 – sublinhado do autor), que pressupõe que todos somos, na medida de nossa interdependência natural e saudável, seres de cuidado: necessitamos de cuidado e, ao mesmo tempo, somos cuidadores/as, provedores/as de cuidado; damos e recebemos cuidado, num movimento contínuo e recíproco, que implica reconhecimento, aceitação e respeito pelas diferenças, pelas escolhas, pelas singularidades e pelas subjetividades de cada ser humano.

Esta é uma dimensão importante do cuidado, pois exige um esforço em pensarmo-nos a partir da nossa igualdade e horizontalidade, sem, no entanto, ignorar as diferenças, transgredindo e

superando padrões e preconceitos que tendem a direcionar de forma desigual e hierárquica os vetores do cuidado a partir de uma verticalização de cima para baixo: dos menos aos mais vulneráveis; dos ricos aos pobres; dos saudáveis aos doentes; dos jovens aos idosos; e, ainda, como uma prática eminentemente feminina, o que, do ponto de vista histórico, tem sobrecarregado as mulheres e cristalizado discriminações, preconceitos e intolerâncias em relação aos sexos e gêneros.

Aqui, é importante referir o trabalho da filósofa e psicanalista feminista norte-americana Carol Gilligan, uma das primeiras a teorizar nos meios acadêmicos sobre o cuidado.

Contrapondo-se ao também psicanalista e norte-americano Lawrence Kohlberg, para quem o desenvolvimento da moral se daria sobre princípios abstratos, a partir de uma ética da justiça, centrada na igualdade, na imparcialidade, nos direitos individuais e em escolhas racionais, Gilligan desenvolveu uma teoria do desenvolvimento da moral a partir do cuidado, das relações entre os sujeitos, baseadas no compromisso, nas emoções, na empatia, na compaixão e no amor.

A crítica de Gilligan dirigia-se, sobretudo, à não existência de meninas nas pesquisas de Kohlberg, o que acabava por reforçar uma epistemologia de hegemonia masculina.

Além disso, a análise de Kohlberg sugeria a superioridade de atributos ditos masculinos – imparcialidade, racionalidade, individualismo, por exemplo – sobre atributos ditos femininos – como bondade e sensibilidade às necessidades de outrem.

Ao questionar as pesquisas e interpretações de Kohlberg – que, em boa verdade, legitimavam uma ciência e uma sociedade andróginas – Gilligan tocou num ponto essencial das desigualdades sociais: as diferenças entre os gêneros.

A reflexão empreendida por esta autora e o desejo de fazer ouvir uma “voz diferente” (Gilligan, 1993), trazendo à tona uma voz feminina, todavia, foram objeto de mal-entendidos, por parte

de feministas. Joan Scott (1995), por exemplo, teceu severas críticas a respeito do trabalho de Gilligan, classificando-o como a-histórico e essencialista.

Segundo a interpretação de Scott, Gilligan entenderia o cuidado como uma disposição eminentemente feminina e, por isso, naturalmente atribuída às mulheres. Segundo essa visão, o trabalho de Gilligan apenas viria reforçar os estereótipos a respeito das diferenciações de gênero, baseadas unicamente nas diferenças entre os sexos e, ainda, legitimaria uma postura machista e hierárquica em relação ao cuidado.

Uma outra interpretação, em todo o caso, e que este estudo subcreve, também é possível: Gilligan referiu uma diferença entre os desenvolvimentos morais masculinos e femininos, compreendendo *masculino* e *feminino* como princípios inerentes a todos os seres humanos e não necessariamente associados, especificamente, aos homens (no caso do masculino) e às mulheres (no caso do feminino).

Segundo esta interpretação, o cuidado é uma teoria política, uma proposta paradigmática de compreensão e de vivência igualitária em sociedade. Assim, um “olhar igualitário nos permitiria compreender que tanto as dinâmicas geradas pelos meninos, quanto pelas meninas são necessárias ao exercício do ser social que identifica as pessoas” (Pérez, 2011: 04).

Partindo das reflexões e teorizações de Gilligan, porém aprofundando-as, problematizando-as, politizando-as e tornando-as mais abrangentes, Fischer e Tronto formularam o conceito de cuidado como “uma atividade da própria espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso ‘mundo’ para que possamos viver nele da melhor maneira possível” (Fischer; Tronto, 1990: 40 – tradução livre).

Tronto (2009: 17) enfatiza o cuidado como um valor democrático, entendendo a democracia como a única estrutura capaz de permitir a elaboração de uma teoria do cuidado adequada ao mundo

contemporâneo. Contudo, para que, efetivamente, esse valor possa ser exercido como tal, é necessário que haja o reconhecimento consciente da vulnerabilidade e da dependência como intrínsecas a todos os seres humanos.

Por outro lado, o cuidado deve ser uma ética e uma práxis de fluxo contínuo e circular, não uma dicotomia entre quem cuida e quem é objeto de cuidado.

Além disso, o cuidado deve ser facultado a todas as pessoas como um direito universal sem que, no entanto, as singularidades e diferenças sejam desconsideradas (Tronto, 2009).

Assim, igualdade e reconhecimento, no sentido atribuído por Fraser (2007), como uma abertura às diferenças a partir da desinstitucionalização de valores que impedem a paridade na participação social, são premissas para uma ética do cuidado.

A proposta de Tronto sustenta, ao procurar a superação da dimensão do cuidado enquanto uma atividade e/ou profissão assimétrica (em sentido duplo: superioridade de quem cuida, a partir de uma relação de caridade e assistencialismo ou, em sentido inverso, superioridade de quem é objeto de cuidado, no sentido de que quem presta esse cuidado está, de alguma forma, subordinado àquela pessoa), assumindo uma dimensão política em que a atenção, a responsabilidade, a competência e a capacidade de responder às necessidades de si próprio, das outras pessoas e do meio ambiente são disposições inerentes a todos os seres humanos, sendo necessárias a uma convivência social mais equilibrada (Tronto, 2009).

Deste modo, o cuidado, enquanto conceito político, evoca direitos e responsabilidades e deve ser vivenciado quotidianamente nas relações entre homens e mulheres; crianças, jovens, adultos/as e idosos/as; pessoas de todas as etnias, culturas e estratos sociais.

Sendo um conceito político, o cuidado, enquanto uma ética e uma práxis, não deve – e não pode – desresponsabilizar as instâncias estruturais e institucionais da esfera política. Ao contrário, “uma

ética do cuidado pode dar um novo ponto de partida ao papel do Estado em relação às verdadeiras prioridades políticas de sociedades em que a pessoa humana deve ser o centro e o fim último de toda a decisão política” (Pintasilgo, 2012: 138).

Conceber o cuidado como um paradigma ético e como uma atitude política é questionar, por exemplo, a institucionalização da velhice e, do mesmo modo, do próprio cuidado, como uma forma de não compromisso e desresponsabilização social.

Também é acreditar na possibilidade de transformação do social a partir da humanização das relações, num movimento que busca abalar as estruturas sociais, políticas e económicas – consolidadas através da imposição e da verticalização do poder (principalmente económico) –, a partir de uma prática quotidiana comunitária e humana.

É um movimento lento, que requer perseverança, e onde os territórios, principalmente o envolvimento e a articulação de comunidades mais próximas, têm um peso e uma força muito grandes, mas, em grande medida, são ainda menosprezados ou desconhecidos.

Ao elencar-se os principais problemas da população idosa nos (e dos próprios) territórios, verificados durante a realização deste trabalho, crê-se que, a partir dos eixos e categorias escolhidos como lentes, o destaque maior pode ser dado às dificuldades de mobilidade de grande parte das pessoas analisadas, que se realça nos territórios com acessibilidades deficientes; à pouca frequência e/ou qualidade dos processos de sociabilidade (uma vez mais, acentuadas em territórios pouco acessíveis), resultante de poucas oportunidades de estabelecimento de interações e convívios mais profundos e significativos; à baixa autonomia de algumas pessoas em relação a escolhas quotidianas, que dizem respeito à gestão das suas próprias vidas; e ao aumento da dependência para realização de tarefas diárias, dependência, esta, confundida com vulnerabilidade e interferindo diretamente na autonomia desses sujeitos.

Assim, este estudo evidenciou que a qualificação das experiências de velhice deve passar, necessariamente, pela qualificação dos próprios territórios.

Essa qualificação, por sua vez, só se pode concretizar através do desenvolvimento de uma ética e de uma práxis que tenha o cuidado como princípio (filosófico), meio (estratégico) e fim (finalidade). Aos territórios qualificados pela ética e práxis do cuidado chamaremos de *territórios de cuidado*.

4.1. TERRITÓRIOS DE CUIDADO

A criação e o desenvolvimento de *territórios de cuidado* passam, necessariamente, pela educação integral e contínua ao longo da vida. Daí a relevância das relações sociais, tanto no âmbito da educação formal, não formal e informal. Em se tratando de educação formal, obviamente que é de referir as instituições educativas: as escolas, nos seus vários níveis, e as universidades.

Assim, esses territórios, acessíveis e onde todas as pessoas, incluindo as idosas, se podem movimentar com segurança e construir sociabilidades consistentes, alicerçadas na igualdade, no respeito pelas diferenças e às pluralidades, no afeto e no compromisso mútuos, são também, eles próprios, essenciais para a constante qualificação dos territórios e das experiências de velhice. São, também, um direito e uma responsabilidade de todos/as.

O desenvolvimento deste estudo, desde o início, mas mais claramente a partir das experiências e interações nos territórios escolhidos como sujeitos da pesquisa, direcionou-nos para a importância do cuidado, compreendido como um *ethos*, cujos fundamentos morais e suas práticas devem ser construídos e vivenciados quotidianamente, em todas as escalas e esferas sociais, a partir de uma cosmovisão que entende o universo como um espaço de igualdades e diversidades;

de interdependências e horizontalidades; de coletividades, subjetividades e identidades; de responsabilidades e respeitos mútuos.

Nesse universo, os seres humanos e o espaço que os envolve e rodeia, desde o micro até o macrocosmos, as suas relações, as suas vivências e as suas experiências, têm uma posição de destaque, o que evidencia a importância das pessoas e dos territórios quando se propõe a construção de uma sociedade sustentada, mediada e objetivada pelo/no cuidado.

Ao concluir o percurso que deu origem a este livro, emerge como tese, no sentido assertivo e de proposta da palavra, a necessidade imperiosa da construção e da manutenção permanente de *territórios de cuidado*. Esta é uma construção coletiva, onde todos são agentes coadjuvantes, auxiliando e concorrendo para um objetivo comum: tornar a vida em sociedade numa experiência o mais gratificante possível para todos – sem esquecer os sujeitos idosos.

Embora se entenda que os territórios de proximidade têm um papel fundamental na construção de uma ética do cuidado, os “projectos locais deverão ter a preocupação de não contribuir para iludir a necessidade de mudanças sociais de natureza estrutural e âmbito nacional (ou supranacional). As potencialidades locais, que são imensas, não dispensam intervenções ao nível nacional e europeu” (Costa, 2005: 55).

Este trabalho possui, assim, uma abordagem local como proposta essencial, uma vez que, sendo os territórios diferentes nas suas estruturas, geografia, história, composição e demografia, assim como quanto aos problemas, também as respostas a estes últimos serão diferenciadas. Os pequenos movimentos quotidianos, ocorridos no interior dos territórios, contudo, devem-se converter em alavancas para transformações maiores, com maior abrangência e de responsabilidade e comprometimento de todos/as.

Deste modo, a construção de *territórios de cuidado* envolve responsabilidades coletivas, mas também individuais.

Tal como as reflexões tecidas em torno da interdisciplinaridade, não se constituindo esta na mera soma de disciplinas, a coletividade também não é compreendida como a mera soma de indivíduos. Também não é a anulação das subjetividades individuais, nem tão-pouco, uma entidade abstrata, em nome da qual tudo – inclusive, injustiças e atrocidades – pode ser justificado. A coletividade opõe-se ao individualismo narcísico, referido por Lipovetsky (1983: 179), cuja lei fundamental é o interesse próprio. Esse individualismo egoísta debilita o coletivo, levando ao enfraquecimento do senso de responsabilidade e da solidariedade (Morin, 2003: 18).

Como a pesquisa teve o seu foco em quatro territórios específicos do concelho de Coimbra, cabe agora apontar algumas sugestões a levar em linha de conta a nível concelhio, de responsabilidade e compromisso autárquico, sempre envolvendo os eixos orientadores do trabalho.

Em primeiro lugar, os *territórios de cuidado* precisam ser fisicamente acessíveis a todas as pessoas, facilitando-se a mobilidade e possibilitando o desenvolvimento de um sentimento de pertença – e, consequentemente, de responsabilidade – ao território.

A legislação portuguesa³⁸, em consonância com as diretrizes europeias e mesmo mundiais, tem acompanhado a evolução dos conceitos de acessibilidade e mobilidade. O foco, anteriormente limitado às pessoas com deficiência, foi expandido, abrangendo todas as pessoas, que hoje contemplam a acessibilidade e a mobilidade como direitos universais.

As dificuldades práticas para a aplicação dos preceitos legais, principalmente no que diz respeito à adequação de espaços mais antigos, quer públicos, quer privados, considerados patrimónios cul-

³⁸ Nomeadamente o Decreto-Lei N° 163/2006, de 08 de Agosto, que aprova o regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais.

turais e arquitetónicos, como é o caso da Alta, persistem. Contudo, esta situação não deve eximir os poderes públicos, as instituições e os sujeitos – coletivos e/ou individuais –, em geral, das suas responsabilidades. Assim, é por demais notório o quanto territórios como a Alta, principalmente, mas também o Botão e o Casal do Lobo, ainda deixam a desejar, nessa questão.

Neste sentido, na Alta, o território mais passível de críticas de todo o estudo, é necessário que as adaptações já realizadas em algumas ruas se estendam a todo o território. Pequenas mudanças, de custos pouco elevados e com pouca interferência no património histórico, podem representar enormes vantagens para a população residente e mesmo um impulso ao turismo, com a acessibilização do território. A este respeito, é necessário que os poderes públicos estabeleçam um diálogo sério e reponsável com a população residente deste território, buscando estratégias de adequação entre a preservação patrimonial e a qualidade de vida dos/as seus/as moradores/as e, por extensão, dos/as próprios/as turistas.

Na impossibilidade de serem instalados ascensores nos edifícios da Alta, uma sugestão é a ocupação, pelas pessoas idosas e outras pessoas com mobilidade reduzida, dos pisos térreos (rés do chão).

Esta sugestão é similar ao “Rés Do Chão”, projeto desenvolvido em Lisboa, cujo objetivo principal é a reabilitação e regeneração urbana através da reocupação de pisos térreos desocupados³⁹. Mas, ao invés da proposta levada a cabo na capital, que aponta para a ocupação desses espaços para fins comerciais, propõe-se que os mesmos sejam usados como moradia, atendendo prioritariamente às pessoas com mobilidade reduzida, caso das pessoas idosas.

A ideia pressupõe parcerias entre os poderes públicos municipais, instituições de ensino superior, empresas e proprietários/as dos imóveis. Estes/as últimos/as arrendariam os seus espaços

³⁹ Fonte: <http://resdochao.org>.

a preços simbólicos por determinado período de tempo, tendo, como contrapartida, a reabilitação do espaço através da parceria entre os poderes públicos, as instituições de ensino superior (cuja contrapartida seria o uso dos espaços para experimentação e aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, principalmente pelos cursos de Arquitetura, Engenharia Civil e *Design*) e as empresas, que seriam beneficiadas com a divulgação maciça de suas marcas (e também com a possibilidade de benefícios fiscais da Câmara). Outra sugestão passa pela procura de financiamento junto dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, nomeadamente, o Fundo Social Europeu, através de concurso público⁴⁰.

Além disso, é urgente que as habitações da Alta, de um modo geral, sejam recuperadas, tornando-se, assim, satisfatoriamente habitáveis.

É inadmissível, por exemplo, a falta de saneamento básico, água canalizada e aquecimento, que se verifica em algumas das residências visitadas na Alta.

Para uma solução desse tipo de problemas, insiste-se na necessidade de um esforço coletivo, através da criação de redes que contem com a participação de lideranças públicas e comunitárias, capazes de conduzir e orientar as ações dos demais agentes. Estes devem-se envolver, desde a elaboração de projetos que beneficiem toda a comunidade até à concretização, através de ajudas mútuas e da procura de compromissos junto da Autarquia e de apoios do empresariado local e das instituições de ensino superior (apoio técnico), dos objetivos construídos coletivamente.

No que toca à qualificação física dos territórios, essas sugestões estendem-se, de forma similar, às demais localidades.

⁴⁰ Ver Fundos Europeus Estruturais: https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/european-structural-and-investment-funds_pt.

No Botão e no Casal do Lobo, por exemplo, as vias de circulação também carecem de melhorias, principalmente em relação às suas redes pedonais, quase inexistentes, nomeadamente no Botão, mas apresentando também algumas deficiências no Casal do Lobo.

As valetas existentes na quase totalidade da estrada principal do Botão, por exemplo, precisam ser cobertas para que os riscos iminentes sejam evitados. Uma vez que as valetas servem para o escoamento das águas das chuvas, uma sugestão seria cobri-las com um revestimento de malha ou grelha de aço, de espessura fina, o que permitiria a drenagem da água e, ao mesmo tempo, evitaria possíveis acidentes.

Em vias de trânsito mais intenso, como são as estradas principais do Botão e do Casal do Lobo, que dão acesso a outras localidades, é necessária a delimitação de um espaço de uso exclusivo para peões. Essa delimitação pode ser feita através da instalação de uma via pedonal um pouco mais elevada em relação ao nível da rua, ou simplesmente com a utilização de um revestimento que se distinga, na cor e/ou na textura, do utilizado na via de tráfego de veículos.

Tanto os territórios da Alta, como do Botão e do Casal do Lobo, deparam-se com uma sinalização bastante deficitária. Nos três territórios é necessária a instalação de sinais que indiquem a velocidade máxima permitida ao trânsito automóvel. Quando se tratar de espaços partilhados, uma hierarquia deve ser respeitada, do mais ao menos vulnerável: cadeiras de rodas, peões, carrinhos de bebés, bicicletas, motociclos e automóveis.

A fiscalização, por parte dos órgãos de trânsito responsáveis, também deve ser uma prioridade a ser cumprida. Na Alta, uma vez mais, o desrespeito dos automóveis em relação aos peões é flagrante: carros estacionados nas calçadas – quando estas existem – são um claro exemplo dos riscos a que os peões estão sujeitos. No intuito de diminuir o afluxo de automóveis neste território, o qual, em virtude da presença da Universidade e de se tratar de um ponto turístico,

acaba por conviver diariamente com o problema, é necessário o desenvolvimento de políticas de mobilidade adequadas, construídas com a participação comunitária.

No caso da Solum, o problema maior parece ser a alta velocidade com que os automóveis circulam, apesar de este território estar bem equipado com semáforos e passadeiras. A esse respeito, algumas medidas práticas podem ser tomadas, todas sob a responsabilidade da Câmara Municipal: instalação de redutores de velocidade e de sinalética adequada, informando a velocidade máxima permitida num território que, além de comércio e serviços, comporta um grande número de residências. Em vias mais largas e movimentadas, os semáforos devem permanecer por mais tempo no sinal vermelho, permitindo a travessia mais segura de pessoas com mobilidade reduzida.

Um ponto deveras importante e que carece de um maior investimento, não apenas financeiro, mas também de medidas muito dirigidas, refere-se a campanhas de prevenção rodoviárias junto de condutores/as e peões que circulam pelos territórios.

Os peões devem reconhecer a sua vulnerabilidade perante os meios de transporte, mecânicos ou motorizados, usando os espaços adequados ao trânsito pedonal (passadeiras, passeios), quando esses existem. Os/as condutores/as, por sua vez, também devem ter em consideração as regras do trânsito, circulando com cuidado e atenção e dando prioridade aos peões, principalmente às pessoas com mobilidade reduzida, atentando ainda mais em territórios cujas condições de segurança são precárias ou inexistentes. Essa educação passa pelas várias esferas educativas, nos níveis informais, não formais e formais: família, escola, espaços de socialização e integração, e também pelos meios de comunicação social, que têm grande poder e influência sobre os comportamentos e as práticas sociais.

Uma iniciativa que poderia ser levada a cabo pela Câmara Municipal residiria na promoção (através de incentivos fiscais e

financeiros para instalação e arrendamento ou compra de imóveis para esses fins) do comércio – inclusive feiras “sem regras” – e oferta de serviços locais em territórios como a Alta, o Botão e o Casal do Lobo, evitando que as populações desses três territórios tenham de se deslocar em busca desses produtos e/ou serviços. O incentivo ao comércio local e de proximidade é uma das formas, também, de socialização intergeracional.

A Câmara Municipal, aliás, tem um papel fundamental na criação e manutenção dos territórios de cuidado. A organização político-administrativa em torno de freguesias parece garantir uma maior proximidade entre poderes públicos e comunidade. No entanto, há a necessidade de uma maior ligação entre esses dois agentes. É importante que a comunidade realmente participe das decisões que dizem respeito aos territórios de que faz parte. Todas as pessoas – incluindo idosas – devem ser ouvidas quando da elaboração do diagnóstico e, posteriormente, do plano de desenvolvimento social municipal, através de documentos transparentes e acessíveis a todos/as, tanto na sua fácil disponibilização, quanto na sua linguagem. Essa audição só terá sentido se realizada nos territórios de proximidade, pois as ações e, conseqüentemente, as estratégias e soluções para atendê-las, muito provavelmente serão diferentes nos vários territórios que compõem o território municipal. Neste estudo, foi possível visualizar algumas dessas diferenças.

Na Alta, por exemplo, os três eixos exigem respostas, principalmente quando se tem em conta as pessoas idosas e outras pessoas com mobilidade reduzida e/ou condicionada.

Na Solum, o problema maior enfrentado pelas pessoas idosas, assim parece, diz respeito à ausência de uma mobilidade mais segura, uma vez que as estradas são mais amplas e o trânsito automobilístico mais frequente e veloz.

Nos territórios rurais do Botão e do Casal do Lobo, o desafio põe-se em torno das acessibilidades, incluindo o acesso a bens e

serviços, que afeta, também, as mobilidades, especialmente de pessoas idosas e/ou com redução ou condicionamento de movimentos. As sociabilidades nesses dois territórios, assim como na Solum, pareceram mais consistentes, em razão das próprias características das suas populações, sem um contraste tão acentuado entre as pessoas jovens e as idosas, chegando ao ponto de minimizar outras dificuldades.

É importante sublinhar que *acessibilidades* não dizem respeito somente aos *acessos* (físicos) de um determinado território. Estas “deve[m] ser discutida[s] em suas dimensões materiais e imateriais, já que a garantia de acesso físico a determinados espaços urbanos não garante sua apropriação simbólica” (Serpa, 2016: 171). A falta de domínio de um determinado “repertório” (Certeau, 1998) ou de um “capital escolar ou cultural” (Bourdieu, 2007) impede, muitas vezes, a apropriação ou a acessibilidade de pessoas e grupos a determinados territórios. Esta última observação pode ser ilustrada através dos espaços da Alta destinados ao turismo. Embora existam e possam até ser de fácil acesso físico, nem sempre se constituem como territórios acessíveis aos/às moradores/as daquele território, nomeadamente às pessoas idosas que, muitas vezes, se sentem constrangidas (ou não convidadas) a frequentá-los.

Neste sentido, os pontos-chave destas propostas passam pela mudança de comportamentos e de práticas sociais. Por isso, a ênfase maior recai sobre a educação e as relações sociais.

Transpor a teoria e o discurso para a prática efetiva requer o esforço de todos/as, um esforço que não pode depender apenas do voluntarismo e da boa vontade de algumas pessoas. É necessário que o alicerçamento se dê a partir do exercício constante de um convívio alicerçado no respeito, na solidariedade, no compromisso e no afeto (no cuidado), em relações horizontais equilibradas e dialéticas; promovido como uma ética, talvez a única ética possível, se pensarmos numa sociedade mais humana como um processo necessário

e urgente. Sendo coletivo e cidadão, o indivíduo deverá, por sua vez, reivindicar posturas e políticas públicas também ligadas ao cuidado.

A promoção dessa ética passa, prioritariamente, pela responsabilidade da educação, em todos os seus níveis e instâncias, através da produção teórica reflexiva constante, mas, principalmente, através do desenvolvimento de práticas que tenham o cuidado como princípio, meio e fim de todo e qualquer processo educativo/relacional.

Em termos de educação formal, por exemplo, é necessário que as escolas se abram à diversidade de saberes e ideias, abrindo portas, também, a toda a comunidade, a fim de contribuir para uma integração geracional, étnica e de género nas suas relações quotidianas. Ao priorizar a construção coletiva dos conhecimentos, bem como a valorização de conhecimentos produzidos no exterior da escola, por outros agentes educativos, que não os/as professores/as (pais/mães, avós, pessoas do território onde está inserida a escola, por exemplo), a escola estará a promover uma pedagogia do cuidado.

É importante destacar que esse também é um papel das instituições de ensino superior – públicas e privadas – e não apenas das escolas do ensino básico e secundário, conforme tem sido prática ao longo da história da educação formal.

O reconhecimento e o respeito pela multiplicidade de saberes dissolvem hierarquias destituídas de sentido, dando equilíbrio às relações sociais quotidianas. Tal assunção é importante no universo deste trabalho, principalmente quando se observa um território como a Alta, por exemplo, onde é possível verificar um grande desequilíbrio nas relações pessoas idosas/jovens, e onde a educação formal é hipervalorizada, praticamente ignorando e menosprezando os outros saberes.

A ampliação e a evolução do ensino básico, principalmente no quadro dos países ocidentais, impulsionadas pela ideia de que a educação formal seria o motor do desenvolvimento económico e

social, provocaram um movimento de expansão também na educação superior, exigindo uma maior democratização no seu acesso.

A internacionalização das universidades, propiciada por processos de globalização e pelas diásporas, envolvendo, principalmente, o movimento de povos outrora colonizados, que agora se voltam em direção aos antigos impérios, também acaba por exigir um maior compromisso com a diversidade e o respeito perante novos saberes.

Deste modo, as universidades devem ser – tal como as demais instituições de ensino, em todos os seus níveis – instituições alicerçadas no cuidado, cuidado esse que deve se refletir nas pesquisas, nas atividades de extensão e nas práticas pedagógicas, com a abertura para a compreensão de que os sujeitos – alunos/as e professores/as – são mutuamente dependentes, tanto afetiva, quanto cognitivamente.

Nesse sentido, cumpre compreender a importância dessas instituições educativas na promoção e divulgação do cuidado como um *ethos* e uma práxis essencial e necessária.

Uma vez mais, insista-se no papel da educação – informal, não formal, mas também formal – como um importante instrumento de transformação social.

No caso da educação formal, essa transformação passa pela reflexão, por todos os seus agentes, das ações e das interações que acontecem em todos os âmbitos dos processos educativos, no interior e no exterior das instituições.

Com efeito, as universidades e faculdades, através de seus variados cursos, nos seus três níveis – 1º, 2º e 3º ciclos –, têm muito a contribuir, não só com pesquisas, mas também na formação de professores/as e, mais especificamente, através do envolvimento dos/as seus/as estudantes na promoção e consolidação de relações intergeracionais ricas e produtivas.

Nesse sentido, é de crer que tais instituições, através da assinatura de convênios com a Câmara Municipal e também com instituições

de outros âmbitos territoriais – evitando, assim, que essas práticas caiam no mero voluntarismo –, poderiam, por exemplo, assessorar pedagogicamente os CD, além de ter os/as seus/as alunos/as a atuarem diretamente com o público idoso, sob a forma de estágios e pesquisas-ação, com a oferta de *workshops* do seu interesse, além de outros serviços, incluindo, por exemplo, assessorias jurídicas e arquitetônicas, que podem acontecer no próprio espaço universitário ou ser itinerantes, procurando cobrir uma parte significativa do território concelhio.

A criação e manutenção de espaços de convivência intergeracional, por sua vez, devem ser da responsabilidade do poder público municipal, que pode propor parcerias com outras instâncias públicas e mesmo com a iniciativa privada.

Em relação aos CD, esses poderiam dividir espaço com públicos de outras idades, crianças, jovens e adultos, evitando o apartamento dos sujeitos idosos do resto da sociedade.

Embora seja de discordar de ações de voluntariado, no sentido de uma verticalidade de cima para baixo entre “quem dá” e “quem recebe”, e, ainda, enquanto uma prática que dependa meramente da “boa vontade”, pondo em risco a sua continuidade e desresponsabilizando as instâncias que de facto deveriam atuar, intensiva e continuamente, na resposta à demanda pelo respeito aos direitos humanos – especialmente, aqui, aos direitos das pessoas idosas –, entendemos que as práticas de solidariedade, através de um voluntariado responsável e consciente, devam ser estimuladas.

Assim, seria de substituir as praxes académicas, que costumam adotar práticas de intimidação, constrangimento e violência na recepção aos/às novos/as estudantes das instituições de ensino superior, por práticas solidárias que envolvam académicos/as, veteranos/as e caloiros/as – não como um “castigo” a quem ingressa, mas como um estímulo à integração comunitária, tanto na comunidade universitária, quanto na comunidade municipal.

No mesmo sentido, o voluntariado também pode ser visto como uma experiência formativa de aprendizagem e vivência prática de valores como a cidadania, a solidariedade, a dignidade e respeito e valorização das diferenças, devendo, também, ser estimulado aos próprios sujeitos idosos.

As relações intergeracionais, por sua vez, devem ser promovidas e estimuladas a partir de uma “co-educação entre gerações” (Ferrigno, 2003). Este é um processo que se deve desenvolver quotidianamente, com as diferentes gerações a partilharem experiências, ensinando e aprendendo, na procura da superação de preconceitos mútuos, numa abertura ao novo e à diversidade. O convívio respeitoso e horizontal entre as gerações depende de uma aprendizagem, onde os conflitos, antes de serem evitados, devem ser aproveitados como novas oportunidades de aprendizagem.

Construir uma ética do cuidado passa, então, pela “rediscussão da responsabilidade dos indivíduos – pela própria vida e pela dos outros –, assim como a reflexão sobre a responsabilidade social pela dependência” (Biroli, 2014: 58).

Da mesma forma, é necessário que se pense, reflexiva, mas também, com vista à elaboração de propostas, nas bases sobre as quais as nossas sociedades ocidentais estão estruturadas. Em última análise, além de patriarcais, fundam-se numa acumulação ilimitada, que favorece o consumismo desenfreado, a “obsolescência programada” (Latouche, 2011: 33) e a competição, que acabam por se refletir no âmbito de todas as relações sociais, provocando uma “cegueira – ou insensibilidade – moral” (Bauman; Donskis, 2014).

Nussbaum (2015) sugere que essas reflexões sejam iniciadas na escola – embora reconheça as limitações dessa instituição –, desde a educação infantil até ao ensino superior, a partir de uma série de objetivos, dentre os quais: “Ensinar posturas com relação à fragilidade e à impotência humanas que sugiram que a fragilidade não é algo vergonhoso e que precisar dos outros não significa ser fraco;

ensinar as crianças a não ter vergonha da carência e da incompletude, mas que as percebam como oportunidades de cooperação e de reciprocidade” e “Promover o sentimento de responsabilidade, tratando a criança como um agente responsável” (Nussbaum, 2015: 45-46).

Como toda a construção ética tem os seus alicerces no campo da prática, pequenas mudanças nas relações quotidianas – as “revoluções moleculares” (Guattari, 1992: 175) – podem começar a partir de unidades territoriais menores, o que não impede a simultaneidade de ações, práticas e políticas nos diversos âmbitos territoriais.

Obviamente, nadando-se contra uma corrente hegemónica neoliberal, os conflitos, muito provavelmente, subsistirão. É necessário, contudo, que se tenha convicção do tipo de sociedade – e de humanidade – da qual se quer fazer parte.

A figura seguinte representa a síntese das corresponsabilidades – representada por um círculo não hierárquico – para a construção/manutenção/vivência de territórios de cuidado a nível local: a *Autarquia*, formada pela Câmara Municipal e pelas freguesias; a *Sociedade Civil*, composta por empresas, organizações não-governamentais, famílias, vizinhança, instituições particulares de solidariedade social, coletividades, lideranças comunitárias e indivíduos; as *Instituições Religiosas* das mais variadas ordens; e *Instituições Educativas*, formadas por escolas de todos os níveis, faculdades e universidades, além das instituições de educação informal, como, por exemplo, os centros de atividades de tempos livres, entre outras instituições desta natureza.

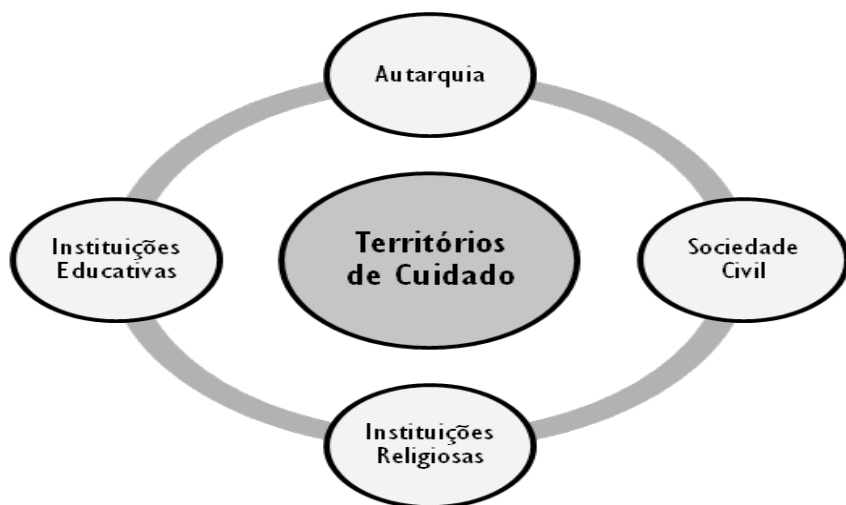


Figura 1: Territórios de Cuidado – Responsabilidades

A Figura 2, por sua vez, busca sintetizar a totalidade da proposta aqui elaborada, tendo como centro os territórios de cuidado e a sua possível constituição a partir dos eixos norteadores da pesquisa.



Figura 2: Territórios de Cuidado: Acessibilidade/Mobilidade e Sociabilidade.

A terminar, há que recorrer novamente a Guattari (1992: 174), para quem “os meios de mudar a vida e de criar um novo estilo de atividade, de novos valores sociais, estão ao alcance das mãos. Falta apenas o desejo e a vontade política de assumir tais transformações”, que devem passar por “novas modalidades de utilização do tempo [...], novas formas de conceber as relações com a infância, com a condição feminina, com as pessoas idosas, as relações transculturais...”.

(Página deixada propositadamente em branco)

5. NOTAS FINAIS

O trabalho desenvolvido, desde o esboço inicial até à investigação e posterior redação, com apontamentos e reflexões teóricas, que foram sendo construídas a partir das interações com as pessoas que participaram na pesquisa, reflete todo um contexto acadêmico e profissional, mas também pessoal, do qual emergiram referências e posicionamentos. Deste modo, o trabalho nasceu com base em questões e inquietações que têm surgido ao longo da nossa trajetória enquanto educadora e cientista social. Aqui se espelham, de igual modo, as indagações de uma mulher que envelhece e que convive no seu quotidiano com questões relacionadas com a velhice e o cuidado.

Discutir o(s) envelhecimento(s) e a(s) velhice(s) a partir de referenciais socioculturais, ultrapassando, mas não desconsiderando, as suas bases naturais, sempre nos pareceu um desafio cada vez mais necessário e urgente.

Compreendendo envelhecimento(s) e velhice(s) como uma problemática social contemporânea, que perpassa todas as esferas e contextos, houve, desde o início, a convicção de que ambos deveriam ser estudados no âmbito da interdisciplinaridade.

Embora a interdisciplinaridade surgisse como um processo natural, dados os dois sujeitos da investigação (as pessoas idosas e os territórios), cedo se percebeu que apenas com aturados esforços se poderia proceder à transposição da “comodidade” disciplinar para uma “empreitada” interdisciplinar.

As opções metodológicas em torno da etnografia, enfatizando as interações entre investigadora e investigados/as, mas também lançando mão de recursos, como a recolha de dados estatísticos – que partiram de territórios mais amplos (Portugal e Coimbra), para se deterem nos quatro territórios estudados – e a sua organização e apresentação em mapas e tabelas, ao procurarem fornecer uma visão panorâmica, por vezes recortada, mas com o intuito de se compreender o todo aqui colocado, também são reflexo da trajetória de investigação que foi sendo construída até aqui.

Ao centrar este trabalho na tentativa de compreender em que medida os territórios influenciam na(s) gestão(ões) das velhices, assumiu-se a hipótese de que as vivências das pessoas idosas nos/ com os territórios, são, de certa forma, responsáveis pelas diferentes experiências de velhice: umas vivenciadas de forma bastante positiva e rica; outras, infelizmente, sendo pautadas por vulnerabilidades, falta de autonomia, negligência, isolamento e solidão.

No intuito de observar as velhices a partir dos territórios, e os territórios a partir dos sujeitos idosos, optou-se por três grandes eixos condutores: as *mobilidades* das pessoas idosas, as *acessibilidades* dos territórios escolhidos e as *sociabilidades* desenvolvidas pelos sujeitos idosos nesses territórios.

O estudo das constituições históricas e geográficas dos territórios teve um duplo objetivo. Num primeiro momento, de integração da investigadora num contexto novo. Em seguida, buscando, na contextualização histórica e geográfica de cada um dos territórios e das suas áreas envolventes, a compreensão de certas lógicas quotidianas estabelecidas nesses territórios. Por seu lado, o recurso às fotografias e aos mapas teve em conta os/as futuros/as potenciais leitores/as, também eles/as (des)conhecedores do ambiente físico e humano.

Os encontros e interações com as pessoas idosas nesses territórios evidenciaram as relações existentes entre os três eixos, confirmando

a influência dos territórios, de modo positivo ou negativo, para as vivências de velhice.

Não obstante a complementaridade dos três eixos, o estudo ensaiou clarificar a relevância das sociabilidades na definição qualitativa dessas vivências. Em todo o caso, tais sociabilidades devem ir muito além dos meros encontros fugazes e passageiros, das pequenas cordialidades e civilidades quotidianas ou até de convivências, que, em última instância, mais não são que coexistências entre indivíduos quase nucleares.

Desta forma, percebeu-se que, mesmo em territórios pouco acessíveis, onde a mobilidade, principalmente das pessoas idosas e daquelas que têm algum condicionamento ou redução nos seus movimentos, é limitada, o certo é que quando existe(m) uma(s) rede(s) de sociabilidade encorpada(s), tais dificuldades são amenizadas. Exemplo disso são os territórios do Botão e do Casal do Lobo.

Comparando os territórios urbanos com os territórios rurais, por exemplo, foi possível perceber que, embora estes últimos não estejam isentos de problemas estruturais semelhantes aos encontrados também em alguns territórios urbanos (como a precariedade na oferta de serviços ou a falta de acessibilidade na área envolvente), as redes de sociabilidade e solidariedade informais, representadas pela vizinhança e pela família, encontram-se mais fortalecidas. Ainda que a população jovem dos territórios rurais transite com frequência entre as duas tipologias territoriais, decorrendo frequentemente o seu quotidiano em territórios urbanos (em atividades educativas e/ou laborais), é possível perceber uma maior intergeracionalidade nos territórios rurais, com as gerações mais novas a tentar preservar alguns costumes e valores das gerações que as antecederam.

Como quer que seja, descortinou-se a existência de conflitos intergeracionais nas duas tipologias territoriais, sendo que, nos territórios urbanos, algumas participantes no estudo, todas mulheres, também narraram conflitos intrageracionais, especialmente entre utentes dos

CD. Tal facto parece comprovar que as relações de sociabilidade intra e intergeracional devem ser construídas a partir de um exercício de alteridade mútuo e contínuo.

Uma consideração importante que este estudo permitiu elaborar diz respeito à escolaridade e às condições económicas da população idosa.

Nos territórios rurais, onde as atividades laborais não exigem uma escolaridade maior, extrai-se a seguinte conclusão: baixos níveis de escolaridade da população idosa correspondem a baixos níveis sócio-económicos da população em geral, não implicando distinções hierárquicas a partir da educação formal, como o que acontece nos territórios urbanos deste estudo. Com efeito, a ênfase dada à educação formal e à formação académica, nestes últimos, acaba por tender a desqualificar outros saberes.

Neste sentido, nos territórios urbanos, a escolaridade parece distinguir qualitativamente as experiências de velhice, uma vez que, especialmente nessa tipologia territorial, possibilita uma maior autonomia financeira, refletindo-se em opções concretas, como, por exemplo, a frequência ou não a um CD e o recurso ou não aos SAD.

As motivações para a frequência aos CD e para a utilização dos SAD, aliás, também se fundam em visões diferenciadas entre os territórios urbanos e os rurais.

Nos dois territórios urbanos, os/as participantes da pesquisa recorriam a este tipo de instituição, sobretudo os CD, normalmente por falta de autonomia (financeira ou mesmo funcional), mais do que pelo seu ambiente propenso à sociabilização.

Nos meios rurais, embora alguns/as participantes referissem a necessidade de apoio em tarefas quotidianas, o convívio propiciado pelos CD pareceu ser a motivação maior, uma vez que essas instituições aí representavam uma extensão da família e da vizinhança. De facto, os/as seus/as frequentadores/as já possuíam laços de sociabilidade bastante estreitos entre si. O papel central que essas

instituições – assim com as instituições religiosas – têm nas comunidades rurais, como espaços de sociabilidade, também constitui um ponto digno de destaque.

As visitas aos quatro territórios, as interações com as pessoas que aceitaram participar no estudo, as suas narrativas, as suas expressões, fizeram-nos acreditar que a qualificação dos territórios e, principalmente, das relações que se estabelecem entre os seus sujeitos, incluindo os sujeitos idosos, deve passar necessariamente pelo *cuidado*.

Uma parte significativa da literatura científica a respeito do cuidado considera-o uma relação vertical e hierárquica, que enfatiza os aspetos económicos dessa relação, numa clara visão marxista que, segundo esta argumentação, deve ser complementada por elementos mais subjetivos, mas também fundamentais nas relações sociais, como a afetividade e a interdependência, por exemplo. Embora não desconhecendo a importância desses estudos e da visão por eles abordados, é de crer que, mesmo sem ser sua intenção, muitas vezes acabam por contribuir para a cristalização de preconceitos em relação à dependência e à vulnerabilidade. De facto, penalizam os sujeitos idosos, homogeneizados a partir de fraquezas e dependências que, em boa verdade, entroncam na própria condição humana, não sendo privilégio das pessoas idosas.

A ênfase posta no *cuidado técnico*, quer dizer, a imperiosa vigilância em torno dos aspetos mais físicos do cuidado (higiene pessoal e ambiental e alimentação, por exemplo), separando-os dos aspetos mais subjetivos e muitas vezes negligenciados (mas cuja negligência é, em geral, menos perceptível), além de responsabilizar ao extremo a família e os/as profissionais de cuidado (enfermeiros/as, técnicos/as, assistentes sociais), em detrimento de uma visão mais abrangente, filosófica e paradigmática do cuidado – parece ter como resultado a desresponsabilização dos governos e da sociedade civil, como um todo. De resto, esta aceção do cuidado enquanto tarefa restrita a

“alguns/as”, torna-se visivelmente limitadora de uma maior qualidade de vida, de um modo geral, mas principalmente no que diz respeito ao afeto, ao convívio, à participação, à autonomia e ao protagonismo social dos sujeitos idosos.

Outra questão que deve ser problematizada concerne ao sexo/gênero nas relações de cuidado. As entrevistas possibilitaram comprovar que, na maioria das vezes, quem cuida são as mulheres, tanto nas instituições de cuidado, quanto na família e mesmo na vizinhança. Mesmo nos casos em que a mesma casa era habitada por dois ou mais homens, ou seja, sem ter a presença constante de uma mulher, o facto é que o cuidado doméstico e mesmo o apoio à realização de tarefas, como a higiene pessoal e as idas ao banco, eram quase sempre realizados por uma representante desse sexo (membro da família, empregada doméstica, vizinha).

Desta forma, é possível inferir que são poucas as discussões que propõem o cuidado enquanto um princípio ético. Perante territórios inóspitos e até hostis, em termos de acessibilidade e mobilidade, perante pessoas idosas tendo sua autonomia negligenciada, em face do desrespeito, da falta de consideração e de afeto pelas pessoas mais velhas, da sua solidão e do seu isolamento em alguns territórios – aferiu este estudo o quanto as nossas sociedades, territórios e relações sociais carecem de cuidado.

Assim, após análise dos dados recolhidos, é de destacar como tese: a necessidade de uma mudança paradigmática a partir de relações quotidianas alicerçadas pelo cuidado. Esta tese pode, em certos contextos, parecer utópica. Por isso se dedicou um capítulo do livro à apresentação de sugestões e de propostas para que esses preceitos éticos pudessem ser efetivados nas práticas quotidianas. As propostas aqui elaboradas não têm a intenção – nem o alcance – de solucionar os problemas detetados nos territórios estudados. Devem, antes, ser interpretadas como um impulso, um estímulo, um ponto de partida para a construção coletiva, e em permanente diá-

logo e dialética de ação-reflexão-ação, de novas e melhores práticas e posturas, públicas, coletivas e individuais, sempre em consonância com o princípio ético do cuidado.

Embora seja de reconhecer o papel das instituições e dos poderes públicos na requalificação dos territórios – a partir de práticas e políticas voltadas para a sua população –, cumpre destacar a importância da educação – formal, informal e não formal – no desenvolvimento de um *ethos* e de uma *práxis* que tenham o cuidado como propósito e também como meio. Por isso, cabe enfatizar o papel das escolas e das instituições de ensino superior como agentes corresponsáveis por estas potenciais melhorias. Mas tal não significa desresponsabilizar os demais agentes. Pelo contrário, todos devem ser chamados, num movimento que se quer crescente e abrangente; que, nas dificuldades de uma simultaneidade, principie pelos territórios de proximidade, mas que, aos poucos, se vá alargando às áreas envolventes. São, aliás, nos territórios de proximidade que as identidades são fortes, construídas e reconstruídas nas relações quotidianas.

Assim, o primeiro apelo da Ética do Cuidado deve ser feito “à responsabilidade e a relações mais do que a direitos e normas”, estando mais ligada a circunstâncias reais e concretas “do que aos aspectos formais e abstratos” (Pintasilgo, 2012: 139), devendo ser expressa por atividades de cuidado, e não meramente por um conjunto de princípios.

A desmistificação da dependência como algo negativo e unilateral é um passo extremamente importante na direção dessa *práxis*. Reconhecer que todas as pessoas, independentemente da idade, estatuto sócio-económico, género e etnia são seres vulneráveis, dependentes de cuidado, é também reconhecer as pessoas idosas na sua integridade, enquanto pessoas dignas de respeito e atenção, tal como as demais.

Este é um desafio constante, que exige esforços individuais e coletivos. Implica que se abra mão de certezas já instituídas, de padrões

já estabelecidos. Em última análise, exige que se abra duplamente: de si para si; e de si para o/a(s) outro/a(s).

Em suma, o debate aqui levado a cabo deve constituir-se como uma alavanca para novas discussões. Os quatro territórios estudados podem constituir parâmetros para outros estudos, noutros territórios. Porque os territórios têm um papel fundamental no processo de qualificação das vidas quotidianas. Porque, afinal, é nas micro-territorialidades que as identidades, os sentimentos, os afetos, a convivência e o respeito são construídos, num processo dialético onde o que está em jogo é a nossa própria humanidade.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

– A –

- Alarcão, J. de (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Alcoforado, L. & Ferreira, S. M. (2013, setembro/dezembro). Experiência da pedagogia freireana na região rural do município de Coimbra (Portugal, 1970). *Revista Educação em Questão*, 47 (33), 59-85. Natal, RN, 2013, setembro/dezembro.
- Almeida, E. de (2009). *O “construir no construído” na produção contemporânea: relações entre teoria e prática*. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Alvarez, E. & Camisão, V. (2007). *Guia operacional de acessibilidade para projetos de desenvolvimento urbano com critérios de desenho universal*. Washington, D.C., EUA; Brasil.
- André, J. M. (2014, julho). *De uma antropologia da solidão a uma ética do cuidado. Conferência proferida no “Ateneu de Coimbra” (23/07/2014)*, integrada Comunicação apresentada no Ciclo de Conferências “Para uma Cultura Integral do Indivíduo”, Coimbra, Ateneu de Coimbra.
- Araújo, R. G. de (2002). *Acessibilidade aos espaços urbanos: uma dimensão psicológica*. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.
- Ariès, P. (1978). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Augé, M. (2010). *Não lugares – Introdução a uma antropologia da supermodernidade* (9.^a ed.), Campinas, SP: Papirus.
- Azeredo, V. G. (2010, julho/setembro). Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 103, 576-590. São Paulo, SP, 2010, julho/setembro.

– B –

- Bataller, M. A. S. (2012). O estudo da gentrificação. *Revista Continentes*, ano 1 (1), 9-37. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- Bauman, Z. (2005). *Confiança e medo na cidade*. (E. Aguiar, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- Bauman, Z. (2009). *A sociedade individualizada – Vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editora.
- Bauman, Z. (2010). *Vida a crédito – Conversas com Citali Rovirosa-Madrado* (A. Werneck, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editora.
- Bauman, Z. & Donskis, L. (2014). *Cegueira Moral*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editora.
- Biroli, F. (2014). Justiça e Família. In: F. Biroli & L. F. Miguel. *Feminismo e Política*. Rio de Janeiro, RJ: Boitempo Editorial (47-63).
- Boff, L. (1999). *Saber cuidar – Ética do humano – compaixão pela Terra*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. Acedido a 15 de dezembro de 2015, em <http://www.vozes.com.br>.
- Boff, L. (2006). *A força da ternura*. Rio de Janeiro, RJ: Sextante.
- Bógus, L. M. M. (2009). Segregações urbanas. In C. Fortuna & R. P. Leite (Orgs.). *Plural de cidade: Novos léxicos urbanos* (115-126). Coimbra: Edições Almedina.
- Bourdieu, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, SP: EDUSP; Porto Alegre, RS: Zouk.

- C -

- Câmara Municipal de Coimbra (2012). Volume B – Estudos de Caracterização. In *Plano Diretor Municipal, Coimbra Rio – Área de reabilitação urbana* (1ª revisão). Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra
- Caria, T. H. (2005). A construção etnográfica do conhecimento em Ciências Sociais: reflexividade e fronteiras. In T. H. Caria. *Experiência etnográfica em Ciências Sociais* (9-20). Porto: Afrontamento.
- Carlos, A. F. A. (2007). *O espaço urbano – Novos escritos sobre a cidade*. São Paulo, SP: FFLCH.
- Castilho, C. de F. V. & Carloto, C. M. (2010). O familismo na política de Assistência Social. Um reforço à desigualdade de gênero?. *Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas* (13-21). Londrina, PR: Universidade Estadual de Londrina.
- Certeau, M. De. (1998). *A invenção do cotidiano – Artes de fazer*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Claval, P. (2003, janeiro/junho). A evolução recente da geografia cultural de língua francesa. Tradução: Margareth de Castro Afeche Pimenta. *Revista Geosul*. 18 (35), 7-25. Florianópolis, SC, 2003, janeiro/junho.
- Correa, M. R. (2009). *Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade. Velhice e Terceira Idade*. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, UNESP.
- Corrêa, R. L. (1986, julho/dezembro). A periferia urbana. *Revista Geosul*, 1 (2), 70-78. Florianópolis, SC. 1986, julho/dezembro.
- Costa, A. B. da. (2005). *Exclusões Sociais* (5ª ed.). Lisboa: Gradiva Publicações.
- Costa, F. R. da & Rocha, M. M. (2010). Geografia: conceitos e paradigmas – apontamentos preliminares. *Revista GEOMAE*, 1 (2, 2º semestre), 25-56. Campo Mourão, PR.

- D -

- D'Azevedo, J. L. (1922). *O Marquês de Pombal e a sua época* (2ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Anuario do Brasil; Lisboa: Seara Nova; Porto: Renscença Portuguesa.
- Debert, G. G. (1997). A invenção da terceira idade e rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12 (34), 39-56. São Paulo, SP.
- Debert, G. G. (2004). *A reinvenção da velhice*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo – Fapesp.
- Delattre, P. (2006). Investigações interdisciplinares: objetivos e dificuldades. In O. Pombo, H. M. Guimarães & T. Levy (Orgs.). *Interdisciplinaridade: antologia* (279-299). Porto: Campos das Letras.
- Dias, J. C. (2015, dezembro). A Avenida de Sta. Cruz, em Coimbra: entre a modernidade e a nostalgia. *Cidades, Comunidades, Territórios*, 31, 131-147, 2015, dezembro.
- Dias, L. C. (2005). Os sentidos da rede: notas para discussão. In L. C. Dias & L. L. da Silveira (Orgs.). *Redes, sociedades e territórios* (11-28). Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC.

- E -

- Elias, N. (2011). *O Processo Civilizador – Vol. 1: Uma História dos Costumes* (2ª ed.) Tradução: Ruy Jungmann; Rio de Janeiro: Zahar Editores.

- F -

- Featherstone, M. & Hepworth, M. (1990). Aging and Old Age: Reflections on the Post-Modern Life-Course. In B. Bytheway, T. Keil, P. Allat & A. Bryman (Orgs.). *Becoming and Being Old: Sociological Approaches to Later Life* (143-157). Londres: Sage.
- Fernandes, A. A. (1997). *Velhice e sociedade: demografia, família e políticas sociais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Fernandes, I. (2002). *A diversidade da condição humana: deficiências/diferenças na perspectiva das relações sociais*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Fernandes, I. & Lippo, H. (2013, julho/dezembro). Política de acessibilidade universal na sociedade contemporânea. *Revista Virtual Textos & Contextos*, 12 (2), 281-291. Acedido em 26 de agosto de 2016, em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/issue/view/749>.
- Ferreira, C. (2007). *Coimbra aos pedaços – Uma abordagem aos espaços urbanos da cidade*. Prova Final em Licenciatura em Arquitetura, Departamento de Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Ferrigno, J. C. (2003). *Co-educação entre gerações*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Fischer, B. & Tronto, J. (1990). Toward a feminist theory of caring. In E. K. Abel & M. K. Nelson (Eds.). *Circles of Care – Work and identity in women's lives* (36-54). Albany, NY: State University of New York Press.
- Fortuna, C. (2006). *Centros históricos e patrimônios culturais urbanos – Uma avaliação e duas propostas para Coimbra*. (Working Paper da Oficina do CES nº

- 254). Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Acedido a 27 de agosto de 2016 em <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/254/254.php>.
- Fortuna, C. (2007). Paisagens sonoras. Sonoridades e ambientes sociais urbanos. In S. Braga (Org.). *Cultura popular, patrimônio imaterial e cidades* (29-53). Manaus, AM: Editora da Universidade Federal do Amazonas.
- Fortuna, C. (2009). Cidade e urbanidade. In C. Fortuna & R. P. Leite (Orgs.). *Plural de cidade: Novos léxicos urbanos* (82-97). Coimbra: Edições Almedina.
- Fortuna, C.; & Gomes, C. (2010, janeiro/junho). Sobre o uso estratégico da imagem centenária da Universidade de Coimbra. *Revista Tomo*, nº 16, 11-27. São Cristóvão, SE, 2010, janeiro/junho.
- Fraser, N. (2007). Reconhecimento sem ética?. *Lua Nova*, nº 70, 101-138. São Paulo, SP.
- Fundação Casa de Bragança (2013). *Catálogo da Exposição O Foral Novo: registos que contam histórias*. Lisboa: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

– G –

- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo, SP: Editora UNESP.
- Gilligan, C. (1993). *In a different voice. Psychological Theory and women's development*. Cambridge, Massachussets and London: Harvard University Press.
- Guattari, F. (1992). *Caosmose – Um novo paradigma estético*. (A. L. de Oliveira & L. C. Leão, Trans.). São Paulo: Editora 34.

– H –

- Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. São Paulo, SP: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, R. (2004b). *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Acedido em 29 de julho de 2016, em <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>.

– J –

- Jouen, M. (2001). A Europa rural na viragem do terceiro milênio. A palavra-chave: diversidade. *Leader Magazine*, n. 25. Acedido em 01 de setembro de 2016, em <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/model/intro.htm>.

– K –

- Koga, D. (2003). *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo, SP: Cortez.

– L –

- Latouche, S. (2011). *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*. Lisboa: Edições 70.
- Leite, R. P. (2009). Espaços públicos na pós-modernidade. In C. Fortuna & R. P. Leite (Orgs.). *Plural de cidade: Novos léxicos urbanos* (187-204). Coimbra: Edições Almedina.
- Lipovetsky, G. (1983). *A era do vazio: Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Editora Relógio D'Água.
- Lobo, M. da C. & Simões Júnior, J.G. (2012). Introdução. In M. da C. Lobo & J. G. Simões Júnior (Orgs.). *Urbanismo de colina – Uma tradição luso-brasileira* (15-43). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Lopes, J. T. (2002). *Novas questões de sociologia urbana – Conteúdos e “orientações” pedagógicas*. Porto: Edições Afrontamento.

– M –

Marandola Jr., E. (2011). Mobilidades contemporâneas: distribuição espacial da população, vulnerabilidade e espaços de vida nas aglomerações urbanas. In J. M. P. de Cunha (Org). *Mobilidade espacial da população. Desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo* (95-115) Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População – NEPO.

Morin, E. (1999). Por uma reforma do pensamento (M. C. Ribas, Trad.). In A. Pena-Vega & E. P. do Nascimento (Orgs.). *O pensar complexo – Edgar Morin e a crise da modernidade* (2ª ed.) (21-34). Rio de Janeiro, RJ: Garamond.

Morin, E. (2003). *A cabeça bem feita* (8ª ed.) (E. Jacobina, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.

– N –

Neri, A. L. (2001). Envelhecimento e qualidade de vida na mulher. In: *Atas do 2º Congresso Paulista de Geriatria e Gerontologia* (1-18). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Nunes, L. (2016). *Ética no fim da vida – E quando eu não puder decidir?*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Nussbaum, M. (2015). *Sem fins lucrativos: Por que a democracia precisa das humanidades* (F. Santos, Trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.

– P –

Pacheco, J. (2011). Autonomia. In J. Pacheco. *Dicionário de Valores* (10-11). São Paulo, SP: Edições SM.

Paúl, C. (2005). A construção de um modelo de envelhecimento humano. In C. Paúl & A. Fonseca (Coords.). *Envelhecer em Portugal – Psicologia, Saúde e Prestação de Cuidados* (21-41). Lisboa: Climepsi.

Peixoto, C. E. (2007). Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, terceira idade... In M. Lins de Barros (Org.). *Velhice ou Terceira Idade? – Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política* (4ª ed.) (69-84). Rio de Janeiro, RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas.

Pérez, S. A. C. (2011). El cuidado como objetivo político-social, una nueva mirada desde la ética del cuidado. In *Anais do III Congreso Anual de La REPS – Red Española de Política Social* (1-17). Pamplona.

Pimentel, L. G. & Albuquerque, C. P. (2010, agosto/dezembro). Solidariedades familiares e o apoio a idosos. Limites e implicações. *Revista Textos&Contextos*, 9 (2), 251-263. Porto Alegre, RS, 2010, agosto/dezembro.

Pintasilgo, M. de L. (2012). Cuidar o futuro. In M. de L. Pintasilgo. *Para um novo paradigma: O mundo assente no cuidado – Antologia de Textos* (127-139). Porto: Edições Afrontamento.

Pombo, O. (2013, setembro/dezembro). Epistemología de la interdisciplinaridad. La construcción de un nuevo modelo de comprensión. *Revista Interdisciplinar*. 1 (1), 21-49. México, 2013, setembro/dezembro.

- R -

- Rebelo, F. (2003). *Riscos Naturais e Acções Antrópicas – Estudos e Reflexões* (2ª ed. revista e aumentada). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Rebelo, F. (2012). Rio Mondego e Coimbra – uma longa e ambivalente ligação. *Revista Portuguesa de História*, nº 43, t. XLIII, 149-158.
- Rebelo, F., Cunha, L. & Cordeiro, A. M. R. (1986). Sobre a origem e a evolução actual dos ravinamentos em calcários margosos na área de Condeixa. *Actas do IV Colóquio Ibérico de Geografia*. Coimbra (875-882).
- Relph, E. (1976). *Place and Placelessness*. Londres: Pion.
- Rémy, J. & Voyé, L. (1994). *A cidade: Rumo a uma nova definição?* Porto: Edições Afrontamento.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2006). Regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais. In Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, *Decreto-Lei N° 163/2006* (5670). Diário da República: 1ª Série, nº 152. Lisboa: Assembleia da República.
- Rosmaninho, N. (2006). *O poder da Arte – O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Coimbra: Imprensa Universitária de Coimbra.

- S -

- Salgueiro, T. B. (2001). Paisagem e Geografia. *Finisterra Revista Portuguesa de Geografia*, XXXVI (72), 37-53.
- Santos, B. de S. (1999). *Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade* (7ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, M. (2002). *A natureza do espaço*. São Paulo, SP: EDUSP.
- Santos, M. (2004). *Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo, SP: EDUSP.
- Santos, M. (2008). *O centro da cidade do Salvador* (2ª ed.) São Paulo, SP; Salvador, BA: Editora da Universidade de São Paulo e Edufba.
- Saquet, M. A. (2005). Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. In E. S. Sposito (Org.). *Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática* (35-52). Presidente Prudente, SP: UNESP/Gas-PERR.
- Saquet, M. A. (2009). Por uma abordagem territorial. In M. A. Saquet & E. S. Sposito. (Orgs.). *Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos* (73-94). São Paulo, SP: Editora Expressão Popular.
- Saquet, M. A. (2011). *Por uma geografia das territorialidades e temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo, SP: Outras Expressões.
- Saquet, M. A. (2013). *Abordagens e concepções de território*. São Paulo, SP: Outras Expressões.
- Saquet, M. A. (2014). Território. In R. de F. Boullosa (Org). *Dicionário para a formação em gestão social* (176-179). Salvador, BA: CIAGS/UFBA.
- Scott, J. W. (1995, julho/dezembro). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade* 20 (2), 71-99. Porto Alegre, RS, 1995, julho/dezembro.

- Serpa, A. (2016). Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. In P. de A. Vasconcelos, R. L. Corrêa & S. M. Pintaui (Orgs.). *A cidade contemporânea – Segregação espacial*. São Paulo (169-188). SP: Editora Contexto.
- Silva, M. A. L. da & Madeira, S. (2009). *Repúblicas Universitárias de Coimbra*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- Silva, M. C. (2012). *Sócio-antropologia rural e urbana – Fragmentos da sociedade portuguesa (1960-2010)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silvano, F. (2007). *Antropologia do espaço: uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.
- Simmel, G. (2006). *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade* (P. Caldas, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editora.
- Simões, J. F., Braz, M., Gouveia, P. H. de, Bispo, R. & Lorena, M. J. (2010). *Uma casa para a vida – Aplicação do design inclusivo à habitação*. Lisboa: Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.
- Simões, L. M. da C. (2008). *Cidade Jardim em Coimbra: Bairro Norton de Matos e Solum*. Prova Final em Licenciatura em Arquitetura, Departamento de Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Siqueira, M. D. de. (2014). *“Vivendo bem até mais que 100!” – envelhecimento, saúde e políticas públicas para idosos no Brasil*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

- T -

- Tronto, J. (2009). *Un monde vulnérable – pour une politique du care*. Paris: Éditions La Découverte.
- Tuan, Y. (1980). *Topofilia – Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. São Paulo, SP: DIFEL.

- V -

- Veiga, M. R. M., Cordeiro, A. M. R. & Ferreira, S. C. M. (2014). Qualidade de vida, território e aprendizagem ao longo da vida na velhice. *Cadernos de Geografia*, 33, 213-219. Coimbra, FLUC. ISSN 0871-1623
- Velho, G. (1980). O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia. In G. Velho (Coord.). *O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira* (13-21). Rio de Janeiro, RJ: Campus.
- Villaça, F. (2001). *Espaço intra-urbano no Brasil* (2ª ed.). São Paulo, SP: Studio Nobel, FAPESP e Licoln Institute.

Sites

- A -

- Ageing@Coimbra: www.ageingcoimbra.pt.
- Associação Académica de Coimbra: academica.pt.

- C -

Câmara Municipal de Coimbra: <https://www.cm-coimbra.pt>.

Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra: cim-regiaoodecoimbra.pt.

- F -

Fundos Europeus Estruturais e de Investimento: https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/european-structural-and-investment-funds_pt.

- I -

Instituto Nacional de Estatística: <https://www.ine.pt>.

- J -

Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais: <https://jfsao.pt>.

Junta de Freguesia de Torres do Mondego: www.torresdomondego.eu.

- R -

Rés do Chão: <http://resdochao.org>.

- S -

Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra: <https://www.uc.pt/sasuc>.

Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra – SMTUC: www.smtuc.pt.

Sistema de Metainformação do Instituto Nacional de Estatística – <http://smi.ine.pt>.

Souselas e Botão – União de Freguesias: <http://www.ufsouselasbotao.pt>.

TERRITÓRIOS DE CUIDADO

Em que medida os territórios exercem influência na gestão da velhice? Como qualificar as experiências de velhice a partir dos territórios? Estas são questões centrais nas discussões apontadas neste livro. Com base na etnografia desenvolvida em quatro diferentes territórios do concelho de Coimbra, a autora, num diálogo interdisciplinar humano e social, apresenta os territórios através de uma contextualização histórica e geográfica, ao mesmo tempo que elabora e aprofunda o debate sobre as relações estabelecidas entre as pessoas idosas e os territórios.

O *protagonismo* e a *pluralidade* na velhice, presentes já no título, perpassam toda a obra, que traz as narrativas de pessoas idosas em relação aos seus próprios territórios, suas impressões, angústias, necessidades. Além de diagnosticar alguns dos principais problemas vivenciados pelos sujeitos idosos em suas relações com os territórios, o livro assume um carácter propositivo, apontando caminhos possíveis para a qualificação dessas relações.

OBRA PUBLICADA
COM A COORDENAÇÃO
CIENTÍFICA

•



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

